

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

Nicole Estevam Gerard

**SACRA ET PROFANA: UMA ANÁLISE DA MATERNIDADE
FEMINISTA NEGRA LÉSBICA EM AUDRE LORDE (1979-1992)**

SÃO PAULO

2024

Nicole Estevam Gerard

**SACRA ET PROFANA: UMA ANÁLISE DA MATERNIDADE
FEMINISTA NEGRA LÉSBICA EM AUDRE LORDE (1979-1992)**

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
da Universidade Santo Amaro - UNISA

Orientador: Prof. Dr. Patrícia Margarida Farias
Coelho

SÃO PAULO

2024

RESUMO

A maternidade é frequentemente associada à mulher, como em um processo evolutivo indispensável que permeia o imaginário heteronormativo social. No entanto, é importante considerar que essa concepção pode não se aplicar a todas as experiências e realidades femininas, especialmente aquelas que fogem aos padrões sociais normativos. Nesta dissertação, temos como problema para verificar: como as experiências de maternidade em Audre Lorde, figura proeminente do feminismo interseccional, apresenta as suas vivências enquanto mulher negra, feminista, mãe e lésbica, e desafia as noções tradicionais e eurocentradas de maternidade e família? Temos como hipótese que, a partir do texto, Lorde demonstra suas vivências, permitindo ao leitor compreender seu local em uma sociedade heteronormativa. Temos como objetivo geral observar como a maternidade lésbica de Audre Lorde se apresenta em suas produções literárias. Assim como contamos com três objetivos específicos, a saber: (i) observar como Audre Lorde constrói a maternidade interseccional em suas obras; (ii) debater em que medida a experiência feminista-lésbica-mãe em Audre Lorde se contrapõe a uma ótica heteronormativa de família e como a ativista delinea a noção de família; (iii) verificar como o coletivo e o individual se relacionam numa perspectiva social nas dinâmicas de familiares, afetivo-românticas e maternas na obra da autora, dando enfoque para as tensões de poder baseadas nas dinâmicas de gênero e raça. O corpus selecionado para este estudo são as obras de Audre Lorde, em especial "Irmã Outsider: ensaios e conferências" e "Zami: uma nova grafia do meu nome, uma biomitografia". O que justifica essa escolha é a necessidade de reflexão acerca de novas estruturas familiares para além da heteronormatividade, bem como o desejo pessoal de criar espaços com maior visibilidade para a literatura lésbica. As obras selecionadas apresentam somente ensaios, visando observar obras de gênero semelhante, mais utilizado pela autora para narrar seu cotidiano. O arcabouço teórico deste trabalho parte de uma pesquisa interdisciplinar que dialoga com diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo os estudos do feminismo interseccional, utilizando Bell Hooks (2021), Angela Davis (2016) e Audre Lorde (2018), além de pesquisas acerca de gênero e sobre a construção da maternidade, visando compreender a construção da sagrada família heteronormativa em oposição ao 'desvio' da maternidade lésbica. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, efetuando um levantamento acerca das obras de Audre Lorde, dando ênfase para a maternidade lésbica. Como resultados alcançados observamos a construção de novas perspectivas de maternidades, nas quais Audre Lorde faz uma representação positiva acerca de relacionamentos hetero-divergentes, abordando o plano familiar e maternal como uma vivência concreta e possível para mulheres lésbicas.

Palavras-chave: maternidade negra e lesbica; gênero; interdisciplinaridade.

ABSTRACT

Motherhood is often associated with women, as an indispensable evolutionary process that permeates the heteronormative social imaginary. However, it is important to consider that this conception may not apply to all female experiences and realities, especially those that deviate from normative social standards. In this dissertation, we have as a problem to verify: how do the experiences of motherhood in Audre Lorde, a prominent figure of intersectional feminism, present her experiences as a black woman, feminist, mother and lesbian, and challenge traditional and Eurocentric notions of motherhood and family? Our hypothesis is to find in the author's works dialogues with history and society, using interdisciplinarity to understand the construction of the mother figure and the discourse that permeates it. We have three objectives, namely: (i) to observe how Audre Lorde constructs intersectional motherhood in her works; (ii) to discuss to what extent the feminist-lesbian-mother experience in Audre Lorde contrasts with a heteronormative perspective of family and how the activist outlines the notion of family; (iii) to check how the collective and the individual relate from a social perspective in the dynamics of family, affective-romantic and maternal relationships in the author's work, focusing on power tensions based on the dynamics of gender and race. The corpus selected for this study are the works of Audre Lorde, three of which are: "Sister Outsider: essays and conferences" and "Zami: a new spelling of my name a biomythology". What justifies this choice is the need to reflect on new family structures beyond heteronormativity, as well as the personal desire to create spaces with greater visibility for lesbian literature. The theoretical framework that supports this work is the studies of intersectional feminism, using Bell Hooks (2021), Angela Davis (2016) and Audre Lorde (2018), in addition to research on gender and the construction of motherhood, aiming to understand the construction of the sacred heteronormative family in opposition to the 'deviation' of lesbian motherhood. The method used is content analysis, delimiting three categories applied to Audre Lorde's works, using the following categories: lesbian motherhood, color and gender.

Keywords: black and lesbian motherhood; gender; interdisciplinarity.

G314s Gerard, Nicole Estevam.
Sacra et profana: uma análise da maternidade feminista
negra lésbica em Audre Lorde (1979-1992) / Nicole
Estevam Gerard. – São Paulo, 2024.
114 p. : il., color.
Orientadora: Patrícia Farias Coelho.
Dissertação. (Mestrado em Ciências Humanas) –
Universidade Santo Amaro, 2024.
Bibliografia incluída.
1. Maternidade Negra e Lesbica. 2. Gênero. 3.
Interdisciplinaridade. I. Coelho, Patrícia Farias, orient. II.
Universidade Santo Amaro. III. Título.
CDD 305.48896

Elaboradora pela Bibliotecária: Milena Braz Martins CRB-8/9974

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I - Pequena Audre Lorde.....	17
Figura II - A Queda do Homem.....	29
Figura III - Luis Pereira de Carvalho e sua mucama Catarina.....	42
Figura IV - Mãe Preta.....	44
Figura V - Retratos de família.....	57
Figura VI - Francys Clayton e Audre Lorde.....	64

“Sinto, logo posso ser livre.”

Audre Lorde - Irmã Outsider

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma caminhada que jamais percorri sozinha, e nestas páginas que demandaram imenso esforço, dedicação e afeto habita um pouco do muito que me inspira. Gostaria de começar dedicando estas palavras à memória da minha mãe, Natalanei Estevam Silva, que, mesmo em sua ausência física, continua presente em cada passo que dou. Obrigada por me ensinar que o amor existe em distintas formas e que a revolução também existe no afeto. Sua força, amor e ensinamentos me acompanham como um farol constante, iluminando os caminhos mais desafiadores. Você é meu eterno amor, meu sol e a minha inspiração..

Aos meus professores, Paulo Fernando de Souza Campos, Silvio Gabriel Serrano Nunes e Maria Isabel Pimentel de Castro que compartilharam comigo não apenas conhecimento, mas também paixão pela pesquisa e coragem para resistir enquanto pesquisadora, vocês são necessários, políticos e revolucionários.

Agradeço à minha orientadora Patrícia Margarida Farias Coelho pelo suporte no processo de elaboração desta pesquisa, incentivando a permanência no programa de mestrado, assim como, efetuando um trabalho acolhedor e respeitoso.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, incentivando a busca pelas perguntas que gosto tanto de fazer, assim como, pelo suporte, encorajamento e o amor incondicional que tornou tudo isso possível. Vocês são a resistência! Sonia, Manuel e Naherty, somos fortes em união e nas rupturas que tanto buscamos fazer com esse sistema tão excludente.

À minha esposa, Ellen, que não só me inspirou na escrita deste trabalho, mas também me lembrou diariamente do poder transformador do amor e da parceria. Ellen, sua presença iluminou este processo, e seu apoio foi a força que me sustentou nas horas mais difíceis, nosso amor sáfico também está representado na luta daquelas que vieram antes de nós. Obrigada por confiar em mim e por construir um amor como o nosso.

À minha querida amiga Kerol, cuja amizade representa acolhimento e inspiração. Obrigada por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que duvidei de mim mesmo, e por ser parte essencial desta trajetória.

Obrigada também a Thayná, sem sua ajuda jamais seria possível concluir essa pesquisa, para você não dedico apenas esta página, mas também toda minha admiração. Viva a nós, mulheres pesquisadoras!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CORES E VALORES NA CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE BRANCA EUROCENTRADA.....	15
1.1. Audre(y) Lorde: Uma nova grafia que rompe com silêncios.....	17
1.2. Sagrada família e profana fancha.....	27
1.3. Maternidades em oposição: lugares históricos da mãe branca e da mãe negra.....	37
2. CORES E VALORES NA CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE BRANCA EUROCENTRADA.....	53
2.1. Maternidades não idealizadas: desafios de mães pretas lésbicas.....	54
2.2. A lésbica que te pariu! Lesbianidade como feminilidade.....	63
2.3. Heteroticetera: heteronormatividade e maternidade lésbica em Audre Lorde.....	73
3. Tensões entre padrão social e liberdade individual em corpos não-normativos.....	78
3.1. Estruturas da maternidade em vivências lésbicas: do silenciamento à ação 80	
3.2. Recortes raciais e maternidade negra lésbica na contemporaneidade.....	83
3.3. Problemas de gênero: a desconstrução de padrões sociais na educação de filhos.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	92

INTRODUÇÃO

Em nossa herança histórica social, observa-se a heterossexualidade enquanto um elemento intrínseco às dinâmicas relacionais, sendo assim um determinante para a construção do núcleo familiar. Contudo, a necessidade de questionar os discursos normatizadores de corpos dissidentes é essencial para o reconhecimento de vínculos afetivosexuais que desviem dos padrões estabelecidos. Para o discurso família ser aplicado à vivência da mulher, existem dois elementos pré-discursivos que delimitam o significante acerca dessa construção, sendo eles o pai e os filhos. Contudo é necessário desconstruir esse único modelo, dando visibilidade para novas formas de se vivenciar a união familiar, e neste caso damos enfoque para a maternidade lésbica e negra.

Dessa forma, Engels (1984) sugere que a mudança comportamental responsável pela transição para a monogamia, pelo direito paterno e pelo próprio patriarcado, não ocorreu exclusivamente de maneira orgânica, mas sim devido a uma base mística e religiosa que passou a determinar os novos ideais de comportamentos socialmente aceitos. Esse modelo conjugal dominante visava, acima de tudo, garantir a transmissão hereditária dos bens, estabelecendo estruturas que asseguravam a paternidade e a manutenção das propriedades. Nesse contexto, a mulher era frequentemente tratada como uma extensão desses bens, uma propriedade a ser controlada para assegurar os interesses patrimoniais do homem (ENGELS, 1984). Essa visão estrutural é também complementada por Foucault (1988), que aborda como os mecanismos de poder são instituídos para controlar corpos e comportamentos, reforçando a dominação masculina sobre as mulheres por meio de normas sociais e culturais impostas.

É importante destacar que, mesmo com o surgimento da monogamia, a exclusividade sexual não era simétrica entre homens e mulheres. De acordo com Beauvoir (2018), a cobrança de fidelidade tornou-se unilateral, impondo à esposa o papel de celibatária em troca da manutenção de certos privilégios sociais e

materiais, como suporte financeiro, herança e estabilidade econômica. Enquanto isso, ao homem era permitido desfrutar do livre direito de explorar múltiplas relações sexuais e afetivas com escravas, concubinas, amantes e prostitutas, evidenciando a desigualdade que permeava essas relações (BEAUVOIR, 2018, p. 68). Essa estrutura, como apontam Davis (1981) e Hooks (2021), é emblemática do modo como o patriarcado utiliza as relações de poder para institucionalizar desigualdades de gênero, perpetuando um ciclo de subjugação feminina que se reflete nas dinâmicas conjugais.

Sob essas perspectivas, torna-se evidente que as novas dinâmicas relacionais resultaram na inversão dos papéis de poder, conferindo aos homens a posição de opressores das mulheres. Como argumenta Hooks (2021), essa nova configuração social e cultural foi construída com base em hierarquias relacionais, que desequilibraram as relações de afeto, desejo e cuidado. Essa desigualdade é ainda mais evidente quando analisada sob o prisma de Carole Pateman (1993), que discute o "contrato sexual" como uma base oculta do contrato social, no qual as mulheres são subordinadas por meio de estruturas legalizadas e institucionalizadas. Isso demonstra como a dominação masculina não é apenas relacional, mas também profundamente enraizada em dispositivos estruturais que sustentam o patriarcado.

A perpetuação dessas dinâmicas, no entanto, não se limitou às relações individuais. Elas foram amplamente legitimadas e promovidas por instituições sociais, como a igreja e o Estado, que desempenharam papéis centrais na consolidação das normas patriarcais. Segundo Foucault (1988), o poder disciplinar exercido por essas instituições moldou os corpos e comportamentos femininos, controlando tanto suas ações quanto suas subjetividades. Essa internalização das normas sociais garantiu que as mulheres desempenhassem papéis que reforçassem a hegemonia masculina, enquanto as alternativas a esse modelo eram marginalizadas ou reprimidas. Essa leitura é ampliada por Collins (2019), que argumenta que a interseccionalidade ajuda a compreender como raça, gênero e classe contribuem para a estratificação das opressões que as mulheres enfrentam.

Portanto, as dinâmicas conjugais e sociais que emergiram com o advento da monogamia ilustram a complexidade do patriarcado e sua capacidade de se adaptar para garantir a manutenção do poder masculino. A institucionalização dessas normas serviu como uma ferramenta para consolidar a opressão de gênero, perpetuando desigualdades e limitando as possibilidades de resistência. Contudo, autoras como Hooks (2021) e Beauvoir (2018) ressaltam que, mesmo dentro dessas estruturas, existem brechas para a subversão e a transformação, apontando a necessidade de um olhar crítico sobre as relações afetivas, econômicas e culturais que sustentam essas dinâmicas. É apenas por meio dessa análise crítica que podemos desafiar e desconstruir as bases do patriarcado, abrindo espaço para relações mais igualitárias e libertadoras.

Lorde nasceu em Nova Iorque, em uma família de imigrantes de origem Caribenha, tendo como seu território de desenvolvimento infantil o Harlem. Sua jornada enquanto sujeito foi transpassada pela opressão em distintos níveis, desde o micro, que envolve a sua miopia grave, tornando o espaço escolar desafiador, até o macro da sua negritude como um marcador de seu valor social, sendo um dos principais recortes que permeiam a opressão vivenciada pela autora. A maternidade de Lorde se inicia em um casamento interracial com Edwin Rollins, um homem gay, possibilitando o nascimento de Elizabeth e Jonathan. Cabe ressaltar que, durante esse período, a autora já se identificava enquanto mulher lésbica, rompendo com a união em 1970 e assumindo no mesmo ano seu relacionamento com Frances Clayton, uma mulher branca e professora de psicologia.

Audre Lorde é um dos principais nomes do feminismo interseccional, evidenciando seu discurso como um instrumento político, como é possível ver no trecho: "Escrever é uma maneira de lutar - falar é outra. [...] Escrever é uma maneira de se definir, e a linha entre a consciência e a ação é frequentemente tênue." (Lorde, 2018, p.23)

O que impulsionou esta pesquisa foi inicialmente o interesse pessoal de trazer maior visibilidade para a autora lésbica, assim como a necessidade de compreender a maternidade além das perspectivas heteronormatividade e como essa se faz presente no discurso da autora. Academicamente, este trabalho permite

tecer conexões entre sociedade, liberdade individual e o coletivo, estabelecendo questionamentos acerca de padrões de gênero e até mesmo sobre a heteronormatividade presente nas estruturas familiares.

Nesta dissertação, temos como problema de pesquisa a necessidade de verificar como a experiência de maternidade em Audre Lorde apresenta as suas vivências enquanto mulher negra, feminista, mãe e lésbica, e desafia as noções tradicionais e eurocentradas de maternidade e família. Os objetivos desta pesquisa são delimitados em três, sendo eles: observar como Audre Lorde constrói a maternidade interseccional em suas obras; debater em que medida a experiência feminista-lésbica-mãe em Audre Lorde se contrapõe a uma ótica heteronormativa de família; e como a ativista delinea a noção de família e analisar como o coletivo e o individual se relacionam numa perspectiva social nas dinâmicas de familiares, afetivo-românticas e maternas na obra da autora, dando enfoque para as tensões de poder baseadas nas dinâmicas de gênero e raça.

Utilizaremos o método de pesquisa bibliográfica, tendo como referência Laurence Bardin (1977), que afirma que "A pesquisa bibliográfica, ao reunir as ideias e contribuições dos autores, oferece o quadro teórico dentro do qual a pesquisa se insere, delineando as questões centrais e as abordagens metodológicas que serão adotadas" (Bardin, 2009, p. 38). Assim, essa metodologia permite efetuar análises em recortes de elementos discursivos, selecionados previamente por meio das categorias de análise.

Nesta pesquisa, as categorias de análise foram organizadas em três tópicos centrais: maternidade lésbica, cor e gênero. Esses elementos foram escolhidos por sua relevância para compreender as experiências de mulheres negras e lésbicas, especialmente no contexto das obras de Audre Lorde. A análise utilizou exclusivamente as obras da autora que foram traduzidas para o português a partir de 2018, permitindo que os recortes propostos fossem investigados de maneira acessível ao público brasileiro. As obras "Irmã Outsider: ensaios e conferências", "Entre nós mesmas: poemas reunidos" e "Zami: uma nova grafia do meu nome – uma biomitografia" foram as principais fontes literárias da pesquisa, oferecendo uma

visão ampla e multifacetada do pensamento de Lorde sobre identidade, opressão e resistência.

A escolha por trabalhar com as traduções tem uma justificativa importante: a chegada tardia dessas obras ao território brasileiro. Produzidas no contexto norte-americano entre 1979 e 1992, as leituras de Audre Lorde no Brasil dependiam do domínio da língua inglesa ou de traduções informais realizadas por ativistas feministas em blogs, sites e páginas dedicadas ao feminismo interseccional. Esse cenário restringia o acesso às ideias de Lorde a um público nichado e, muitas vezes, acadêmico, excluindo uma parcela significativa de leitores que poderiam se beneficiar de seu pensamento transformador. Assim, a pesquisa busca valorizar a presença da literatura lésbica de Lorde no Brasil, ampliando o alcance de suas contribuições.

A chegada das traduções oficiais também sinaliza uma mudança no panorama literário brasileiro, permitindo uma democratização do acesso às obras de Audre Lorde. Essa disponibilização representa um avanço não apenas para a literatura, mas também para os estudos interseccionais no Brasil, que há muito tempo enfrentam desafios relacionados à escassez de materiais acessíveis em língua portuguesa. Além disso, ao focar nas traduções, a pesquisa reconhece o papel crucial da editoração e do ativismo literário em tornar esses textos visíveis e acessíveis, contribuindo para a construção de novas narrativas sobre negritude, gênero e sexualidade no contexto brasileiro.

Por outro lado, a análise dessas obras permite identificar como as temáticas abordadas por Lorde dialogam com o contexto brasileiro, mesmo tendo sido produzidas em um cenário norte-americano. As questões de maternidade lésbica, cor e gênero se entrelaçam com as dinâmicas de opressão e resistência enfrentadas por mulheres negras no Brasil, especialmente no que diz respeito à construção de identidades não hegemônicas. A pesquisa reforça, assim, que o trabalho de Lorde transcende fronteiras e temporalidades, oferecendo ferramentas analíticas para compreender as especificidades das lutas sociais e políticas em diferentes contextos.

Portanto, o uso das traduções mais recentes não é apenas uma questão prática, mas também política, ao reconhecer a importância de tornar a obra de Audre Lorde acessível para um público mais amplo. Essa abordagem valoriza a literatura lésbica enquanto ferramenta de resistência e transformação social, ampliando o alcance de suas ideias para um público que, historicamente, teve acesso limitado às produções intelectuais de mulheres negras e lésbicas. Nesse sentido, a pesquisa reafirma o papel essencial das traduções na democratização do conhecimento e na construção de um campo literário mais inclusivo e diverso.

A fundamentação do trabalho é voltada para o feminismo interseccional, utilizando como base Bell Hooks (2021). Esse movimento propõe novas perspectivas menos segregantes para o feminismo como o conhecemos, visando a compreensão dos distintos espaços de opressão que transpassam a construção do sujeito. A origem dessa vertente se fez por meio de questionamentos de mulheres negras. Contudo, "O feminismo interseccional não busca simplesmente incluir as mulheres negras em uma estrutura patriarcal que já existe - ele busca transformar essa estrutura, desafiar o patriarcado e os sistemas de opressão que o sustentam." (Hooks, 2021; p.150), o que permite o diálogo com todos os recortes da pesquisa bibliográfica. Assim, abordamos gênero, maternidade e negritude sob uma perspectiva interseccional.

Um ponto de partida para compreender a contemporaneidade é olhar para as raízes de dinâmicas sociais. Por esse motivo, buscou-se compreender como a mãe negra foi retratada ao longo da história ocidental. Os estudos acerca da maternidade negra foram pautados nas obras de Rita Segato (2021) e Sandra Lauderdale Graham (1992), nos quais as dinâmicas de escravidão foram apresentadas, refletindo também sobre o papel da mulher branca, distanciada das vivências maternas e alienada do processo de aleitamento e cuidado, sendo este condicionado às mulheres negras.

Esse é um ponto central para visualizar a construção do conceito de mãe preta, uma vez que a ideia de cuidado negro, amplamente representado em mídias na atualidade, influenciou amplamente a construção do imaginário. Contamos com Sonia Roncador (2008) e Angela Davis (2016) para apresentarem a ideia da *mammy*, termo utilizado para definir a mulher negra que abdica dos seus filhos em um processo de redenção e servidão.

Com o intuito de compreender o conceito de família, dialogamos com Engels (2014), com a bíblia e a mitologia grega, buscando contextualizar como se deu o desenvolvimento da família com a evolução do sujeito, visualizando as relações de poderes que constituíram a instituição casamento e família, assim como a relação dos recortes capitalistas com o matrimônio e a opressão existente neste núcleo familiar, dando enfoque para as relações heterossexuais e a manutenção dos interesses do Estado. Seguimos a pesquisa utilizando Elisabeth Bandinter (2011) como bojo para efetuar reflexões acerca da construção da maternidade e família, rompendo com os ideais consolidados sobre o tema, questionando o mito do amor materno e a suas função político social, retomando o conceito da autora de que "Ser mãe não é natural, é um artifício" (Bandinter, 2011, p. 95), uma vez que esse elemento discursivo é moldado em prol de uma objetivo baseado em dinâmicas de poder e controle, o que permite tecer relações com as obras de Audre Lorde e a ruptura com os ideais sociais de família e mãe.

Além da afronta ao cenário tradicional do núcleo familiar, visamos observar os recortes identitários que constroem a maternidade da autora, visualizando suas lutas no discurso que é transpassado pela figura da mãe, desta vez, não idealizada, negra e lésbica. Para compreensão dos movimentos raciais que permeiam seu discurso, contamos com Angela Davis (2016) e Simone de Beauvoir (2016), dando enfoque para as vivências da mulher negra norte-americana na década de 70 e os movimentos sociais que permearam a vida de Audre Lorde, utilizando de Bell Hooks (2021) como suporte teórico.

Na perspectiva sobre as vivências lésbica utilizaremos de Bell Hooks (2021) e seus questionamento sobre padrões de gênero e sexualidade, tornando possível compreender as tensões dos padrões heteronormativos, possibilitando a compreensão sobre os conflitos da maternidade lésbica sobre um filho homem e suas construções de masculinidade, assim como, suas perspectivas referentes ao poder, dialogando com a concepção de Audre Lorde sobre o assunto.

No primeiro capítulo é apresentado um pouco da história e trajetória de Audre Lorde, assim como, o conceito de família e maternidade, dando atenção para a figura da mãe e as estruturas da heteronormatividade. Outro aspecto abordado é a construção do amor materno enquanto um mito, desmistificando o discurso e compreendendo as origens dessa herança comportamental.

No segundo capítulo, apresentamos os conflitos acerca da maternidade lésbica e os conflitos acerca da maternidade branca em oposição à maternidade negra, bem como as inquietações acerca da exclusão de lésbicas do movimento negro, dos questionamentos heteronormativos sobre a identidade do pai de seus filhos e a relação com o feminismo interseccional.

No terceiro capítulo, efetuamos uma reflexão acerca da relação de tensão entre o individual e o coletivo, visando explorar de modo mais aprofundado as obras de Lorde em comparação com a sociedade, compreendendo os conflitos que a permeiam, dando atenção para os seus respectivos recortes identitários. Outro aspecto levantado são os conflitos de gênero presentes na criação dos filhos, também sob enfoque dos relatos de Audre Lorde, buscando refletir sobre as relações de poder socialmente aceitas em oposição ao lar lésbico.

1 CORES E VALORES NA CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE BRANCA EUROCENTRADA

Eu nasci negra, e mulher. Esforço-me para ser a pessoa mais forte que eu conseguir - para viver a vida que me deram e para promover algum tipo de mudanças que leve a um futuro decente para esta terra e para os meus filhos. Sendo uma pessoa negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças - uma dela, um garoto- e parte de um casal interracial, eu me lembro a todo momento de que sou parte daquilo que a maioria chama de desviante, difícil, inferior, ou um escancarado errado (LORDE, 2018, p. 235).

Audre Lorde, enquanto uma renomada poeta, lésbica, ativista e feminista negra, trouxe uma perspectiva profundamente enriquecedora sobre a maternidade em sua vida e obra. Para a autora, exercer o papel de mãe não era apenas uma função biológica, mas também um ato de resistência e poder. Ela desafiou as normas sociais que limitavam as mães lésbicas, especialmente as mulheres negras, rompendo com os papéis estereotipados e restritos. Deste modo, esta dissertação iniciou-se a partir do questionamento acerca da construção de família pertencente ao contexto ocidental.

Este primeiro capítulo busca apresentar Audre Lorde e seu processo de formação enquanto sujeito, assim como problematizar os padrões acerca da sagrada família, visando compreender as dinâmicas heteronormativas e suas construções, utilizando como suporte alguns mitos gregos, como a caixa de Pandora, e até mesmo recortes da bíblia cristã, visando encontrar a relação complexa que converte o individual em coletivo. Concluímos que os padrões comportamentais, relacionais e de gênero possuem um caráter ideológico, sendo transpassado por elementos pré-discursivos e discursivos, contemplando cenários bem enraizados, como o próprio núcleo familiar. Utilizando do feminismo interseccional de Bell Hooks, podemos compreender a complexa construção dos afetos e como o histórico de opressão sobre as pessoas negras tornou a experiência da construção familiar um processo marcado pelas heranças coloniais.

O enfoque será dado em reconhecer as dinâmicas e estruturas responsáveis pela construção do casamento como conhecemos na atualidade ocidental, tendo como base o berço eurocêntrico das dinâmicas de casal. Deste modo, compreendemos as estruturas de poder que delimitam as relações entre homens e mulheres ao longo da história, desde o processo de ruptura com a ginecocracia e o início do patriarcado, assim como, os principais mitos que ilustraram o imaginário acerca do que conhecemos na atualidade, uma vez que eles também podem representar dinâmicas sociais ou crenças coletivas, utilizando-os como suporte e não como elemento central para a pesquisa.

O núcleo familiar é um elemento essencial para compreender a heteronormatividade, uma vez que as dinâmicas familiares se pautaram nas relações de poder e na reprodução, em que o homem recebe um descendente e a mulher torna-se mãe, em sua dinâmica triangular de opressão. É possível repensar então como são as existências das mulheres lésbicas na ocupação de um papel que demanda tamanha polaridade de gênero.

Quem é a mãe? Quem delimita sua forma e seus afetos? O amor materno é realmente uma verdade? Essas são algumas das inquietações que delimitam essa parte inicial da pesquisa, permitindo repensar as maternidades existentes e o que foi consolidado como socialmente correto.

Em algumas de suas obras, Lorde explorou a complexidade da experiência materna. Ela defendeu uma maternidade que fosse inclusiva, amorosa e revolucionária, que desafiasse as estruturas opressivas e propusesse mudanças em suas comunidades. Lorde também reconheceu a importância da autoconsciência e do autocuidado para as mães, incentivando-as a priorizar sua própria saúde mental e emocional enquanto cuidavam de suas famílias.

1.1. Audre(y) Lorde: Uma nova grafia que rompe com silêncios

Eu não gostava do rabinho do ípsilon pendendo para baixo da linha em Audrey e sempre esquecia de colocá-lo, o que costumava perturbar muito a minha mãe. Aos quatro anos, eu amava a uniformidade de AUDRELORDE, mas lembrava de colocar o ípsilon porque isso agradava à minha mãe e porque, como ela sempre insistia, era assim que tinha que ser, porque era assim que era. (LORDE, 2020, p.53).

Da hibridização da memória, realidade e da poesia, Audre Lorde tornou-se um símbolo para a construção do movimento feminista interseccional, evidenciando em seu discurso suas inquietações e encantamentos com o mundo, explorando por meio da literatura, uma vivência política e confessional acerca de sua relação com a sociedade e com o individual. Lorde transita entre distintos espaços e posições como poetisa, ativista, ensaísta e mãe, desafiando os estereótipos sociais de gênero, sexualidade e raça, e incorporando em suas obras uma ótica expansiva acerca das interseccionalidades que transpassam as vivências das mulheres negras e lésbicas. Compreender as origens desta autora é um passo de suma importância uma vez que suas linhas transpassam sua história e emoções.

Antes de Audre Lorde, poetisa e militante, existia a pequena Audrey Geraldine Lorde, nascida em Nova York em 18 de fevereiro de 1934 em uma família de imigrantes caribenhos, que saíram de Barbados e migraram para o Harlem, como evidenciado no estudo de Alina Nunes (2021). Para além de datas ou marcações bem delimitadas, a obra *Zami: Uma nova grafia do meu nome, uma biomitografia* (2021), apresenta um compilado de memórias de Audre Lorde que abordam desde sua infância até o seu processo de desenvolvimento pessoal, sexual e romântico, sendo utilizado como um objeto de estudo que possibilita explorar as vivências de Lorde sob uma perspectiva de caráter íntimo. Sendo assim, Lorde (2020) nos apresenta seu mundo, em uma infância marcada pela sensibilidade em um lar onde o feminino representava a força, independentemente das raízes heterossexuais do casamento de seus pais, o que podemos verificar por meio do seguinte recorte:

Minha mãe era uma mulher muito poderosa. Isso num tempo em que a combinação das palavras mulher e poderosa era quase inexprimível na língua comum branca estadunidense, exceto quando acompanhada por algum adjetivo explicativo aberrante, como cega ou corcunda, ou louca, ou negra. Assim, quando eu era pequena, mulher poderosa correspondia a outra coisa bem diferente da mulher comum, simplesmente “mulher”. (LORDE, 2020, p.37).

Lorde evidencia sua admiração ao escolher o adjetivo poderosa para definir sua mãe e ao decorrer de suas obras efetua reflexões acerca do que a fizeram concluir a existência desse poder, como o fato de só ter visto sua mãe chorar duas vezes durante a infância (LORDE, 2020, p.42) ou a forma como ela apresentava uma constante oscilação entre a proteção e o sofrimento perante o racismo sofrido por Lorde na infância¹. Podemos relacionar essa forma de lidar com os sentimentos com Bell Hooks² (1981), que afirma que a repressão emocional das mulheres negras parte de uma hibridização de distintos locais de opressão social, sendo deste modo uma resposta à opressão interseccional do racismo e sexismo, evidenciando que emoções como tristeza foram compreendidas como uma vulnerabilidade perigosa para mulheres negras, se agravando em contextos de marginalização estrutural e de classe. A construção dessa auto repressão emocional se torna uma forma de tentar tecer uma proteção e demonstrar resistência, um processo internalizado no qual evita-se exposição a novas formas de opressão (Hooks, 1981).

Esse conceito dialoga com a ideia apresentada por Audre Lorde de sua mãe como uma mulher detentora do poder, mas que se apresenta emocionalmente contida para expressar sua tristeza, utilizando muitas vezes de sua raiva como um instrumento para externalizar seus incômodos e inquietações (LORDE, 2020). Tressie McMillan Cottom (2022) aborda a existência da solidão emocional imposta pela busca da resiliência e silenciamento em mulheres negras, visando corroborar com o discurso da docilização dos corpos. A autora ainda observa que essa busca por externalizar o poder, utilizada como um instrumento de resistência ao racismo,

¹ Em *Zami: Uma nova grafia do meu nome - uma biomitografia* (2020) Audre Lorde narra diferentes situações de opressão ao qual a reação de sua mãe variou entre acolher o choro e a melancolia infantil e silenciá-la visando proteger sua filha da opressão. Um dos exemplos é o caso de quando Audre Lorde se candidatou como presidente estudantil e foi alertada pela mãe que ela não seria eleita, e que em caso de choro a menina seria punida. Esse evento se concretizou com a frustração de Lorde e a raiva de sua mãe, que embora tenha agredido sua filha, utilizou de suas palavras para demonstrar sua preocupação com a filha.

² A autora bell hooks utiliza-se do seu nome como um instrumento de um movimento político, deste modo, optou-se por utilizar sempre a grafia com letras minúsculas.

ocasiona frequentemente uma condição de isolamento que dificulta a expressão e compreensão acerca das emoções. Deste modo a oscilação presente nas interações de Lorde com sua mãe, incluindo as poucas lágrimas em situações de dificuldade ou sofrimento, corrobora com essa ideia de uma emulação de resistência emocional, que por sua vez busca manter a plena integridade do sujeito perante as situações de adversidades presentes nas interações do cotidiano, que, conflitantemente e ao mesmo tempo, restringem a liberdade emocional, gerando uma espécie de resiliência condicionada.

Lorde (2020) também apresenta seu pai como uma figura de poucas palavras e de participação bastante limitada em seu cotidiano, demonstrando a influência feminina de sua mãe no processo de resolução de conflitos e ensinamentos acerca de identidade. Esse fato é confirmado por meio do seguinte fragmento:

Exceto para assuntos políticos, meu pai era um homem de poucas palavras. Mas todas as manhãs ele tinha longas conversas consigo mesmo no banheiro. Durante os últimos anos da guerra, era mais fácil encontrar meu pai fora de casa do que dentro ou, na melhor das hipóteses, dormindo por algumas horas antes de sair novamente para o turno noturno na fábrica de artefatos bélicos.(LORDE, 2020, p.127).

Conectando com Angela Davis (2018) e suas observações acerca do cuidado com os filhos, é possível verificar um processo centralizador na figura materna, cabendo a elas todo o processo de gerenciamento de conflitos de relações e com o território. Audre descreve algumas das falas de sua mãe sobre o racismo de modo pouco explicativo, gerando muitas inquietações descritas pela autora, assim como a sensação de solidão e necessidade de encontrar alguma parceria para sua existência infantil, o que fica evidente o seguinte trecho:

Quando eu estava com quatro ou cinco anos, daria qualquer coisa que tivesse, exceto minha mãe, para ter uma amiga ou uma irmãzinha. Ela seria alguém com quem eu poderia conversar e brincar, alguém com idade próxima o suficiente para que não tivesse medo dela, nem ela de mim. Compartilharemos nossos segredos uma com a outra. Mesmo com duas irmãs mais velhas, cresci me sentindo filha única, porque elas tinham idades próximas entre si e muito distantes da minha. Na verdade, cresci me sentindo um planeta solitário, ou um mundo isolado num firmamento hostil, ou pelo menos, não amigável. O fato de ser mais bem-vestida, abrigada e alimentada do que muitas das outras crianças do Harlem naqueles anos da Depressão não era algo que sobressaísse com muita frequência na minha cabeça.(LORDE, 2020, p.69).

Neste recorte é evidenciado que a Audre Lorde tinha origem em uma família com um pouco mais de estabilidade financeira, o que gerava atritos no seu processo de se conectar com outras crianças de seu bairro. Outro ponto que Lorde (2020) destacou foi sua dificuldade de inserção dentro da escola, devido a sua miopia intensa e do seu processo de aprendizagem ser constantemente desvalidado no ensino tradicional, não somente por sua forma de se expressar, mas também pelas dinâmicas raciais presentes em seu território na época.

A seguir vemos uma foto de Audrey Lorde criança, apresentada com os trajes bem arrumados, cabelos penteados com tranças e os óculos de grau que eram utilizados devido à sua miopia de alto nível.

Figura I - Pequena Audre Lorde



Disponível em::

<https://www.literaryladiesguide.com/literary-musings/classic-women-authors-as-children/>

Acessado em 01 nov. 2024

Nessa fotografia é possível observar a escolha de roupas claras e o incentivo a feminilidade, assim como, com a necessidade imposta a Lorde de se apresentar de modo organizado e limpo perante a sociedade, o que é marcado em seu discurso constantemente ao se referir às regras e a rigidez de seu lar (LORDE, 2020, p.69). Contudo, mesmo se apresentando com receio de não seguir as regras da casa, Lorde rompeu com a grafia de seu nome buscando pôr sua singularidade e encontrando a poesia dentro de si ainda criança.

Para além de sua infância, Audre Lorde optou por conhecer o México após a sua saída da casa de seus pais. Esse evento tornou-se significativo em sua vida, uma vez que possibilitou uma nova compreensão acerca do conceito de identidade, luta, resistência e até mesmo questionar o verdadeiro significado de ser uma mulher negra em territórios distintos (LORDE, 2020). Durante essa jornada, a autora enfrentou contratempos acerca da liberdade pessoal e dos choques culturais, eventos que proporcionaram uma imersão de autoconhecimento e da auto aceitação, possibilitando a expansão da compreensão do papel na resistência feminina negra (HOOKS, 1989), o que fica evidente no fragmento:

Foi no México que parei de me sentir invisível. Nas ruas, nos ônibus, nos mercados, na praça, na atenção particular nos olhos de Eudora. Às vezes, meio sorrindo, ela examinava todo o meu rosto sem dizer nada. Isso me fazia sentir que ela era a primeira pessoa que tinha olhado para mim, que tinha visto quem eu era. E ela não apenas me via, ela me amava, me achava bonita. Essa não era uma colisão acidental.(LORDE, 2020, p.314).

A relação descrita com Eudora proporcionou para Lorde uma nova ideia acerca do seu lugar, de sua existência enquanto sujeito e até mesmo como instrumento que recebe o afeto e é digno dele. Ao afirmar que sentiu-se vista pela primeira vez, ela evidencia uma inquietação acerca da sua invisibilidade social, o que é transformado a partir dessas vivências multiculturais, e dialoga com a ideia apresentada por Jennifer C. Nash (2021), que observa em sua pesquisa o processo de explorar a fluidez da identidade negra, de modo singular e social que ressignifica-se de acordo com seus distintos contextos e vivências territoriais (NASH, 2021).

Em seus aspectos profissionais, Lorde (2020) atuou como professora e também como ativista, incentivando a construção de uma educação crítica e emancipatória, dando ênfase ao abordar temas como sexualidade, gênero e raça sob uma ótica interseccional, em um dos momentos de tensão histórica sobre esses recortes (1981), que eram frequentemente marginalizados e subalternizados. Do ponto de vista racial (Crenshaw, K. 1991), havia também uma questão crítica da violência policial sofrida pelas comunidades negras e latinas. Diversos movimentos, incluindo a Aliança Nacional contra Racismo e Apartheid, que foi formada em 1980, destacaram as questões da desigualdade racial e da segregação que persistiam na cidade.

Pelas dificuldades impostas pela recessão econômica e exacerbadas pela pobreza, as comunidades não brancas, sofriam taxas altas de desemprego e ameaças a sua subsistência contínua, o que também aprofundava a divisão racial e social na cidade (Lipsitz, G. 1995) . Em termos de gênero e sexualidade, 1981 também teve um significado especial no que diz respeito à vida do movimento feminista e queer. As mulheres, especialmente as mulheres negras e latinas, enfrentaram o sexismo e a violência de gênero, exigindo mais representação política e justiça econômica. Angela Davis e Audre Lorde eram figuras potencialmente influentes em Nova York, ao contestar o racismo no movimento feminista e abrir espaço para um feminismo mais integrado junto das linhas raciais e classistas. Além disso, a publicação de *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* em 1981 destacou ainda mais desafios únicos ao feminismo enfrentado por mulheres de cor em todo o movimento e em subcomunidades separadas. Por outro lado, o movimento LGBTQ+ enfrentou uma nova crise, uma vez que a epidemia de HIV/AIDS começou a chacoalhar a comunidade em 1981, depois de abalar os homens gays em particular. As situações de homofobia aumentaram drasticamente no estresse do próprio flagelo, e ativistas e organizações como a *Gay Men's Health Crisis*, que foi fundada em 1982, ressaltou a falta de resposta do governo e negligência de serviços públicos.

A abordagem de Lorde, dialoga com a ótica de Angela Davis ao convergir a ideia de que a educação ocupa um lugar central na transformação social, sendo uma ferramenta necessária para desafiar e questionar os sistemas hegemônicos (DAVIS, 1981). Omise'eke Natasha Tinsley (2020), dialoga com as práticas didática de Lorde, uma vez que ressalta o carácter emancipador de uma abordagem crítica e interseccional, assim como, evidencia o papel da educação no processo de validar uma perspectiva voltada para uma ótica feminista negra ao moldar futuros mais inclusivos e com propensão a auto compreensão (TINSLEY, 2020).

Além da luta no espaço da sala de aula, o trabalho de Lorde também é permeado pela batalha pessoal da escritora contra o câncer, que foi registrada por ela na obra *The Cancer Journals* (1980). Para Lorde, o câncer representava não apenas a sobrevivência física, mas a resistência emocional e política (LORDE, 1980), uma vez que ela rejeitava o ideal da *sobrevivência dores* que Hooks (1993) aborda sobre a ideia repressora de que as mulheres negras não possuem algum tipo de problema, rompendo com o silenciamento das angústias e sentimentos. Embora o enfrentamento da doença possa ser lembrado como uma evidência daquilo que Davis chama de *story deable courage*, que tem como significado o ato de se arriscar, lutar em várias frentes, mesmo quando se está sofrendo (DAVIS, 2016), o que dialoga com os registros que Lorde. Estudos recentes também apontam como a resistência de Lorde permanece um modelo de autocuidado e manutenção da saúde (COOPER, 2022). Audre Lorde faleceu em 17 de novembro de 1997 deixando dois filhos e o seu legado enquanto autora, poetisa e militante (HERÉTICA, s/d).

As obras de Audre Lorde se destacam por suas críticas ao patriarcado e a heteronormatividade, dizendo respeito ao modelo que coloca as múltiplas experiências femininas em uma caixa singularmente opressora (NUNES, 2021), o que nos permite dialogar com Bell Hooks, que afirma que o patriarcado e a misoginia não se restringem apenas a um sistema de poder que age sobre as mulheres, mas se estende a uma estrutura que molda a afetividade e a criação, limitando as relações familiares e românticas a um único modelo. O trabalho de Lorde, especialmente em *Irmã Outsider* e *Zami: Uma nova grafia do meu nome - uma biomitografia*, questiona as obrigações de gênero ao apresentar novos aspectos da maternidade e uma feminilidade que desafiam a norma (COLLINS, 2000).

Efetuando conexões com o território nacional, convidamos Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2015), que em sua pesquisa sobre literatura nacional, aborda a importância de explorar como as narrativas literárias femininas podem servir de instrumento para desconstruir a normatividade e tecer novas possibilidades de existência e perspectivas sobre o feminino. Deste modo, a literatura não cumpre somente com um papel estético, mas principalmente social, como um espaço de resistência e subversão.

Concebendo a literatura como um instrumento transformador e social, Audre Lorde questiona os padrões da normatividade, narrando sua própria existência enquanto mulher negra, lésbica, mãe e militante, rompendo com ideais patriarcais. Como Bell Hooks (2021) aponta em suas reflexões, o patriarcado constrói as formas como as dinâmicas de relações de afeto e criação devem ocorrer, delimitando modelos únicos de família e de relacionamento, marginalizando os desviantes da norma. Logo, Lorde desafia essas imposições ao apresentar uma possibilidade de maternidade e feminilidade que destoa deste padrão, apresentando a criação de filhos e as relações sáficas de forma mais fluida e libertadora, o que, segundo Collins (2000), consagrou Lorde como uma pioneira ao repensar a estrutura da maternidade, visando demonstrar algo libertador, repensando os sujeitos dessa dinâmica para além do processo orgânico e automático da reprodução, elevando a representação da mãe para um nível político e até mesmo subversivo das normas.

Outro ponto de destaque é o trabalho voltado para a comunidade negra. Como reconhecido por Angela Davis (2016), a literatura de Audre Lorde possui uma grande importância como contribuição à luta pelos direitos das mulheres negras. Para a autora, Lorde utiliza de sua linguagem poética para elevar a experiência da mulher negra ao externalizar suas angústias, decisões políticas e até mesmo suas lutas em uma sociedade de hierarquias com distintas opressões. Em seus escritos, como no ensaio *A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação*, Lorde (2020) explora o medo que impede a expressão de sentimentos, propondo o discurso e a expressão como atos de poder, o que dialoga com suas vivências infantis acerca do silenciamento de sua mãe sobre suas dores emocionais na infância, efetuando um processo de quebra de ciclo, permitindo que a vivência do sentimento seja algo orgânico, político e até mesmo inspirador e não sinônimo de fraqueza.

A noção de interseccionalidade, popularizada por Kimberlé Crenshaw (1989) e amplamente aplicada nas análises contemporâneas de Lorde, é essencial para compreender a crítica social presente na obra de Lorde. Em seus textos, como *A Burst of Light* e *Sister Outsider*, Lorde apresenta sua perspectiva interseccional sobre raça, gênero e sexualidade, enfatizando que a opressão se dá por vias interligadas e complexas, que devem ser compreendidas em conjunto e não isoladamente. Para Lorde, a experiência de ser mulher negra e lésbica em um contexto patriarcal e racista coloca-a em uma posição de resistência e de constante confronto com uma sociedade que não valoriza sua existência.

Hooks (2021) expande essa discussão ao evidenciar que o feminismo interseccional de Lorde é uma luta não apenas pela inclusão, mas pela transformação radical das estruturas de poder. Lorde insiste que o feminismo deve abraçar as múltiplas experiências de todas as mulheres, especialmente as mais marginalizadas. Para tanto, seu discurso ressoa em autoras como Patricia Hill Collins, que atualizam as noções de Lorde ao discutir, em *Pensamento Feminista Negro*, o impacto da subordinação de raça e classe nas mulheres negras, reiterando a necessidade de estratégias feministas interseccionais que transcendam o academicismo e se voltem para a realidade social.

A poesia de Audre Lorde desempenha um papel crucial em seu ativismo, configurando-se como uma ferramenta de transformação pessoal e coletiva. Ao definir-se como uma *guerreira-poeta*, Lorde utiliza a poesia não apenas como expressão artística, mas como resistência. Em ensaios como *Poetry is Not a Luxury*, Lorde (2018) argumenta que a poesia é uma forma de sobrevivência, uma necessidade para dar voz às experiências que a sociedade se recusa a reconhecer. Aqui, o pensamento de Lorde converge com o de Davis, que defende a importância da arte na luta pelos direitos civis, vendo na expressão poética uma forma de resistência e de redefinição da identidade negra.

Além disso, Lorde deixa um legado na educação e na teoria feminista através de sua visão sobre a escrita como um ato político, que Hooks (2021) retoma ao sugerir que a escrita, para Lorde, é uma forma de descolonizar o imaginário das mulheres negras e lésbicas. Esse ato se reflete em autoras contemporâneas como a

britânica Reni Eddo-Lodge e a brasileira Djamila Ribeiro, que também discutem o poder da palavra para subverter os discursos opressivos.

O impacto da obra de Audre Lorde na contemporaneidade revela-se em teorias que exploram as estruturas de poder que governam as relações sociais e raciais. Nos dias atuais, as análises de Lorde sobre opressão múltipla e resistência permanecem vivas em teóricas como Saidiya Hartman e Christina Sharpe, que estudam as consequências da violência sistêmica na vida das pessoas negras. Sharpe, com seu conceito de *necropolítica*, expande a análise de Lorde, revelando o impacto das políticas de morte nas comunidades marginalizadas e a urgência de práticas de resistência.

Por outro lado, o pensamento de Lorde também é revisto sob a ótica das teorias de afeto, que investigam as formas como as relações interpessoais e a construção de laços afetam a subjetividade das mulheres negras e LGBTQIA +³. Autores como Sara Ahmed (2010), em *The Promise of Happiness*, discutem como o afeto e as relações íntimas podem se transformar em atos de resistência, espelhando a noção de parentalidade como resistência proposta por Lorde.

Audre Lorde deixou um legado enquanto autora e militante, uma vez que . suas análises possibilitam refletir acerca das dinâmicas de opressão que permeiam os campos relacionados a raça, gênero e sexualidade, possibilitando encontrar conexões com a sua produção e a atualidade, não restringindo suas obras para um campo de estudos feminista, uma vez que, elas expressam a prática política e a arte contemporânea. Sob uma ótica familiar, Lorde quebra com distintos padrões comportamentais demandados para uma mulher em seu tempo, narrando suas vivências no amor lésbico e sua comunhão com as mulheres pela qual vivenciou o desejo e a ternura dos afetos, assim como, seus conflitos com a sua maternidade, que neste caso, marcam esta pesquisa como ponto central.

³ LGBTQIA+: Acrônimo que representa as identidades e orientações sexuais diversas, incluindo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e + outras identidades. Refere-se a um espectro de experiências que desafiam normas de gênero e sexualidade tradicionais (D'Emilio, 2020; Jagose, 2020).

Assim, faz-se necessário compreender o conceito de família e maternidade, para que assim seja possível compreender o que torna as vivências e análises de Lorde algo que diverge das normas sociais tradicionais.

1.2. Sagrada família e profana *fancha*

Podemos entender a *fancha*⁴ como uma gíria específica da comunidade LGBTQIAPN+, utilizada para referir-se a uma mulher lésbica que rompe com os padrões tradicionais de feminilidade, ampliando as perspectivas sobre a expressão de gênero. Essa identificação não implica na renúncia ao feminino, mas sim na vivência da própria existência sem as limitações impostas pelas definições convencionais de masculino e feminino. Audre Lorde, por exemplo, pode ser considerada uma *fancha*, pois, ao mesmo tempo que era mãe de duas crianças, desafiava os padrões de comportamento considerados femininos e ressignificava a estrutura familiar. Dessa forma, a partir dessa análise, torna-se possível repensar os conceitos ocidentais de família e maternidade.

Dentro dos padrões heteronormativos, a família é vista como a base para a construção do ideal de mãe – a mulher "bem-casada", cuja função principal é reproduzir a linhagem de seu provedor. Beauvoir (2018) sublinha a estrutura do casamento como um evento de servidão feminina, vinculado às decisões sobre seu corpo e liberdade, nas quais os homens determinam os acordos referentes ao seu futuro. Sob uma perspectiva heterossexual delineada pela autora, compreende-se que homem e mulher se organizam de forma complementar, porém não igualitária. No casamento, a figura masculina está associada ao status social e à descendência, enquanto para a mulher o casamento representa uma condição de sobrevivência da sua reputação e valor. A recusa ao casamento resulta em exclusão social e na ausência de alternativas para uma base financeira estável.

⁴ O termo "**fancha**" é uma gíria da língua portuguesa que, dependendo do contexto, pode ser utilizada para designar uma mulher homossexual (lésbica). É um termo coloquial que carrega diferentes conotações, variando entre tons depreciativos, ressignificações empoderadoras dentro da comunidade LGBTQIA+, e usos neutros. Segundo **Barbosa (2020)** a origem da palavra vem das margens sociais, ganhando novos sentidos dentro de contextos afetivos e políticos, ressignificando preconceitos presentes na língua.

Beauvoir (2018) destaca que o homem possui o privilégio de escolher seu status relacional, podendo ou não concretizar o casamento com base em seus interesses ou desejos. Para a mulher, trata-se de uma imposição, atrelada ao discurso da fidelidade extrema, procriação e submissão ao marido, tornando-a uma extensão do homem, ocupando seus territórios e ajustando-se às suas escolhas de vida. Em diálogo com Badinter (2011), retomamos a ideia da mulher como um sujeito tridimensional, que serve ao homem e ao filho, sem espaço para a individualidade em sua existência – uma concepção que tardou a refletir a realidade das mulheres ao longo da história.

A mulher, enquanto sujeito político, encontra-se imersa em dinâmicas de opressão e exclusão, influenciadas pela representação dos papéis socialmente atribuídos à sua existência, conforme analisado por Butler (2016) em suas reflexões sobre gênero. O casamento, como instituição, reflete as normas da sociedade, que por sua vez ditam as regras para suas dinâmicas, perpetuando relações hierárquicas e capitalistas no âmbito romântico-afetivo. Nesse sentido, o poder tornou-se um elemento intrínseco ao casamento, contrariando a construção do amor, como aponta Bell Hooks (2021), ao afirmar que "o despertar para o amor só pode ocorrer quando nos libertamos da obsessão pelo poder e dominação" (p.111).

Dessa forma, compreendemos o casamento como uma estrutura atravessada pelos ideais capitalistas, fundamentada em dinâmicas de opressão, poder e garantia de privilégios. Dialogamos com Alzira Campos (1986) que apresenta, em um contexto colonial, o matrimônio como um mecanismo estratégico para fortalecer alianças econômicas e sociais, em consonância com a estrutura patriarcal e heteronormativa da época. Contudo, nesse contexto de opressão, ainda existiam transgressões às normas estabelecidas, nas quais ocorriam casamentos por amor ou escolhas afetivas que desafiavam convenções sociais e familiares. Sendo assim, casamento por amor também pode ser visto como um ato de resistência perante as normas sociais vigentes em cada época, ainda que não necessariamente esteja relacionado ao sucesso e igualdade na relação.

A instituição familiar, conforme delineada até o momento, reflete os ideais de uma sociedade patriarcal, heterossexual, monogâmica e permeada pela sacralidade do matrimônio. No entanto, é importante ressaltar que esse não foi o único modelo possível para a construção das famílias ao longo da história. Engels (1984)

apresenta diversas perspectivas sobre as mudanças que marcaram a formação desses núcleos familiares, inclusive fazendo projeções em direção a relações mais igualitárias, como os relacionamentos pautados na ginecocracia e não monogâmicos.

Ao lançarmos um olhar para o passado, encontramos um desses modelos alternativos, caracterizado por uma natureza mística e espiritual. Esse modelo pressupõe a existência de um período de intensa promiscuidade sexual, no qual não havia a possibilidade de estabelecer relações entre pais e filhos, sendo que apenas a mãe detinha os direitos maternos, resultando em um ambiente marcado pela ginecocracia, na qual os homens não possuíam direitos paternos sobre as crianças. Angela Davis (2016, p.19-20) reforça que, ao considerarmos o recorte racial e focarmos na paternidade de homens negros, observamos a construção de dinâmicas que centralizavam os cuidados nas mãos das mulheres, afastando sua participação no processo de construção familiar. Esses homens eram incentivados, e muitas vezes obrigados, a manter relacionamentos com múltiplas mulheres, visando o aumento do número de descendentes para suprir os interesses financeiros e de trabalho forçado.

Engels prossegue em sua reflexão, abordando o impacto dos ideais religiosos na moldagem de novos padrões relacionais e utilizando elementos do panteão grego para ilustrar, por meio de mitos, como essas transformações comportamentais foram implementadas na sociedade.

Em consequência do desenvolvimento das concepções religiosas, da introdução de novas divindades, representativas de ideias novas, no grupo dos deuses tradicionais, que eram a encarnação das velhas ideias; pouco a pouco os velhos deuses vão sendo relegados ao segundo plano pelos novos. [...] Então, Atena, como presidente do Tribunal, vota em favor de Orestes e o absolve. O direito paterno vence o materno. Os “deuses da jovem geração”, como os chamam as próprias Eríneas, são mais poderosos que elas, e só lhes resta resignarem-se e, finalmente, também convencidas, põem-se a serviço do novo estado das coisas (ENGELS, 1984, p.27).

Dessa forma, Engels (1984) sugere que a mudança comportamental responsável pela transição para a monogamia, pelo direito paterno e pelo próprio patriarcado, não ocorreu exclusivamente de maneira orgânica, mas sim devido a uma base mística e religiosa que passou a determinar os novos ideais de comportamentos socialmente aceitos. Esse modelo conjugal dominante visava, acima de tudo, garantir a transmissão hereditária dos bens, estabelecendo estruturas que asseguravam a paternidade e a manutenção das propriedades. Nesse contexto, a mulher era frequentemente tratada como uma extensão desses bens, uma propriedade a ser controlada para assegurar os interesses patrimoniais do homem (ENGELS, 1984). Essa visão estrutural é também complementada por Foucault (1988), que aborda como os mecanismos de poder são instituídos para controlar corpos e comportamentos, reforçando a dominação masculina sobre as mulheres por meio de normas sociais e culturais impostas.

É importante destacar que, mesmo com o surgimento da monogamia, a exclusividade sexual não era simétrica entre homens e mulheres. De acordo com Beauvoir (2018), a cobrança de fidelidade tornou-se unilateral, impondo à esposa o papel de celibatária em troca da manutenção de certos privilégios sociais e materiais, como suporte financeiro, herança e estabilidade econômica. Enquanto isso, ao homem era permitido desfrutar do livre direito de explorar múltiplas relações sexuais e afetivas com escravas, concubinas, amantes e prostitutas, evidenciando a desigualdade que permeava essas relações (BEAUVOIR, 2018, p. 68). Essa estrutura, como apontam Davis (1981) e Hooks (2021), é emblemática do modo como o patriarcado utiliza as relações de poder para institucionalizar desigualdades de gênero, perpetuando um ciclo de subjugação feminina que se reflete nas dinâmicas conjugais.

Sob essas perspectivas, torna-se evidente que as novas dinâmicas relacionais resultaram na inversão dos papéis de poder, conferindo aos homens a posição de opressores das mulheres. Como argumenta Hooks (2021), essa nova configuração social e cultural foi construída com base em hierarquias relacionais, que desequilibraram as relações de afeto, desejo e cuidado. Essa desigualdade é ainda mais evidente quando analisada sob o prisma de Carole Pateman (1993), que

discute o "contrato sexual" como uma base oculta do contrato social, no qual as mulheres são subordinadas por meio de estruturas legalizadas e institucionalizadas. Isso demonstra como a dominação masculina não é apenas relacional, mas também profundamente enraizada em dispositivos estruturais que sustentam o patriarcado.

A perpetuação dessas dinâmicas, no entanto, não se limitou às relações individuais. Elas foram amplamente legitimadas e promovidas por instituições sociais, como a igreja e o Estado, que desempenharam papéis centrais na consolidação das normas patriarcais. Segundo Foucault (1988), o poder disciplinar exercido por essas instituições moldou os corpos e comportamentos femininos, controlando tanto suas ações quanto suas subjetividades. Essa internalização das normas sociais garantiu que as mulheres desempenhassem papéis que reforçassem a hegemonia masculina, enquanto as alternativas a esse modelo eram marginalizadas ou reprimidas. Essa leitura é ampliada por Collins (2019), que argumenta que a interseccionalidade ajuda a compreender como raça, gênero e classe contribuem para a estratificação das opressões que as mulheres enfrentam.

Portanto, as dinâmicas conjugais e sociais que emergiram com o advento da monogamia ilustram a complexidade do patriarcado e sua capacidade de se adaptar para garantir a manutenção do poder masculino. A institucionalização dessas normas serviu como uma ferramenta para consolidar a opressão de gênero, perpetuando desigualdades e limitando as possibilidades de resistência. Contudo, autoras como Hooks (2021) e Beauvoir (2018) ressaltam que, mesmo dentro dessas estruturas, existem brechas para a subversão e a transformação, apontando a necessidade de um olhar crítico sobre as relações afetivas, econômicas e culturais que sustentam essas dinâmicas. É apenas por meio dessa análise crítica que podemos desafiar e desconstruir as bases do patriarcado, abrindo espaço para relações mais igualitárias e libertadoras.

Contudo, a base etérea acerca do processo de construção familiar não pode ser tratada como a única forma de compreensão sobre o assunto, mas auxilia na lógica que transpassa o sagrado enquanto discurso normatizador de núcleos

familiares. Com o surgimento do cristianismo, as estruturas patriarcais se mantiveram, mas novos padrões comportamentais foram aplicados à estrutura do casamento. Wanda Deifelt (1999) afirma que o padrão heterossexual foi apresentado como uma estrutura que equilibrava os distintos polos de masculino e feminino. No entanto, como problematizado por Beauvoir (2018), a estrutura casamento possui base masculina, não havendo igualdade dentro da relação. Sobre essa questão a autora destaca que:

Mas não é à mulher ela própria que o homem dirige um apelo: é a sociedade dos homens que permite a cada um de seus membros realizar-se como esposo e como pai; integrada como escrava ou vassala nos grupos familiares dominados por pais e irmãos, a mulher sempre foi dada em casamento a certos homens por outros homens. Primitivamente, o clã, a gens paterna dela dispõe mais ou menos como de uma coisa: ela faz parte das prestações que dois grupos se outorgam mutuamente; sua condição não se modificou profundamente quando o casamento em sua evolução se revestiu de uma forma contratual; dotada ou recebendo parte da herança (BEAUVOIR, 2018, p.112).

Assim, confirma-se a ideia de que a mulher foi construída socialmente enquanto uma objeto servente ao homem, antes mesmo do casamento sendo um bem de sua figura paterna e sendo negociada perante interesses e valores masculinos. Essa reflexão permite um diálogo com Bell Hooks (2021), que pontua que as relações heterossexuais proporcionam de um descontentamento em relação às dinâmicas românticas, como fica evidente no seguinte fragmento:

O Relatório Hite – chamou a atenção para o fato de que mais de 90% das mulheres heterossexuais consideram decepcionantes os relacionamentos emocionais com homens por causa da recusa masculina em compartilhar pensamentos e sentimentos. As lésbicas entrevistadas para a pesquisa afirmaram considerar seus relacionamentos satisfatórios porque havia uma consistente comunicação mútua (HOOKS, 2021, p. 145).

Compreendemos que o conceito de equilíbrio por meio de diferentes polaridades não são necessariamente uma realidade na vivência dos casais heterossexuais, uma vez que os padrões de gênero binários estruturam comportamentos socialmente aceitos para homens e mulheres, o que impossibilita experimentações acerca de vivências e compreensões sociais semelhantes, distanciando essas relações em sua capacidade de acolher e compartilhar.

A existência feminina foi atrelada ao mal dentro de alguns recortes religiosos, como no mito da caixa de Pandora⁵ e principalmente no recorte do cristianismo, vertente que associou a figura da mulher com a facilidade de ser corrompida. Essa concepção é apresentada no *Malleus Maleficarum*, conhecido como o *Martelo das Feiticeiras*, obra utilizada durante a caça às bruxas, que visava doutrinar as pessoas contra comportamentos desviantes. Assim, a mulher é apresentada nesta obra como um ser propenso a desvirtuação:

A razão natural para isto é que ela é mais carnal que o homem, como fica claro pelas inúmeras abominações carnis que pratica. Deve-se notar que houve um defeito na fabricação da primeira mulher, pois ela foi formada por uma costela de peito de homem, que é torta. Devido a esse defeito, ela é um animal imperfeito que engana sempre (KRAEMER, 2007, parte I, p.52).

Com esse fragmento é possível compreender que a mulher foi representada como um elemento considerado falho e propenso ao erro, assim como um ser que ilude, como ficou marcado do mito de Adão e Eva, o que é evidenciado pela autora Juliana Ávila Pereira (2021), que apresenta a leitura acerca da mulher enquanto um ser propenso a ser manipulada por entidades demoníacas, o que fica evidente no seguinte fragmento:

O hediondo crime de Eva, que ousou colher o fruto da árvore proibida e influenciou Adão a seguir o mesmo caminho, foi transformado em um pecado sexual. Pois, Eva, em tal pensamento, corroborou com o demônio, subvertendo-se às leis de Deus no Paraíso e, assim, tornando-se em um ser profano.

⁵ "Pandora (cujo nome significa: plena de dons sedutores dados pelos deuses) foi criada para desfazer ou amaldiçoar o trabalho de Prometeu. Este (cujo nome significa: aquele que pensa antes), não se deixou enganar e seduzir. O mesmo, porém, não ocorreu com seu irmão Epimeteu (aquele que pensa depois). Pandora abriu sua caixa que continha todos os males, sobrando em seu fundo somente a esperança. Assim, este mito atribui os males civilizatórios não ao progresso (repressão) mas à sensibilidade e sensualidade (como livre satisfação das pulsões), representada pela figura feminina." (MACHADO,2023, p.13)

Assim, após Eva corromper com a pureza de Adão, Deus optou por punir não somente a Eva, mas todas as mulheres, o que é comprovado pelo recorte “E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (Gênesis 3:16), condenando a mulher à submissão e às dores.

A obra *A Queda do Homem*, pintada por Tiziano Vecellio por volta de 1550, é uma representação icônica da história bíblica do Jardim do Éden. Ticiano, um dos maiores mestres do Renascimento veneziano, captura a narrativa da tentação de Adão e Eva com sua habilidade excepcional em cor e composição. No centro da pintura, Eva oferece a maçã a Adão, enquanto a serpente, enroscada na árvore, observa a cena. Ticiano utiliza um jogo de luz e sombra para enfatizar os corpos nus dos protagonistas, destacando a vulnerabilidade e a inevitável queda após o pecado original. Esta obra é um exemplo perfeito da maestria de Ticiano em retratar emoções humanas complexas e narrativas mitológicas através de uma rica paleta de cores e um estilo robusto e dinâmico.

Figura II - A Queda do Homem



Disponível em : https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Titian_-_Adam_and_Eve_-_WGA22816.jpg

Acesso em: 07 de fevereiro de 2024.

A representação de Adão e Eva na pintura de Ticiano Vecellio é emblemática, marcando a origem da vida humana no contexto cristão. No quadro, Adão, reconhecido como a imagem e semelhança de Deus, aparece tentando recusar o pecado de Eva. Esta última, com uma expressão de interesse, segura o fruto proibido nas mãos. Notavelmente, atrás de Eva, encontra-se uma raposa, um animal frequentemente associado à falsidade ou ações planejadas que visam a construção de um cenário negativo, representando, assim, a astúcia. Essa associação está atrelada à personagem feminina, considerada corruptível e perversa nos mitos religiosos, sendo responsabilizada pelos males e pecados do mundo. Essa narrativa retira a culpa do homem, que é delineado como racional, reforçando estereótipos de gênero e perpetuando uma visão desigual entre homens e mulheres.

Se por um lado o discurso sobre a mulher envolvia atrelar o profano aos seus corpos, Adrienne Rich (1980) evidencia que o controle masculino era exercido por meio da violência, aprisionando-as, violentando seus corpos, negando seus filhos e até mesmo o seu desejo sexual. Esses conflitos não se restringem à desigualdade de gêneros, mas também à heterossexualidade.

Diferentemente dos atuais padrões heterossexuais, Wanda Deifelt (1999) apresenta que a homossexualidade entre homens nem sempre foi tratada como algo abominável. Na Grécia antiga essa prática era comum, mas a questão do poder acerca das representações de gênero era bem delimitada. Assumir o papel de passivo durante o coito era associado à servidão, considerado digno apenas para mulheres e escravizados.

Como apresentado pela autora, essa imposição é resultado do poder masculino. Os homens viam a si mesmos como iguais, efetuando trocas daquilo que consideravam como energia masculina pura, permitindo a liberação da raiva. A mulher, contudo, era equiparada aos bárbaros, possuindo o mesmo valor de servidão, com seu prazer castrado, uma vez que sua finalidade era reprodutiva. É válido ressaltar que as relações lésbicas eram consideradas não naturais, fugindo da função vista como primordial acerca dos corpos femininos, no caso, a reprodução.

Assim, Butler (2017) possibilita a compreensão do sexo como um elemento pré-discursivo que também é atravessado pelo gênero, mas não se limita a ele. As representações de gênero não estão intrinsecamente ligadas ao sexo, uma vez que as dinâmicas de poder podem ser reproduzidas independentemente de corpos considerados masculinos e femininos.

Na Bíblia, o discurso heteronormativo é delineado nos versículos de Levítico 18:22 e 20:13, que estipulam: "Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; abominação é" (BÍBLIA, Levítico 18:22) e "Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue será sobre eles" (BÍBLIA, Levítico 20:13). Estes textos são interpretados como expressando a não aceitação divina de relações homossexuais, além de estabelecerem tais comportamentos como desvios sociais puníveis. Esta perspectiva contribui para um cenário de exclusão social e potencialmente encoraja atitudes violentas contra aqueles que divergem da norma heterossexual estabelecida.

Deifelt (1999) efetua uma reflexão acerca da intolerância presente em textos bíblicos, definindo-os como um dos principais agentes de exclusão das relações homossexuais masculinas, associando-as ao pecado e como um evento que rompe com o divino. É necessário salientar que a autora pontua que as relações entre mulheres lésbicas, novamente, não foram citadas nos textos sagrados. Contudo, essas não tinham sua sexualidade assimilada enquanto sexo, uma vez que partia-se do princípio de que as mulheres não possuíam desejo sexual, e o prazer era conseqüentemente negado. Sob uma outra perspectiva, o trecho de Romanos 1:26-27 permite a compreensão da condenação a práticas sexuais que divirjam da heterossexualidade de modo geral, abordando também práticas lésbicas, como podemos ver em:

26 Por causa disso Deus os entregou a paixões vergonhosas. Até suas mulheres trocaram suas relações sexuais naturais por outras, contrárias à natureza.

27 Da mesma forma, os homens também abandonaram as relações naturais com as mulheres e se inflamaram de paixão uns pelos outros. (BÍBLIA, online, Romanos 1:26-27).

Neste sentido, compreende-se que a construção das famílias ressignificou-se, principalmente com o surgimento do patriarcado⁶. Sofreu mudanças devido a influências sagradas ocidentais, mas também deve-se ressaltar a necessidade de procriação e as dinâmicas capitalistas como instrumentos centrais para o casamento, rompendo com os ideais românticos atuais acerca de amor, atração e desejo.

Sendo assim, o que é considerado como família e padrão de comportamento sexual é relativo ao seu tempo e às estruturas sociais que permeiam essa construção. Na atualidade, embora ainda exista um padrão de heterossexualidade associado ao casamento, alguns países legalizaram o casamento LGBT. No Brasil, evento ocorreu em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo⁷ como uma entidade familiar. Entretanto, como apontado por Kamilla Alves Duarte (2023), em 2018, iniciou-se um movimento de uma nova direita no Brasil, de caráter ultra conservador, utilizando elementos que defendiam a ideia da 'moral e bons costumes', baseando-se no discurso cristão para estabelecer padrões comportamentais considerados como ideais. Assim, a família voltou a ser um elemento centralizador de comportamentos, e as consequências disso foram percebidas nas minorias sociais.

No ano de 2023, o Pastor Eurico, integrante do Partido Liberal (PL), elaborou o projeto de lei PL 5167/2009 que visa invalidar e impossibilitar o casamento fora da heterossexualidade. Este projeto reconhece casais LGBTQs em união estável, mas

⁶ Acredita-se que o patriarcado começou com a transição das sociedades nômades de caçadores-coletores para as sociedades agrárias, cerca de 10.000 anos atrás, quando a propriedade privada e a necessidade de herdeiros para a terra aumentaram o controle masculino sobre a reprodução e a família. Essa estrutura social foi reforçada por normas culturais, religiosas e legais ao longo dos séculos. LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2019. ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁷ O termo sexo foi utilizado ao invés de gênero devido a escolha do próprio documento oficial, contudo, compreende-se que essa escolha visa enfatizar padrões binários de identidades, focando em aspectos biológicos e não em questões de gênero em si.

nega o casamento como um direito, argumentando que pessoas do mesmo sexo não geram filhos organicamente. Dessa forma, o projeto utiliza a ideia do casamento como um instrumento voltado principalmente para a reprodução. Alguns pontos centrais desse projeto de lei são discutidos em uma matéria da revista *Carta Capital* (2023), que destaca:

O comportamento homossexual, segundo o texto, 'separa a sexualidade do seu significado procriador'. Aponta que o comportamento homossexual é 'contrário ao caráter pessoal do ser humano e à lei natural'. Argumenta que a união homoafetiva 'não proporciona à sociedade a eficácia especial da procriação'. Afirma que crianças que crescem sob a proteção de um casal homossexual são privadas do 'valor pedagógico e socializador da complementariedade natural do ser humano. Insinua que a legalização do casamento homoafetivo é uma tentativa de 'manipulação social'. Ao longo do parecer, Eurico também argumenta que 'a luta contra o aborto não é suficiente' e que é preciso proteger a união heterossexual com caráter exclusivo.

Sendo assim, o casamento fora da heterossexualidade mina as estruturas ideológicas e de crença de uma parcela da sociedade, fundamentada em ideais conservadores e desconsiderando a necessidade de um Estado laico. Mais uma vez, o âmbito privado e o público engajam-se em um diálogo, no qual há a interferência recíproca, e as estruturas de opressão fortalecem-se discursivamente.

Dessa forma, a fancha, enquanto mãe, desafia as compreensões pré-discursivas sobre gênero, rompe com a lógica da não-reprodução em núcleos que divergem da heterossexualidade compulsória, em seu discurso, o prazer feminino emerge como um elemento intrínseco à mulher. Ela ressignifica e desafia as estruturas familiares conhecidas até o momento, apresentando-se de maneira política ao não negar seus desejos.

Assim como Eva, a lésbica morde a maçã, permitindo-se desfrutar da liberdade de escolhas além de imposições masculinas, ignorando hierarquias e dando o passo significativo rumo à sua individualidade e compreensão de sua vontade. A sáfica e pecaminosa, *profanafancha*⁸, emerge como figura desafiadora, questionando normas preestabelecidas e subvertendo expectativas.

⁸ Splinter gerado a partir dos termos Profana e Fancha.

1.3 Maternidades em oposição: lugares históricos da mãe branca e da mãe negra

Refletir acerca de família é um passo importante para visualizar as dinâmicas que estruturam a compreensão discursiva acerca do papel da mulher perante a sociedade, uma vez que o casamento e o parto se tornaram elementos impostos como a única possibilidade de existência feminina. Sendo assim, a mulher, em seu papel biológico e social de gerar, é apresentada à função de mãe, termo que em sua etimologia deriva do latino *madre*. Conforme apontado por Flávia Regina Marquetti (2003, p. 18):

[...] o lexema mãe apresenta, como sentido primeiro, o de mulher ou fêmea que deu à luz um ou mais filhos; mas o termo recobre também os sentidos de matriz - fonte, origem, útero e seio - e o de nutriz. Percebe-se, portanto, uma fusão de sentidos nos diversos idiomas, o que permite definir o lexema mãe a partir das funções de gerar e nutrir. Essas duas funções, interligadas no inconsciente humano desde tempos imemoriais, só podem ser percebidas como ações ligadas ao feminino.

Sendo assim, a compreensão acerca da palavra mãe restringe-se ao elemento pré-discursivo feminino, no qual a condição de gerar está intrínseca ao papel da mulher cisgênero, independentemente do desejo ou vontade de performar essa função social. Badinter (2011), apropria-se deste termo e expande sua compreensão sociopolítica como uma maneira popular de fazer referência à mulher casada e que possui filhos legítimos resultantes dessa união. Dentro do imaginário coletivo, a palavra “mãe” muitas vezes implica a concepção de uma única possibilidade do que significa maternidade, associando valor a um modelo de família heteronormativa e restringindo a mulher a uma vivência que a valida enquanto sujeito apenas ao desempenhar sua “função biológica”.

De acordo com Beauvoir (2018), esse evento é socialmente interpretado como o sinônimo da verdadeira realização pessoal da trajetória da mulher, assemelhando-se a um sistema do processo evolutivo e biológico necessário para o pertencimento social, o que Laís Mourão Sá (2005) determina como “fundamento da comunidade em laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentimento de

adesão a princípios e visões de mundo comuns, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um espaço-tempo (origem e território)”. Sendo assim, para integrar a sociedade, caberia à mulher exercer o papel de mãe. No entanto, isso não necessariamente reflete a verdadeira vontade em relação ao seu próprio corpo, sendo, muitas vezes, moldado socialmente por construções de desejos.

Deste modo, compreende-se que a mulher cisgênero, antes de ser condicionada ao papel de mãe, é um sujeito transpassado por sua singularidade, o que é rompido com os conflitos que passam a surgir em relação à vivência materna, uma vez que essa pode sobrepor ao desejo individual. A autora enfatiza que as tensões presentes nas relações de poder e gênero, como evidenciado por Judith Butler (2018), permeiam a construção da realidade materna, destacando que o filho torna-se um elemento centralizador e, por vezes, de opressão, o que se encontra presente no discurso de Audre Lorde (2018) em sua inquietação no contexto da criação do seu filho homem, temendo que os padrões sociais acerca de gênero sejam reproduzidos na construção da masculinidade de Jonathan, como podemos observar no fragmento a seguir:

Desejo criar um homem negro que não vai se acomodar nem vai ser destruído pelas corrupções chamadas de “poder” pelos patriarcas brancos, que querem a destruição dele com a mesma certeza que querem a minha. Desejo criar um homem negro que vai reconhecer que os verdadeiros objetos de sua hostilidade não são as mulheres, mas sim os elementos de uma estrutura que o programou para temer e desprezar mulheres, assim como a sua própria identidade negra (LORDE, 2018, p. 13).

Assim, Audre Lorde efetua uma reflexão sobre a sua maternidade lésbica no processo de educar um filho homem, evidenciando em seu discurso os anseios pela relação de seu filho com padrões de masculinidade socialmente aceitos, visando a criação de um homem que não se apresente de modo opressor para contra as mulheres que o cercam, e sim contra um sistema patriarcal baseado em dinâmicas de poder. Diante desse contexto, surge a indagação: como seria possível alcançar a realização pessoal da mulher ao construí-la exclusivamente fora de si, concentrada unicamente no ato de gerar e nutrir uma família?

Susan K. Besse (1999) utiliza o recorte de tempo de 1914 até 1940 para abordar as reestruturações da ideologia de gênero em território nacional, e destaca o discurso acerca do papel da mãe, afirmando que neste recorte de tempo a maternidade era exaltada de forma mais expressiva que o próprio papel da esposa, contando com o apoio político, médico, midiático e do Estado, na qual o discurso propagado dizia que:

Se essa fosse uma justificativa insuficiente para as mulheres se dedicarem à maternidade, sustentava-se também que o papel representava o caminho mais seguro para a auto-realização. Às mulheres que podiam ter se desencantado com o casamento, dizia-se: “ Sua vida não está para um amor [conjugal] que nunca se satisfaz, mas feita para um amor [maternal] sério, sincero e grande”. Às mulheres que podiam ter sido tentadas por prazeres mundanos ou pela realização profissional, advertia-se que a maternidade trazia recompensas maiores: “A vida perde a monotonia das sensações sempre iguais e repetitivas, para adquirir outros encantos, sempre novos e variados. Já não busca, com tanto afã, as diversões” (BESSE, 1999, p.109).

Essa ideia de realização através da maternidade está intrinsecamente ligada a um discurso associado ao mito do amor materno, que baseia-se no controle discursivo acerca das emoções de mulheres cisgêneras, estipulando um padrão afetivo-comportamental e desconsiderando a realidade de que não somente corpos femininos podem gerar e nutrir. Conforme observado por Badinter (2011), o “discurso maternalista” se converteu como uma crença inquestionável por volta do final do século XVIII, sendo transmitido ao longo da história por diversas gerações, empregando o amor materno como elemento intrínseco a existência da mãe, e não como um processo em construção ou até mesmo político.

Assim o amor materno se apresenta como um ponto de tensão discursiva, representando uma condição imutável, o que possibilita questionar o que é o conceito de amor e o seu significado. David E. Zimmerman (2012, p. 58) efetua um levantamento de possibilidades para apresentar a etimologia da palavra amor, e assim afirma que:

Creio que é válido levantarmos a hipótese de que o vocábulo amor possa ter origem na composição do prefixo a (sem) + mors, com o genitivo mortis significa morte; daí se derivariam palavras como mortandade, câmara mortuária, moribundo, morgue. Assim, se esta hipótese de o vocábulo amor etimologicamente confirma que ela significa sem a pulsão de morte, podemos depreender que a pulsão de vida predominou, ou seja, Eros foi mais forte do que Tântatos. O importante a assinalar é que na prática psicanalítica a qualidade do amor sempre está ligada a algum tipo de arranjo entre as pulsões de vida (amorosas) e as pulsões de morte (agressivo-destrutivas), de modo que costumam resultar as diversas formas de o sujeito amar e ser amado.

Deste modo, o autor compreende que o amor, além da perspectiva atual acerca deste sentimento, nasce da possibilidade de algo destrutivo ou não, que tem como base dois mitos gregos, o de Eros e Tântatos, o que Flávia Valéria Salviano Serpa (2019) descreve, respectivamente, como o desejo erótico e a atração pela morte, elementos que coexistem no subconsciente do indivíduo. Enquanto a pulsão de vida, representada por Eros, proporciona impulsos de busca pelo prazer, a pulsão de morte conduz à busca pelos atos de auto destruição e morte. Sendo assim, conclui-se que o amor possui a capacidade construtiva, otimista e pautada no desejo, contudo havendo a possibilidade de também se apresentar como um elemento destrutivo.

Bell Hooks (2021) expande o debate sobre o amor apenas como um desejo erótico, afirmando que a complexidade do sentimento não caberia apenas em uma leitura romântica afetiva, assim, ela apresenta a perspectiva de amor, por meio do princípio da vontade e escolha como elementos centrais para esse sentimento. Hooks afirma que o amor verdadeiro demanda não somente da intenção e do desejo de construir relações sólidas, mas também de elementos em troca mútua como respeito, afeição, reconhecimento, compromisso e confiança. Sendo o amor uma escolha em estado de construção, a autora conclui que “uma vez que a escolha deve ser feita para alimentar o crescimento, essa definição se opõe à hipótese mais amplamente aceita de que amamos instintivamente” (HOOKS, 2021, p. 43). Desse modo, o amor materno enquanto uma verdade universal pode ser questionada, uma vez que não existe uma única modalidade de amor, e que a vontade e a escolha podem ser retiradas do processo de maternidade.

Anny Barcelos Mazioli (2023) afirma, com base em sua pesquisa sobre historiografia dos sentimentos, que o sentir transpassa o individual e o coletivo, uma vez que o contexto social no qual o indivíduo habita tece sua compreensão acerca das emoções. A autora afirma que, por mais que os sentimentos antecedam a linguagem, essa tornou-se essencial para a determinar o sentir enquanto uma atividade social compartilhada. Sendo a emoção um elemento social, possui caráter coletivo e variável de acordo com a cultura na qual está inserida, construindo contextos emocionais. Mazioli também apresenta o conceito de estilos emocionais, que podem ser compreendidas como imposições sociais que determinam padrões comportamentais de sentimentos, determinando expressões emocionais que sejam consideradas apropriadas de acordo com os ideais sociais presentes em cada cultura. Por esta via, é possível visualizar o mito do amor materno como um estilo emocional, que é transpassado pelos padrões comportamentais de gênero.

O amor no ocidente, além da maternidade, também é delimitado com base em padrões emocionais de gênero, um dos temas apresentados na obra *O segundo sexo*, de Beauvoir (2016). A autora apresenta reflexões acerca do amor para o homem em oposição ao amor para as mulheres, efetuando uma reflexão sobre padrões de gêneros na sociedade, na qual apresenta:

Em certos momentos de sua existência, alguns homens puderam ser amantes apaixonados, mas nenhum há que se possa definir como “um grande apaixonado”; nunca abdicam totalmente, mesmo em seus mais violentos transportes; ainda que caiam de joelhos diante de sua amante, o que desejam afinal é possuí-la, anexá-la; permanecem no cerne de sua vida como sujeitos soberanos; a mulher amada não passa de um valor entre outros; querem integrá-la em sua existência, e não afundar nela uma existência inteira. Para a mulher, ao contrário, o amor é uma renúncia total em proveito de um senhor (BEAUVOIR, 2016, p. 461).

Assim, compreende-se que o sentimento é recortado pelos padrões comportamentais de gênero, tornando as relações heteronormativas desequilibradas em relação à forma de compreender o amor. Bell hooks (2021) reforça a existência das dinâmicas de poder utilizando-se da metáfora de mulheres de Vênus e homens de Marte, apresentando a dinâmica de poder e dominação masculina perante a necessidade emocional e apego que a mulher busca em suas dinâmicas relacionais,

afirmando que ninguém realmente tem a oportunidade de conhecer o amor, uma vez que o comum no dia a dia são as dinâmicas de poder, e não o amor.

Audre Lorde (2021) compreende que as diferenças entre mulheres e homens ocorre em uma dinâmica estrutural, surgindo desde a relação com a figura paterna e efetua uma crítica aos padrões de opressão existentes nas relações humanas:

Todas tivemos que aprender a viver ou trabalhar ou coexistir com homens, dos nossos pais em diante. Temos reconhecido e negociado essas diferenças, ainda que esse reconhecimento não tenha feito nada além de dar continuidade ao antigo modelo de relacionamento humano entre dominante/subalterno, nos quais os oprimidos devem reconhecer o que difere os senhores para garantir sua sobrevivência (LORDE, 2021, p. 152).

Dessa forma, compreendemos que o conceito de amor absoluto e incondicional presente no discurso da maternidade é também um instrumento de controle, não correspondendo com o processo de desenvolvimento do amor, empregado como um elemento que assegurador de contentação emocional e dever biológico. Deste modo, a construção do amor materno tem como base interesses sociais e manutenção de hierarquias de gênero, especialmente no contexto do capitalismo e na sustentação da produção de mão de obra.

Podemos observar como essa dinâmica foi construída ao longo da história e, ao mesmo tempo, verificar que o conceito de maternidade foi ressignificado em diferentes momentos, adaptando a função da mãe e seu papel de acordo com as demandas sociais. Deborah Kopke Resende (2016) apresenta mudanças de perspectivas de maternidades e dos modos de se relacionar com as crianças, proporcionando a compreensão de quatro modelos de construções familiares durante o recorte histórico entre os séculos XIV e XX, que a autora apresenta como: a aristocrática, a camponesa, a burguesa (moderna) e a da classe trabalhadora. Explorando a construção da maternidade durante aristocrática como ponto de partida, abordando os séculos XVI e XVII, a pesquisadora destaca que a relação entre mãe e filhos eram distanciadas, uma vez que o papel da mulher estava fundamentado na manutenção das aparências sociais e reprodução, excluindo dela a responsabilidade pela criação e desenvolvimento da criança.

De acordo com Freitas (2013), com o surgimento da burguesia e do capitalismo, o discurso em torno da maternidade passou por uma ressignificação, reafirmando mais uma vez o papel da mulher, porém, apresentando sua “função” de reprodutora como algo sagrado, até mesmo inerente à sua natureza. Resende (2016) argumenta que, em virtude dessa nova construção discursiva, o amor materno se consolidou como algo intrínseco e inquestionável, impulsionado pelo controle dos corpos femininos. Essa narrativa, segundo a autora, estimulou a reprodução como uma maneira de fornecer mão de obra para o sistema, configurando assim a figura da mãe sagrada e, ao mesmo tempo, um produto do capitalismo. A delimitação da docilidade e nobreza atribuídos ao papel da mãe desempenhou um papel crucial na sedimentação desses ideais que persistem nas dinâmicas sociais contemporâneas. Assim, como destaca Freitas (2013, p. 10):

Mulheres a postos em seus lares, ainda que enfrentando dificuldades para tal, criou-se um “padrão” de comportamento para o feminino, um lugar para ele de onde não se poderia sair, sem o risco de parecer “anormal” ou “desviante”. Se a mulher mãe era sacralizada, aquela que não fosse o que se esperava dela, sofria como aquela que negava a natureza [...]

Ao abordarmos o conceito de docilidade é necessário o suporte de Michel Foucault (1999), que apresenta o termo como sinônimo do controle dos corpos, moldando-os para e efetuar o domínio e a manipulação desses. Sendo assim:

A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade enfim implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também (FOUCAULT, 1999, p. 112).

Compreendemos, deste modo, que o processo de controle dos corpos se baseia em hierarquias sociais, que determinam o que é considerado como apropriado para o convívio pleno em sociedade. Bell Hooks (2019) complementa a ideia acerca de poder, apresentando esse sistema de relações como uma forma de dominação que exclui a possibilidade da liberdade, demandando conseqüentemente da resistência para sua existência, a autora utiliza-se de uma reflexão acerca dos controles dos olhares como um violência de controle, presente desde o período colonial até os dias atuais.

A intrincada relação entre as mulheres e a construção da maternidade estende-se aos recortes raciais, especialmente durante o período colonial das Américas, onde a realidade das mulheres negras escravizadas se distanciava do imaginário branco. Seguindo o feminismo interseccional de Hooks (2021, p. 110), podemos afirmar que “a colonização imperialista europeia possibilitou concretizar a submissão feminina” de modo geral, uma vez que essa dinâmica de opressão também se aplicava às mulheres negras, que tinham seus corpos vigiados e controlados, até mesmo sua fertilidade e virgindade. Caroline Passarini Sousa (2021) elucida que a preocupação com a manutenção da fertilidade das mulheres negras estava principalmente vinculada à perspectiva multiplicadora que o ato de gerar poderia representar nesse contexto. Os filhos dessas mulheres frequentemente herdavam o papel de escravizados, sujeitos às mesmas condições a que seus pais foram submetidos.

Essa análise destaca a interseccionalidade entre raça e gênero na opressão colonial, mostrando como a maternidade das mulheres negras era instrumentalizada para perpetuar a escravidão e sustentar a estrutura econômica colonial. Portanto, compreendemos que a submissão feminina promovida pela colonização imperialista, conforme discutido por Hooks, não apenas marginalizava as mulheres em um sentido amplo, mas também impunha uma forma específica de exploração sobre as mulheres negras, como detalhado por Sousa. Essa intersecção de opressões evidencia a necessidade de uma abordagem interseccional para entender plenamente as dinâmicas de poder e exploração que moldaram a experiência das mulheres negras no período colonial. A autora explica:

A preocupação com a fertilidade e reprodução de mulheres negras escravizadas no contexto dos debates abolicionistas estava relacionada ao modo como a escravidão havia sido consolidada nas Américas: pelo ventre de mulheres negras africanas. Ou seja, o mecanismo de escravização também recorreu ao corpo da mulher negra, quando determinou o status de escravidão pela mãe, pelo princípio *partus sequitur ventrem*, o parto segue o ventre. Diante disso, podemos afirmar que a mulher negra escravizada foi agente fundamental tanto no estabelecimento da escravidão no Mundo Atlântico, quanto no discurso abolicionista e consequentes políticas de abolição empregadas posteriormente (SOUSA, 2021, p. 4).

Observa-se, portanto, que a vivência da escravidão pelas mulheres negras se distingue das experiências masculinas, uma vez que o corpo da mulher não apenas poderia ser duplamente violado por conta do trabalho intenso e também pelos abusos ao corpo. O que é apresentado por Angela Davis (2016, p. 19) em um contexto norte-americano, como podemos verificar no seguinte trecho:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. [...] Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função da sua fertilidade (ou da falta dela).

Silva (2016) e Graham (1992) apresentam por sua vez que, por mais essas mulheres fossem enxergadas como mão de obra para trabalho pesado, havia uma preferência pelo trabalho masculino, supervalorizado devido aos ideais de porte físico dos homens, objetificando seus corpos de modo animalizado, focando em seu potencial para o trabalho árduo, assim como para a reprodução. Para as mulheres, além dos trabalhos forçados, ainda havia abusos sexuais e a violação de seus corpos, algumas até mesmo desempenhavam tarefas dentro ou fora da “casa grande” contribuindo para a manutenção do cotidiano dessas famílias. Sobre estas tarefas, Graham (1992, p. 45-48) elucida:

Os senhores distinguiam entre o trabalho interno, o que se procedia dentro de casa, e o externo, que era feito nos chafarizes públicos ou mercados. Presumia-se que as criadas enviadas às ruas e praças, expostas aos grosseiros lugares públicos, eram mais velhas, resistentes, traquejadas e, sobretudo, sexualmente experientes; por isso, seriam menos vulneráveis, enquanto as que se mantinham

“portas a dentro” eram as favoritas e, em consequência, as mais protegidas. Para as criadas, porém, o trabalho e os locais de trabalho podiam assumir sentidos opostos, revertendo ou neutralizando as designações tradicionais de seguro ou perigoso, limpo ou sujo, valorizado ou depreciativo. [...] As criadas de dentro de casa eram responsáveis também por outras ocupações. A ama-de-leite, a mucama e a costureira prestavam serviços pessoais aos membros da família do patrão.

Silva (2016, p. 5) delinea as mucamas como “criadas designadas pelos senhores para cuidar diretamente da família senhorial”, destacando sua proximidade com as casas-grandes. Entretanto, a condição imposta de subalternidade e servidão também resultava em estupros, frequentemente levando a gravidezes indesejadas. Essa situação distancia-se da concepção idealizada da maternidade, uma vez que surgia da ausência de uma estrutura familiar entre marido e esposa, ou até mesmo da valorização da manutenção de uma linhagem, o que fica evidente com Angela Davis (2016, p. 19), que afirma: “Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras”- animais [...]”.

Essa realidade proporciona uma vivência materna distinta entre mulheres brancas e negras. No entanto, é importante ressaltar, embasado teoricamente em Bell Hooks (2018; 2021), que a opressão de gênero efetivou-se através do controle dos corpos femininos em ambos os casos.

No quadro a seguir é possível ver uma representação de Luís Pereira de Carvalho no colo de sua mucama Catarina. Essa obra apresenta um vínculo íntimo entre a mulher e a criança, onde o toque no seio assemelha-se ao apreço pelo leite que a mulher pode oferecer para a criança. Outro ponto que deve receber destaque são as vestimentas e jóias presentes na pintura da mucama, efetuando a representação acerca das melhores condições para aquelas mulheres escravizadas que se encontravam no ambiente doméstico.

Figura III - Luís Pereira de Carvalho e sua mucama Catarina



Disponível em:

<https://www.petropolisemcena.com.br/2011/09/museu-imperial-inaugura-exposicao-de.html>

Acesso em: 27 de dezembro de 2023

A função das amas-de-leite contribuiu para a ampliação do distanciamento nas vivências femininas com nuances raciais. Segundo Silva (2016), a mulher negra era socialmente percebida como mais forte e resistente do que a mulher branca, sendo que, quanto mais retinta, mais era associada à fertilidade e, por conseguinte, ao fornecimento de um leite considerado mais adequado para o sustento e desenvolvimento da criança. Nesse contexto, a ama-de-leite era compelida a renunciar aos cuidados com o seu filho para prover a maternagem aos filhos de seus

senhores, resultando em um processo violento contra as crianças negras e aumentando a taxa de mortalidade infantil neste grupo.

Graham (1992) corrobora essa perspectiva ao descrever o trabalho das mulheres negras dentro do espaço doméstico, com foco nas amas-de-leite, que poderiam ser contratadas ou alugadas para exercer a função de alimentar e cuidar dos filhos dos brancos, o que implicava na transformação do corpo materno preto em instrumento de manutenção de recursos e desumanizado de sua própria maternidade.

Silva (2016) afirma que, neste processo, as amas-de-leite eram impedidas de exercerem a maternidade, e conseqüentemente, seu espaço reprodutivo. Contudo, diante da impossibilidade de manter um contato afetivo com seus próprios filhos, essas mulheres muitas vezes eram obrigadas a demonstrar afetividade para com os filhos da casa-grande. Sujeitas à opressão, que se relaciona às ideias de poder e controle sobre o corpo feminino negro, essas mulheres desenvolveram seus próprios mecanismos de resistência.

Diante da impossibilidade de criação de seus filhos e vendo-os morrerem pela desnutrição, restando às mulheres escravas dedicarem sua atenção e afeto aos filhos de seus senhores. Durante o período de amamentação, vão se criando vínculos e laços afetivos entre a escrava e a criança branca, essa afeição ultrapassava a fase de lactante. A escrava negra acabava se convertendo em uma segunda mãe, conhecida como mãe-preta. [...]Os laços de afeição maternal criados entre ama-de-leite escravas e a pequena criança poderia ser tão forte que o momento da separação era extremamente doloroso (SILVA, 2016. p. 7).

A obra *Mãe Preta*, de Lucílio de Albuquerque, efetua uma representação do cenário imposto as amas-de-leite, apresentando o cuidado negro direcionado a criança branca enquanto, com melancolia, a mulher negra observa seu próprio filho no chão.

Figura IV - Mãe Preta



Fonte: Lucílio de Albuquerque, 1912.

Diante do exposto, é possível considerar que a figura da Mãe Preta se configura a partir da romantização da dor de mulheres negras, enraizada no imaginário popular brasileiro por meio de representações na literatura, séries, novelas e diversas outras mídias. Conforme observado por Silva (2018), essa representação da Mãe Preta é uma maneira de retratar a mulher negra como alguém que se doa em prol do filho da mulher branca, realizando um ato de servidão absoluta e, ao mesmo tempo, demonstrando verdadeira fidelidade aos senhores. A autora ressalta que essa construção assemelha-se à figura da *Mammy* norte-americana, símbolo de passividade e estereótipo da domesticidade e docilidade das mulheres negras, refletindo, em ambos os territórios, a herança racista do processo de colonização e escravidão imposto violentamente às pessoas negras.

Audre Lorde (2018, p.157-158) apresenta em uma de suas vivências com a sua filha o retrato do racismo estrutural e a manutenção da ideia do cuidado negro por meio do seguinte recorte:

Empurro minha filha de dois anos dentro de um carrinho de compras em um supermercado Eastchester, em 1967, e uma menina branca passando por nós no carrinho de sua mãe fala alto, animada: “Olha, mamãe, uma empregada bebê!”. E sua mãe diz para você calar a boca, mas não a corrige. Então quinze anos mais tarde, em uma conferência sobre racismo, você ainda consegue achar essa história engraçada. Mas eu sei o quanto as suas risadas estão cheias de terror e mal-estar.

A construção social da identidade da mulher negra, especificamente através do estereótipo da *Mammy* revela, por meio deste recorte, que desde cedo as crianças aprendem e reproduzem estereótipos racistas. Nanda (2023) evidencia que a construção da *Mammy* é um instrumento de manutenção das relações de poder, uma vez que a opressão se consolida a partir de um opressor. Esse discurso, naturalizado em distintas mídias ao longo dos anos, molda o imaginário coletivo sobre os lugares que a mulher negra deve ocupar, buscando normalizar situações de injustiça social e delimitar, por intermédio de narrativas discursivas perpetuadas histórica e socialmente, como permitem considerar Audre Lorde (2018) e Bell Hooks (2021), em suas reflexões acerca da opressão dos corpos permitem compreender

quais realidades são permitidas que essa mulher ocupe, restringindo sua função social à servidão aos senhores.

Hooks (2021) destaca que essa estratégia de ideologia racista elabora discursos limitadores acerca do crescimento social da mulher negra, inviabilizando narrativas que envolvam o desenvolvimento intelectual ou a ascensão em ambientes profissionais que transcendam o cenário doméstico. Essa visão é corroborada por Angela Davis quando afirma:

Embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escrava era uma trabalhadora doméstica - cozinheira, arrumadeira ou mammy na casa-grande. Pai Tomás e Sambo sempre tiveram como companheiras fiéis Tia Jemima e Mammy - estereótipos que pretendem capturar a essência do papel da mulher negra durante o período da escravidão (DAVIS, 2016, p. 18).

Confirma-se a construção do imaginário do cuidado como uma forma de continuidade de marcação de existências possíveis e estereótipos perante as mulheres negras, visando restringir seu papel na sociedade como uma continuidade de vivências escravistas e opressoras, utilizando do discurso em mídias para fortalecer um ideal racista. Nanda (2023) observa que, na contemporaneidade, há um fortalecimento na busca por ruptura com esses estereótipos, visando superar a iconografia atribuída às pessoas negras. Como exemplo, menciona a iniciativa de remover a denominação de *Aunt Jemima* dos produtos de panquecas e xaropes da marca americana de alimentos *Quaker Oats*. Podemos identificar semelhanças entre Aunt Jemina, a Mammy de *E o Vento Levou* e até mesmo a Tia Nastácia do *Sítio do pica-pau amarelo*, uma vez que ambas foram elaboradas com base em estereótipos da servidão negra, restringindo sua existência ao seu convívio com a família branca. No caso da Personagem Tia Nastácia é válido ressaltar que Monteiro Lobato, autor do *Sítio do pica-pau amarelo*, era um adepto do movimento eugenista⁹, o que

⁹ O movimento eugenista brasileiro, foi influenciado pelo pensamento europeu e norte-americano do início do século XX, visava melhorar a "raça" humana por meio da seleção de características consideradas desejáveis e da exclusão das indesejáveis. No Brasil, ganhou força nas décadas de 1920 e 1930, promovendo políticas de saúde pública, imigração seletiva e controle da reprodução. Esse movimento teve forte impacto na formação de políticas raciais e sociais, refletindo uma ideologia racista e elitista. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

possibilita refletir sobre a sua escolha na forma de retratar a mulher negra em sua obra.

Partindo do exposto, é possível considerar que o conceito de maternidade não é estático, mas sim um elemento discursivo que é moldado de acordo com os interesses sociais e do Estado. Contudo, devido à sociedade patriarcal e eurocentrada, esse elemento discursivo reforça padrões de opressão de gênero contra mulheres ao longo da história, delimitando comportamentos necessários para o controle dos corpos e o cumprimento de ideais pré-estabelecidos.

O amor materno não se manifesta organicamente; ele é construído e adaptável. Entretanto, a maternidade, mesmo em seu estado opressor, foi uma possibilidade inacessível para as mulheres em situação de escravidão. O cuidado materno foi retirado violentamente de seus filhos para ser direcionado aos filhos do homem branco, distanciando a mulher negra do conceito de família ou maternidade. A própria palavra “mãe” implica uma realidade eurocêntrica e heteronormativa, focalizando no núcleo pai e mãe.

Segato (2021) evidencia a existência de distintas formas de maternidade no Brasil colonial, divididas entre a mãe biológica e a mãe babá. A autora reconhece o movimento da maternidade branca como um processo de transferência de maternidade, no qual as amas-de-leite foram substituídas, devido ao discurso higienista, por amas-secas. Este processo, por sua vez, segue sendo uma prática de cuidado focada nas mulheres negras, visando manter as delimitações sociais impostas às pessoas não-brancas. A figura da *Mammy* é um dos instrumentos de manutenção de hierarquias sociais. Portanto, torna-se imperativo repensar as bases do cuidado, visando apresentar novas perspectivas de construção de famílias para além dos fundamentos de um sistema eurocêntrico e racista

2. CORES E VALORES NA CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE BRANCA EUROCENTRADA

Mulheres brancas estão começando a analisar seus relacionamentos com mulheres negras, mas com frequência ainda as escuto querendo lidar apenas com as criancinhas de cor dos tempos da infância, com a babá querida. (LORDE, 2021 p. 157).

A construção de modelos de maternidade são baseados em ideais eurocêntricos, historicamente, isso se deve às estruturas coloniais e patriarcais que subjugaram e moldaram as mulheres sob ideais de pureza, passividade e domesticidade, destacando valores de maternidade branca. Esse modelo idealizado apresenta o cuidado e o sacrifício materno como intrínsecos ao "feminino" e, além disso, estabelece expectativas e demandas muitas vezes inatingíveis para qualquer outra mulher que desvie desse padrão. Nas palavras de Bell Hooks, a "maternidade idealizada" é, portanto, um recurso estratégico para a manutenção de uma ordem social que subjugava não apenas as mulheres, mas também apaga experiências diversas de mães negras e não normativas, cujas realidades não se encaixam nesse ideal.

Esse capítulo explora as bases do que constitui a maternidade branca eurocentrada, seus valores e o impacto desses padrões na marginalização de outras formas de maternidade. Além disso, examinaremos como a maternidade branca se configura como um modelo universalizado que reforça a exclusão de outras experiências maternas, especialmente no contexto de mulheres lésbicas negras. Em "Sister Outsider", Audre Lorde destaca como o mito da feminilidade branca e pura transforma-se em arma contra mulheres negras e lésbicas, cujas maternidades são vistas como desviantes ou até mesmo impróprias. Essa construção é profundamente internalizada, perpetuando um padrão que impõe tanto a marginalização quanto o silenciamento das subjetividades negras e lésbicas.

A maternidade lésbica negra, embora frequentemente invisibilizada, emerge como um espaço potente de resistência e autoconstrução, desafiando o ideal de maternidade associado à figura branca e heteronormativa. Este subcapítulo discute os desafios enfrentados por mães pretas lésbicas, analisando como a sua maternidade, situada na intersecção entre raça, orientação sexual e gênero,

subverte e ressignifica a ideia de maternidade. Em sua obra, Bell Hooks argumenta que a maternidade negra desafia o conceito tradicional de feminilidade e cria uma nova dinâmica de cuidado, uma que não se submete aos padrões eurocentrados.

Audre Lorde, por sua vez, oferece uma visão sobre a maternidade lésbica negra que privilegia a autenticidade e o poder pessoal. Segundo ela, as mães negras que vivem abertamente suas identidades lésbicas não apenas reivindicam seu direito à maternidade, mas também questionam a própria estrutura social que procura negá-las. Ao rejeitar a necessidade de se conformar aos papéis de gênero tradicionais, essas mulheres estabelecem uma maternidade que não é apenas um ato de cuidado, mas um ato de resistência.

2.1. Maternidades não idealizadas: desafios de mães pretas lésbicas

Como visto anteriormente, a maternidade nasce a partir de elementos pré-discursivos em sua estrutura ocidental, sendo contemplada por recortes normalizadores referentes a padrões de comportamento de gênero e poder. Além disso, ela é atravessada por tensões raciais presentes na herança colonialista ocidental. Sendo assim, como se consolidou a ideia da lesbianidade negra e como se dão as dinâmicas de maternidade e construção dessas famílias?

Compreendemos que a maternidade da mulher negra estruturou-se de modo opressor e limitador dentro de uma realidade ocidental e colonizada nas Américas. Contudo, Angela Davis (2016) evidencia, com base em suas pesquisas, que mesmo diante de situações de opressão e violência, a maternidade aproximava os filhos de maneira mais expressiva às mulheres do que aos homens. Isso ocorria porque essas mães integravam dinâmicas de manutenção do lar e criação das crianças, permitindo compreender que esses espaços familiares eram recortados pelo patriarcado. Outro aspecto que a autora aborda é a narrativa¹⁰ acerca de falta de maturidade do homem negro para ocupar um papel de cuidador, uma vez que poderiam ser reconhecidos enquanto “meninos” por aqueles que se identificavam como seus senhores. Davis (2016) conclui levantando a possibilidade deste passado

¹⁰ Esse discurso é atrelado aos senhores, que buscavam desvalidar a estrutura familiar de pessoas negras, verdadeiramente condicionando-os aos processos de animalização, uma vez que, segundo a autora, os homens eram estimulados a terem mais de uma família e conseqüentemente a reproduzirem-se mais.

influenciar na construção das estruturas relacionais de pessoas negras até a atualidade.

Embora a mãe de Audre Lorde não fosse uma mulher negra, mas sim uma mulher não-branca¹¹ e latina em uma relação interracial, é possível verificar em Lorde (2021) um diálogo indireto com essas questões. Em seus ensaios, Lorde apresenta a mãe como um ponto central, sendo ela a figura que acompanha suas dificuldades e é retratada como uma personagem de grande impacto. Em contraste, o pai é sempre apresentado como pouco presente, uma figura silenciosa, fazendo com que o processo de cuidado seja totalmente marcado pela importância da mãe. Podemos citar os conflitos escolares, o episódio do desejo de ser presidente de classe e até mesmo a menstruação como alguns dos momentos em que apenas a figura materna esteve presente.

Contudo, estes recortes apresentam reflexões atreladas a uma realidade heterossexual, que se apresenta de modo diferente de uma perspectiva lésbica. Deste modo, é necessário repensar qual a 'curva' comportamental que essa mulher se permite efetuar. Gilberta Santos Soares (2010) apresenta a sexualidade feminina como restringida à função de reprodução, sendo delimitada por uma heteronormatividade do desejo, assim como, o controle da sexualidade feminina em si, utilizando de instrumentos como a castidade, a falta de conhecimento do próprio corpo e prazer, e até mesmo a perseguição a virgindade. A autora complementa afirmando que a assimilação da mulher com a maternidade retirou de sua existência o erótico, o que é comprovado no recorte:

A mãe casta e virgem apareceu com o Cristianismo no símbolo de Maria e a norma prescreveu para as mulheres uma vida sexual sem prazer, cuja antítese era a conduta desviante da prostituta. No processo de consolidação do modelo normativo, o útero tornou-se o centro do corpo feminino e a maternidade assumiu o lugar de essência, anulando outros desejos e projetos e escondendo as diversas formas de se vivenciar a maternidade (SOARES, 2010, p. 2).

¹¹ Podemos definir como não-branco as pessoas que não são exclusivamente de ascendência branca/caucasiana, como por exemplo: pessoas negras, indígenas, latinas, asiáticas e dentre outras.

Adrienne Rich (2010), em suas reflexões acerca da heteronormatividade compulsória, apresenta as mulheres como a principal representação do cuidado, independentemente do recorte racial, questionando o desequilíbrio emocional e de poderes nas trocas afetivas entre homens e mulheres. A autora destaca diversas dinâmicas de opressão feminina, ressaltando a maternidade e a falta dela como elementos que contribuem para o apagamento das mulheres e de seus desejos. Audre Lorde (2018) complementa essa linha de raciocínio ao abordar o erótico como um instrumento de poder, silenciado por um mundo moldado aos ideais masculinos. A autora destaca que não se refere apenas ao desejo sexual, mas “como uma afirmação da força vital de mulheres; daquela energia criativa empoderada, cujo conhecimento e uso nós estamos agora retomando em nossa linguagem, nossa história, nosso dançar, nosso amar” (LORDE, 2018, p. 70). Assim, o afastamento da mulher em relação ao erótico é um ato de desnutrição do próprio amor pela vida e pelo mundo, permitindo o apagamento feminino perante a sociedade.

Bell Hooks (2021) se faz necessária para expressar a busca feminina pela igualdade relacional como um elemento importante para a construção de núcleos lésbicos de famílias, nas quais não somente pode existir o desejo sexual sáfico desde a infância, como também a lesbianidade de modo político, sendo deste modo, segundo a autora, uma forma consciente de vivenciar o ato máximo do feminismo, sendo uma escolha de vivências na juventude ou de modo tardio.

Dialogando com Hooks, Miriam Pillar Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello (2007, p. 408) evidenciam em sua pesquisa que a lesbianidade é maior que o desejo sexual por outra mulher. Trata-se de um movimento político e ideológico que se aprofunda na comunidade de mulheres sáficas, sendo até mesmo “um instrumento de guerrilha contra o patriarcado”. Assim, a lésbica é construída não apenas na individualidade do sexo, mas também pela sua relação com a sociedade e coletivo, uma vez que esse determina a existência desta mulher perante o mundo, seja por meio da violência, exaltação ou apagamento.

Com suas disrupções sociais, de gênero e sexuais, a lésbica passa a desafiar e ressignificar seu papel enquanto mãe. Firley Poliana da Silva Lúcio (2016) afirma que a lésbica, ao buscar seu direito à maternidade, é exposta a uma condição de

vulnerabilidade, uma vez que a prioridade para o processo de maternidade é direcionada a casais que seguem as normas dos padrões heterossexuais. Lúcio (2016), então, destaca três principais discursos que permeiam os preconceitos sobre a criação de uma criança em uma família hetero divergente¹², sendo elas: o receio de que as crianças não absorvam os padrões comportamentais de gênero socialmente impostos, o medo de que os filhos de mulheres lésbicas se "tornem" homossexuais e, por fim, o mito de que pessoas LGBTs são predadores sexuais com intenções criminosas no contato com seus filhos. Dessa forma, evidencia-se a marginalização que mulheres sáficas enfrentam ao optarem pela maternidade, considerada não natural, independentemente dos avanços tecnológicos no processo de inseminação, assim como, um perigo para as normas socialmente aceitas no processo de construção familiar.

As obras selecionadas de Audre Lorde para esta pesquisa foram produzidas no cenário de Nova York entre 1979 até 1992. Assim, torna-se possível compreender sua relação com o social por meio da observação do contexto de sua realidade, o que Livia Perez (2023) torna possível ao apresentar um estudo filmográfico das produções de Norma Bahia Pontes e Rita Moreira, duas mulheres lésbicas brasileiras, acerca das identidades de mulheres lésbicas em Nova Iorque, datando o recorte de tempo na década de 1970. Em seu levantamento, a autora apresenta uma obra pioneira na representação da luta de mães lésbicas. O curta *Lesbian Mother* (1972) proporciona a compreensão de um recorte das vivências de mães sáficas, abordando os conflitos entre o coletivo e o individual, sendo um retrato das demandas do movimento LGBT da época, o que fica evidente no recorte:

O documentário foi pioneiro ao discutir o tema da maternidade por meio de experiências de mães lésbicas, criticando a heterossexualidade compulsória e desafiando a família nuclear. Utilizando montagem dialética, confronta os insultos lesbofóbicos capturados em entrevistas de rua ao retratar a vivência familiar harmoniosa entre mães lésbicas e seus filhos. A narrativa também aborda questões políticas, legais, econômicas e psicológicas enfrentadas por mães lésbicas, incorporando vozes contrárias à patologização da homossexualidade, como Jill Johnston, escritora e ativista lésbica (PEREZ, 2023, p. 5).

¹² Aquelas que existem foram de uma realidade heteronormativa.

Assim, é possível compreender que as vivências da maternidade lésbica se consolidaram por meio do ato de resistência, buscando assegurar direitos para essas mulheres e seus filhos, outro ponto válido é a influência do coletivo perante o individual, o que se torna perceptível por meio da intolerância discursivamente apresentada no decorrer da obra, onde a sociedade rechaça aquilo que é desvirtuante em relação aos padrões estabelecidos acerca dos afetos.

No documentário, também é possível verificar que em meio a diversas representações de mães lésbicas, apenas uma mulher negra foi apresentada para abordar o assunto e suas vivências pessoais, possibilitando a reflexão sobre o verdadeiro motivo da ausência em volume dessas mulheres com recortes raciais no documentário.

Audre Lorde nos auxilia a levantar uma hipótese acerca desse silenciamento negro. Em suas obras, a autora aborda em distintos momentos sua inquietação referente à homofobia presente dentro do movimento negro, apresentando a intolerância como algo ilógico em grupos de exclusão social. No entanto, ela também a enxerga como um reflexo das hierarquias de poder, nas quais se internaliza o conceito de superioridade e inferioridade para a manutenção da dinâmica de controle. Isso fica evidente no seguinte excerto:

Mulheres negras que antes insistiam que o lesbianismo era um problema das mulheres brancas agora argumentam que as lésbicas negras são uma ameaça à nação negra, estão de conluio com o inimigo, são basicamente não-negras. Essas acusações, vindas das mesmas mulheres a quem procuramos em busca de uma compreensão real e profunda, têm feito com que muitas lésbicas negras se escondam, encurraladas entre o racismo das brancas e a homofobia de suas irmãs (LORDE, 2018, p. 151).

Deste modo, é possível compreender que havia um movimento de repressão sexual dentro do cenário do feminismo negro, tornando-o um espaço hostil para mulheres lésbicas negras e suas existências, dificultando ainda mais as vivências dessas mães sáficas em sua própria comunidade. O feminismo interseccional, seguindo de acordo com os ideais de Bell Hooks (2021), evidencia essas estruturas de opressão, compreendendo que existem distintas camadas de opressão social e que elas se reproduzem em locais de existências diferentes. É válido ressaltar também que o presente trabalho encontrou impasses no processo de pesquisa para

encontrar amplas referências sobre a maternidade lésbica negra, seja dentro de um contexto norte-americano ou sul americano, deste modo, se faz necessário repensar por qual motivo essas vozes seguem sendo invisibilizadas na atualidade .

Perez (2023), afirma que o documentário *Lesbian Mothers* (1972) representa de modo curto um ambiente harmônico nos lares de famílias lésbicas, assim como é possível verificar no discurso das mães a busca por uma criação emancipatória e afetiva. Essas afirmações podem ser relacionadas aos estudos de Nanette Gartrel (1982), que apresenta conclusões com base em seu estudo de caso sobre famílias que rompem com o núcleo heterossexual. Gartrel (1982, p. 13) evidencia por meio de sua pesquisa que:

Os resultados evidenciaram que, comparativamente a jovens da mesma idade (amostra normativa da população geral), as filhas e os filhos de 17 anos com mães lésbicas obtiveram classificações significativamente mais elevadas no que diz respeito às competências sociais, escolares/acadêmicas e totais, e significativamente mais baixas no que se refere a problemas sociais, violação de regras, agressividade e comportamentos de externalização de problemas.

É possível compreender, portanto, que nos lares lésbicos observados nesse estudo verificou-se o desenvolvimento das competências sociais de modo elevado, diferentemente dos argumentos apresentados por ideais conservadores. Essas crianças apresentaram menores índices de comportamentos agressivos e de externalização de problemas. Questionamos, assim, se essas novas construções relacionais com o meio estão conectadas à forma com a qual um núcleo matriarcal lida com o sentir, ou se existem outras possibilidades que justifiquem essa discrepância. Os resultados dessa pesquisa também vão ao encontro de Audre Lorde, no momento em que ela evidencia seus conflitos acerca da forma como o coletivo lida com seu filho Jonathan, que dentro de um ambiente familiar predominantemente feminino, compreende o feminino enquanto poder, o que vemos no recorte a seguir:

Numa tarde, Jonathan chegou em casa chorando, e Beth contou como os valentões da esquina o obrigavam a limpar os sapatos deles na volta para casa sempre que ela não estava junto para enfrentá-los [...] quando ele entrou em casa chorando,, suado por ter fugido correndo mais uma vez, pude ver que se sentia envergonhado de ter

falhado comigo, ou com alguma imagem de mãe/mulher que ele e eu tínhamos criado na cabeça dele. Essa imagem da mulher capaz de lidar com tudo era reforçada pelo fato de que ele vivia em uma casa com três mulheres fortes, suas mães lésbicas e sua sempre direta irmã mais velha. Em casa, para Jonathan o poder era claramente das mulheres (LORDE, 2018, p. 95-96).

Compreendemos que Jonathan sofria conflitos para aprender a lidar com as dinâmicas de poder apresentadas socialmente, o que lhe gerava situações de tensão e até mesmo medo. Suas vivências possibilitaram outra realidade distinta da masculinidade tóxica. No entanto, isso não implica em não saber os papéis de gênero, mas sim em uma criação que ensina aos filhos novas possibilidades de compreender o feminino e até mesmo quais as outras possibilidades de ser homem na sociedade.

Lorde escrevia sobre suas vivências e as registrava por meio de seus textos e retratos. Contudo, são raras as imagens de seus filhos pequenos ou uma foto divulgada em que estejam todos juntos em família. Isso nos permite questionar se essa atitude seria uma forma de proteção à existência de suas crianças. Não temos a resposta para esse recorte. No entanto, na exposição *Powerful and Dangerous: The Words and Images of Audre Lorde*, que ocorreu no museu Alice Austen House (Nova York) de 2021, um pequeno acervo pessoal foi disponibilizado para o público, apresentando para o mundo pequenos recortes íntimos. Dentre eles, um momento de liberdade e diversão entre Francis Clayton, a parceira romântica¹³ e de vida de Audre por muitos anos, e os filhos de Lorde.

¹³ Utilizamos o termo “parceira romântica” uma vez que Lorde e Francis não foram oficialmente casadas perante a lei, uma vez que o casamento entre pessoas do mesmo sexo só foi legalizado em 2011, quando a legislação foi aprovada pela Assembleia Legislativa do estado e pelo governador Andrew Cuomo.

Figura V - Retratos de família



Disponível em:

<https://www.pleaforthefifth.com/an-unseen-photo-album-preserves-of-life-of-audre-lorde/>

Acesso em: 12 de fevereiro de 2024

As fotos caseiras exibidas na exposição capturam um momento sublime da vivência da maternidade lésbica, um recorte temporal que marca um momento de liberdade individual perante o coletivo. Além disso, revelam a relação da parceira de Lorde com seus filhos e as dinâmicas do cuidado fora de uma norma heteronormativa. Esse retrato oferece uma visão rica e multifacetada da vida familiar de Audre Lorde, destacando as complexidades e as alegrias da maternidade lésbica.

Neste contexto, é importante destacar que a análise da maternidade lésbica de Lorde não aborda o processo de adoção de crianças por casais lésbicos, uma vez que seus filhos são biológicos. Embora essa distinção seja relevante, é crucial ressaltar a importância da adoção de crianças por pessoas heterodivergentes e incentivar pesquisas que explorem esse tema, avançando no entendimento das diversas formas de maternidade.

Outro ponto que merece atenção são as referências em português acerca de maternidades lésbicas negras. Observa-se uma baixa quantidade de trabalhos que abordam os recortes étnico-raciais fora da heteronormatividade. Além disso, lésbicas são frequentemente englobadas no termo guarda-chuva de 'casais homossexuais', o que dificulta a análise específica necessária para tecer conexões com Audre Lorde e compreender a realidade brasileira dessa maternidade. Embora existam trabalhos sobre a maternidade negra, a maternidade negra e lésbica ainda é um tema abordado de forma muito discrepante.

No contexto norte-americano, encontramos algumas referências sobre a maternidade negra e lésbica, embora muitos artigos estejam acessíveis apenas mediante pagamento ou por meio de instituições parceiras. Isso levanta questões sobre o acesso ao conhecimento e a necessidade de democratizar informações tão cruciais.

Bell Hooks (2021) discute em seus trabalhos que algumas mulheres optam pela lesbianidade política após os 45 anos, muitas vezes após relações heterossexuais emocionalmente insatisfatórias. Essa observação nos permite levantar a hipótese de que algumas dessas mulheres já eram mães antes de experimentar o amor lésbico.

Assim, compreendemos que a maternidade lésbica sempre foi vista como um elemento desviante da norma, mas também como uma expressão rica e complexa da identidade feminina. É fundamental continuar explorando e documentando essas experiências para ampliar nosso entendimento e celebrar a diversidade das formas de maternidade.

2.2 A lésbica que te pariu! Lesbianidade como feminilidade

Anteriormente, traçamos ideias acerca das vivências negras e femininas, buscando compreender o processo histórico coletivo que estabeleceu as estruturas enraizadas nas dinâmicas de interação em comunidades ocidentais. As mulheres encontram em suas representações o contraste entre a sacralidade, que visa redimir os pecados de profanadoras, e as mulheres profanas, que se rebelam contra a estrutura patriarcal. Dentro dessas ideias, o conceito de feminilidade torna-se abstrato e quase antagônico, levando-nos a questionar esse conceito e sua aplicação em vivências lésbicas, com um enfoque particular nas obras de Audre Lorde, relacionando o conceito de feminilidade com suas obras e vivências maternas.

Compreendemos que a ideia de feminilidade, como conhecemos hoje, inicia-se no século XVIII. Segundo Angela Almeida (2012), esse conceito foi construído como uma máscara social de padrão performático que servia como um método de controle dos corpos e principalmente do erotismo feminino. A autora afirma que esse processo se deu com base em um conjunto de ideais de diferentes áreas, como a medicina e a religião, visando estabelecer comportamentos socialmente aceitos de acordo com a binaridade dos gêneros, reafirmando o papel do homem e da mulher na sociedade. Contudo, esse processo 'castrativo' impõe a passividade e o comportamento dócil, distanciando a mulher do seu erótico e silenciando-a, num jogo de dominação e ao mesmo tempo medo do potencial destrutivo movido pelo desejo presente em corpos femininos. Há outro importante aspecto acerca da feminilidade que a autora destaca:

As virtudes próprias da feminilidade pautavam-se no recato, na docilidade, na afetividade mais desenvolvida, na receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, mais tarde, dos filhos. A cura da mulher estava construída em torno do atributo da maternidade, isto é, o erotismo propriamente feminino deveria passar pelo labirinto enigmático da maternidade. Por outro lado, num evidente paradoxo, uma ideia bastante corrente, naquele momento, apontava que a natureza feminina precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam, naturalmente, designadas – serem esposas e mães. Dessa forma, aos pais, maridos e educadores, parecia mais conveniente que a mulher se mantivesse inocente sexualmente e maleável socialmente. (ALMEIDA, 2012, p.3)

Neste fragmento, evidencia-se a complexidade do sexo como elemento representativo da feminilidade, conectando-se com a maternidade, a reprodução e a família, em um processo que limita o desejo e a expressão, visando, assim, o controle dos corpos, nos permitindo traçar conexões com o símbolo feminino, maternal e exemplar de submissão de Maria, mãe de Jesus.

Essa é uma figura popularmente construída sob uma ótica católica. Sua maternidade ocorre sem sexo e sem desejo, em um corpo adolescente virgem, com a jovem recebendo a informação de que foi escolhida para ser a mãe do filho de Deus. Diferentemente do processo biológico, Maria recebe a visita de um anjo que lhe diz: "[...] Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem chamarás pelo nome de Jesus. [...] Então disse Maria: Eis aqui a serva do Senhor; cumpra-se em mim segundo a tua palavra" (BÍBLIA, Lucas 1:30-31, 38), aceitando cumprir com o papel designado a ela. Para as pesquisadoras Priscila Pereira e Mary Leitão (2021), essa construção feminina se apresenta por meio da abdicação do eu em prol do desejo externo, sendo frequentemente comandada por uma figura de autoridade masculina, como fica evidente no fragmento abaixo:

O Novo Testamento da Bíblia Sagrada narra sobre a vida de Jesus e sua missão salvadora. Deus escolheu uma mulher jovem e virgem para ser a mãe do seu filho. Ela disse sim e se fez obediente a esse projeto a vida toda. Seu silêncio, pureza e castidade são exaltados pelos adeptos do Catolicismo que a consideram a mulher mais importante de todos os tempos. A figura de Maria estabeleceu um modelo de mulher a ser seguido: aquela que é virgem, santa, silenciosa, obediente e capaz de abdicar do seu projeto pessoal para viver a maternidade. (PEREIRA; LEITÃO, 2021, p.7)

Maria se torna um exemplo comportamental e um modelo para as mulheres que seguem sua fé, influenciando a construção do conceito de feminilidade nas sociedades ocidentais. Sua figura promove o ideal do amor materno e o ato de servidão como instrumentos essenciais para a formação da família, sendo apresentada hierarquicamente abaixo de Deus, e de seu próprio filho, reforçando a ideia da maternidade como algo envolto em submissão ao homem, em uma estrutura triangular de opressão perante a mulher. Contudo, é importante ressaltar que, apesar de ser considerado onisciente, onipresente e onipotente, Deus necessitou do suporte de uma mulher para concretizar a missão da chegada de seu filho.

A histeria feminina¹⁴, diagnosticada pela primeira vez na Grécia Antiga, se tornou amplamente pesquisada a partir do século XIX por médicos como Jean-Martin Charcot e Sigmund Freud. Para essa condição, frequentemente atribuída a mulheres, eram observados uma ampla gama de sintomas físicos e emocionais considerados como inexplicáveis, envolvendo aspectos como convulsões, paralisias e alguns comportamentos emocionais classificados como extremos pela ótica masculina. Freud (1895), em seus estudos, propôs que a histeria estava ligada a conflitos sexuais inconscientes e à repressão dos desejos femininos, apresentando como teoria principal que os sintomas histéricos se tratavam de manifestações físicas de conflitos psicológicos e emocionais reprimidos.

Esse processo de medicalização da feminilidade fortaleceu a percepção da vulnerabilidade emocional em mulheres, bem como passou a retratá-las como mais propensas a desenvolverem desordens mentais do que os homens. Essas percepções foram utilizadas como uma das justificativas para reforçar o papel de

¹⁴ No recorte de pesquisa atual a histeria será trabalhada de modo breve, uma vez que transpassa as vivências da sexualidade e desejo femininos, mas não é o assunto central ao qual visamos abordar.

subordinação para essas mulheres, uma vez que necessitavam de supervisão masculina. Como Elaine Showalter argumenta, "a histeria se tornou uma doença simbólica da feminilidade, refletindo as tensões sociais e sexuais da época" (Showalter, 1993, p. 286). As mulheres foram rotuladas como irracionais e emocionalmente instáveis, demandando o controle masculino.

A histeria feminina no século XIX exemplifica como as dinâmicas de poder pautadas em gênero tornaram a ideia de feminilidade associada à sujeição e dor. Segundo Freud (1895), as dinâmicas de poder baseadas no gênero estabeleciam a feminilidade como uma condição de sujeição e dor, criando vínculos masoquistas que se pautam no pressuposto da servidão ao homem e ao filho, em sua condição de sujeito 'castrado', que visa ou inveja o próprio falo. Freud afirmou que as mulheres em sua posição eram vistas como tendo uma "inveja do pênis" e, portanto, viviam em uma condição de restrição do desejo (Freud, 1908). Contudo, essa perspectiva acerca dos corpos femininos não seria também uma evidência de como a lógica da masculinidade distorcia as vivências femininas, visando a manutenção de seus privilégios?

Para Bell Hooks (2018) essa construção da ideia de feminilidade está intrinsecamente conectada ao controle, efetuando limitações aos processos de convivência e integração social da mulher, visando restringi-la à servidão ao lar ou conformá-la às normas sociais, moldando um padrão comportamental passivo, submisso e alheio à sua própria realidade, criando narrativas que constroem o desejo femino de acordo com as necessidades e desejos dos corpos masculinos, em um contexto heteronormativo. O que fica evidente no seguinte fragmento de texto:

A feminilidade tradicionalmente prescrita nos ensina que o valor das mulheres está em sua capacidade de atrair e agradar os homens, de serem passivas, subservientes, e dependentes. A verdadeira feminilidade é então vista como uma forma de poder que não é reconhecida nem apreciada em nossa sociedade patriarcal" (Hooks, 2018, p. 52).

Assim a lógica da disputa a questão do poder torna-se central novamente na compreensão das dinâmicas de gênero, no qual a feminilidade verdadeira torna-se apagada distorcida em prol da dominação patriarcal.

Repensando a feminilidade sobre um outro aspecto, há a representação da Pomba-Gira. Figura central nas religiões afro-brasileiras como a Umbanda e o Candomblé, a Pomba-Gira é muitas vezes associada à feminilidade, sensualidade e poder. Segundo a pesquisa de Brenno Fidalgo de Paiva Gomes, Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa e Rafael Gomes da Silva Carneiro [s.d], a entidade Pomba-Gira é representada por uma mulher que pode ser considerada de baixa moral, sob a ótica de sujeição e submissão feminina, uma vez que ela se apresenta de acordo com sua liberdade e desejo, ensinando ao seus fiéis o valor da humildade e protegendo as mulheres, como é possível verificar por meio do seguinte fragmento de texto:

Por ser uma transgressora das normas instituídas socialmente, que regulam a vida da mulher no espaço privado e no seio doméstico, Pomba-Gira reveste-se de autoridade e caracteriza o rompimento, adotando características associadas comumente ao perfil masculino. Ela é corajosa, trabalhadora, guerreira, ativa e destemida. Sua imagem é repugnada por aqueles que se prendem aos ditames sociais que restringem o lugar do feminino nos ambientes do lar e do cuidado à família. Pomba-Gira é aquela que escapa do acordo de boa conduta social, impondo uma revitalização no ser feminino dentro e fora dos espaços de culto umbandista. Sua influência perante as mulheres de terreiro é auxiliá-las e protegê-las de tudo aquilo que as impossibilitem de conquistar um espaço. Sua força espiritual reestrutura as mulheres que percorrem um caminho de luz e devoção, encontrando em Pomba-Gira uma aliada para os desafios da sociedade. (GOMES; SOUSA; CARNEIRO, s.d, p.7.)

A Pomba-Gira contrasta com a imagem de Maria, pois personifica uma feminilidade que é assertiva, autônoma e muitas vezes transgressora, representando a proteção para as mulheres perante as barreiras do patriarcado, tanto nos aspectos românticos quanto na conquista do espaço na sociedade. Como afirma Diana Brown em seu estudo sobre a Umbanda, "a Pomba-Gira desafia as normas tradicionais de comportamento feminino, apresentando uma forma de poder feminino que é ao mesmo tempo temido e reverenciado" (Brown, 1994, p. 147), representando, deste modo, um novo modelo de feminilidade admirado e que desperta a insegurança e o medo.

A ideia de feminilidade, seja exemplificada pela submissão católica de Maria ou pela transgressão sensual da Pomba-Gira, transcende o erótico feminino como elemento impulsionador ou castrativo para sua performance social. Nesse contexto, Audre Lorde apresenta o erótico como um instrumento criativo e necessário para a existência plena feminina, não impedindo a construção de uma família quando adequadamente trabalhado, nem permitindo a anulação pessoal.

Em seu ensaio "Usos do Erótico: O Erótico como Poder" (2018), Lorde explora o processo pessoal feminino que envolve a culpa associada ao erótico devido às pressões sociais, uma vez que se construiu uma ideia superficial acerca do tema, impossibilitando o aproveitamento de sua energia máxima. Audre Lorde (2018) apresenta o processo da mulher com o erótico além do sexo, tratando-se da descoberta do prazer no que se faz ao se permitir romper o padrão comportamental imposto pela lógica de dominação masculina. Lorde enfatiza que o erótico feminino foi esvaziado, tornando-se discursivamente compreendido como pornográfico, o que seria justamente a oposição do verdadeiro sentido do erótico. Acerca desse entendimento, Lorde afirma:

O erótico é uma dimensão entre as origens da nossa auto-consciência e o caos dos nossos sentimentos mais intensos. É um sentimento íntimo de satisfação, e, uma vez que o experimentamos, sabemos que é possível almejá-lo. Uma vez que experimentamos a plenitude dessa profundidade de sentimento e reconhecemos o seu poder, em nome da nossa honra e de nosso respeito próprio, esse é o mínimo que podemos exigir de nós mesmas.

Nunca é fácil demandarmos o máximo de nós, de nossas vidas, de nosso trabalho. Encorajar a excelência é ir além da mediocridade estimulada pela sociedade. No entanto, sucumbir ao medo de sentir e de trabalhar no limite de nossas capacidades é um luxo o qual apenas os sem-propósitos podem se dar, e os sem propósitos são aqueles que não desejam guiar seus próprios destinos.

Essa demanda interna pela excelência que aprendemos com o erótico não deve ser confundida com exigir o impossível de nós e das outras. Tal exigência incapacita a todas no processo. Porque o erótico não diz respeito apenas ao que fazemos ; ele diz respeito a intensidade e à completude do que sentimos no fazer [...]

O objetivo do erótico de cada coisa que fazemos é tornar nossas vidas e as vidas dos nossos filhos mais ricas e mais razoáveis. Com a celebração do erótico em todos os nossos esforços, meu trabalho passa a ser uma decisão consciente. (LORDE, 2018, p.68-69)

No discurso de Audre Lorde, torna-se evidente que a compreensão do erótico advém da busca pelo prazer significativo na vida, seja no trabalho ou nos relacionamentos interpessoais. Trata-se de uma experiência emocionalmente enriquecedora que fortalece o desejo e ressignifica o cotidiano, emancipando o sujeito das amarras sociais e possibilitando a construção de novas perspectivas e dinâmicas comunitárias. Ao aplicarmos a ideia de feminilidade em Lorde, seguimos a via do erótico em vez da expressão de gênero binária, uma vez que sua complexidade expansiva em relação ao feminino e às emoções nasce de seu desejo pela própria vida e pelo sentir.

Dentro de uma perspectiva feminista interseccional, Bell Hooks (2020) dialoga com Audre Lorde ao compreender o erótico como um instrumento político, possibilitando um mergulho em intensos impulsos emocionais. Hooks afirma que defender o erótico é um meio de empoderamento feminino que permite a ruptura das amarras contra a liberdade pessoal, desenvolvendo a autonomia e a autoestima feminina. Dessa forma, a poética da liberdade está intrinsecamente ligada ao desejo, demonizado por muito tempo, rompendo com o silêncio e a aceitação de Maria e permitindo um mergulho profundo na verdadeira vontade de Eva.

A ruptura com o silêncio é uma das principais características de Audre Lorde, conforme apresentado nos estudos de Ana Araújo e Elizabeth Lima (2023). Esses estudos abordam o lugar político das produções literárias emergentes que apresentam realidades marginalizadas com o objetivo de emancipar suas vozes. Assim, Lorde se posiciona politicamente ao defender a busca pelo encontro pessoal com o desejo e o contentamento emocional feminino, não abdicando da construção da família, mas ressignificando-a em uma nova estrutura que rompe com a heteronormatividade e os padrões patriarcais de comportamento.

Contudo, a ruptura com a heteronormatividade, mesmo em um relacionamento lésbico político não implica na exclusão dos filhos ou de abdicar do processo da maternidade. Diferentemente das relações heterossexuais, a maternidade lésbica não é necessariamente uma condição ou imposição, e sim fruto do seu erótico, ou seja, do seu desejo em prol da contentação e experimentações emocionais.

Figura VI - Francys Clayton e Audre Lorde



Disponível em: <https://www.nyclgbtsites.org/site/audre-lorde-residence/>
Acesso em 2 de março de 2024

Nesta imagem, vemos Audre Lorde e sua parceira romântica¹⁵ em um momento íntimo de troca de olhares, expressando afeto e a manifestação do erótico. O casal interracial de mulheres, com seus dois filhos, Jonathan Rollins e Elizabeth Lorde-Rollins, vivencia um amor político, ressignificando a estrutura do conceito de família como um campo de resistência e satisfação pessoal.

Audre Lorde efetua um movimento inovador de ressignifica o desejo feminino e a própria ideia da maternidade ao utilizar o erótico como um instrumento de inspiração para a existência feminina, dialogando com os processos criativos e não necessariamente pornográfico. A pluralidade textual de Lorde possibilita a transição por distintos temas. Contudo, independentemente dos assuntos explorados, ela se apropria de seu próprio desejo, assim como, de suas emoções

¹⁵ Durante o relacionamento de Audre Lorde com Francys Clayton o casamento entre pessoas do mesmo sexo era ilegal, sendo assim, não existem registros nas obras de Lorde que definam Francys como sua esposa, embora ambas vivessem como um casal em uma dinâmica familiar.

para construir uma base que possibilite a emancipação do silenciamento feminino, questionando padrões e reconstruindo conceitos sobre família e, especialmente, maternidade (LORDE, 2018). Deste modo, a maternidade lésbica de Lorde surge dos desejos, de uma escolha consciente e política que não implica a anulação do próprio desejo, sejam eles voltados ao sexo, arte, paixões e até mesmo a própria militância.

Sob a ótica de Audre Lorde (1978), a sexualidade ganha um papel importante nas vivências femininas, especialmente as que se encontram em situação de marginalização. No ensaio *O Erótico como Poder*, a autora apresenta a ideia do erótico além do próprio sexo, se assemelhando a uma fonte de poder, que expande a criatividade e proporciona um mergulho no autoconhecimento. Para Lorde, a utilização desse elemento possibilita o reencontro com o próprio corpo e o desejo, sendo um caminho necessário para desfrutar do autoconhecimento, bem como uma forma de resistência contra a opressão sofrida pelas mulheres acerca de seu próprio desejo. Essa perspectiva rompe com a objetificação do corpo feminino, propondo que a sexualidade seja uma expressão de força e até mesmo uma expressão identitária.

Bell Hooks (2000), por sua vez, complementa essa visão ao conectar amor, sexualidade e empoderamento no conceito de erótico. A autora enfatiza a importância de um amor que seja consciente e libertador, rompendo com as estruturas patriarcais que definem as dinâmicas de gênero e poder. Assim como Lorde, hooks amplia sua perspectiva do erótico, não limitando o conceito ao contato físico, mas sim na experimentação de troca e conexão emocional, elementos que somados à interação social possibilitam transformação de dinâmicas hegemonicamente estabelecidas. Deste modo, o erótico deve ser compreendido como um instrumento que possibilita a construção de relações de amor e intimidade que possibilitam a cura e fortalecimento das comunidades, especialmente entre mulheres negras, que conseguem compreender as opressões simultâneas de raça, gênero e classe (Hooks, 2000; Davis, 1981). Podemos relacionar essa afirmação de comunhão de vivências entre mulheres negras com um fragmento de Audre Lorde:

Mas nossa negritude era uma questão sobre a qual Felicia e eu conversávamos apenas entre nós. Mesmo Muriel parecia acreditar que, como lésbicas, estávamos todas à margem e éramos todas iguais em nossa marginalidade. “Somos todas negras” ela costumava dizer, e eu odiava ouvi-la dizer isso. Era uma fantasia com pouca base nos fatos; as maneiras pelas quais ela era verdadeira eram insignificantes diante das muitas maneiras em que sempre seria falsa. Quando Muriel e eu recebíamos olhares e risadinhas pelas ruas do West Village ou no mercado do Lower East Side, não dava para saber se era porque éramos uma negra e uma branca juntas ou porque éramos gays. Sempre que isso acontecia, eu concordava um pouco com Muriel. Mas também sabia que Felicia e eu compartilhamos tanto uma batalha quanto uma força que eram inacessíveis para as nossas outras amigas. Reconhecemos isso reservadamente, e isso nos separava, num mundo que era fechado para nossas amigas brancas. (LORDE, 2020, p.368-369)

No trecho, é confirmada a ideia de unidade e entendimento na relação entre lésbicas negras, seja por meio de amizade ou romântica. Lorde e Hooks se relacionam com a educação erótica e reconhecem a importância de quebrar o véu patriarcal, visando a criação de dinâmicas sexuais saudáveis, respeito ao seu corpo, desejo, livre encontro interseccional e pessoal. O desejo é essencial. Eles se esforçam para garantir que a experiência feminina se torne um alicerce sólido para a justiça e igualdade social. Valorização do erótico permite que Lorde e Hooks defendam a individualidade e a possibilidade de prazer e sexualidade fora do eixo pornográfico.

Assim, como ser *filho da puta* pode representar ser filho de uma mãe livre com seu erótico, ser filho de uma lésbica também significa ser fruto de novas ideias de liberdade e desejo. Essa nova estrutura de família rompe com a heteronormatividade e os padrões patriarcais, promovendo uma compreensão mais inclusiva e expansiva do conceito de maternidade.

2.3 Heterotopias: heteronormatividade e maternidade lésbica em Audre Lorde

Há apenas quatro irmãs na conferência inteira. No avião a caminho de Tashkent, me sentei com as três mulheres africanas e jogamos conversa fora por quase cinco horas e meia, falando dos nossos filhos, dos homens do nosso passado, tudo muito, muito heterocétera. (LORDE, 2018, p.30).

Audre Lorde desafiou as expectativas sociais ao abraçar sua maternidade lésbica, enquanto navegava nas estruturas do casamento heteronormativo impostas pela sociedade. Antes de se assumir lésbica, Lorde casou-se com um homem, em parte para garantir uma estrutura social e familiar a seus filhos, conforme ela relata em suas obras. Esse contexto reflete a pressão social para que mulheres se conformem a uma estrutura familiar específica, onde a maternidade só é considerada legítima quando ancorada em uma relação heterossexual. Bell Hooks, em *Feminist Theory: From Margin to Center* (1984), discute como o casamento heteronormativo serve ao patriarcado ao condicionar as mulheres a um papel submisso, essencial para preservar a estrutura da família idealizada. Angela Davis, em *Women, Race & Class* (1981), também explora as normas heterossexuais que limitam a sexualidade e a liberdade das mulheres negras, observando que tais restrições reforçam o patriarcado e os limites impostos à autonomia feminina. Para Lorde, a maternidade torna-se um espaço de resistência, rompendo com o ideal de conformidade que não refletia sua verdadeira identidade.

Para abordar a complexidade das identidades e espaços que desafiam as normas sociais, Lorde propõe o conceito de *heterotopia*, um território onde a pluralidade e a multiplicidade são possíveis. Como mãe lésbica e negra, ela ocupa um espaço predominantemente estruturado por ideais brancos e heterossexuais. A heterotopia de Lorde é um espaço de sobrevivência e resistência, onde suas múltiplas identidades podem coexistir e ser valorizadas. Esse conceito ecoa a ideia de que seu lar e sua maternidade não estão confinados pela normatividade, mas são redefinidos pelo poder e pela identidade das mulheres negras. Essa perspectiva pode ser complementada com as reflexões de Judith Butler sobre performatividade e espaço, nas quais Butler destaca que as identidades são constantemente negociadas e recriadas em meio às pressões normativas (2020). O território de maternidade criado por Lorde, portanto, representa uma alternativa aos espaços

impostos, onde sua identidade lésbica e negra são centrais e não periféricas.

Dentro do movimento feminista e negro, Lorde enfrentou a rejeição devido à sua orientação sexual, revelando as limitações de movimentos que, apesar de buscarem a igualdade, muitas vezes marginalizam experiências que desafiam a normatividade. Hooks, em *Talking Back* (1989), critica o feminismo branco por negligenciar a opressão racial e o movimento negro por marginalizar a sexualidade lésbica, enquanto Angela Davis, em *Freedom is a Constant Struggle* (2016), reforça que as lutas por inclusão devem considerar as múltiplas camadas de experiência para que todas as vozes sejam ouvidas. Lorde, ao construir sua maternidade, afirmava sua autonomia e desafiava as barreiras internas de movimentos que deveriam ser inclusivos, destacando a necessidade de uma compreensão interseccional das lutas feministas e negras, como proposto por Kimberlé Crenshaw (1989).

No espaço doméstico criado por Lorde, sua filha cresceu em um ambiente onde a força e o afeto entre mulheres eram valorizados, permitindo-lhe uma visão expansiva da maternidade, livre de expectativas heteronormativas. Esse território de poder feminino reflete o conceito de *família negra feminista* discutido por Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought* (2000), em que a criação de laços familiares centrados nas mulheres negras representa uma forma de resistência à normatividade. Para a filha de Lorde, esse espaço materno foi uma oportunidade de vivenciar uma maternidade emancipadora, que enxerga o cuidado e a solidariedade feminina como fontes de empoderamento e não como subjugação.

Por outro lado, Lorde enfrentou desafios ao criar seu filho em um ambiente onde o feminino era celebrado e o patriarcado, contestado. Esse contexto propiciou ao filho uma visão de masculinidade que rejeitava a dominação e promovia o respeito pelo feminino. Bell Hooks, em *The Will to Change* (2004), argumenta sobre a importância de criar meninos em ambientes que valorizem a igualdade de gênero, afirmando que a liberdade emocional masculina é possível quando o feminino é respeitado. Dessa forma, o território de Lorde moldou a perspectiva de seu filho sobre gênero e poder, oferecendo uma alternativa ao modelo patriarcal predominante.

Os conflitos que Lorde enfrentou com o espaço social e os padrões normativos revelam a resistência de uma maternidade lésbica e negra, frequentemente marginalizada em uma sociedade estruturada por normas heterossexuais e brancas. Angela Davis, em *Women, Race & Class* (1981), observa que as mulheres negras frequentemente lutam pelo direito de existir e serem reconhecidas fora dos moldes estabelecidos. Lorde, ao ocupar esse espaço, reafirmou o valor de sua maternidade, construindo um espaço onde a identidade e a liberdade podiam coexistir.

A maternidade de Audre Lorde, ao romper com a heteronormatividade e abraçar um espaço de resistência, revela a complexidade das experiências negras dentro de estruturas sociais que não foram feitas para incluí-las. Suas experiências trazem à tona a necessidade de uma interseccionalidade que incorpore raça, gênero e sexualidade na luta por justiça e igualdade. Em sua trajetória, Lorde redefine a maternidade, afastando-a dos limites do patriarcado e do racismo, oferecendo uma visão de mundo que celebra a liberdade e a identidade em sua plenitude.

Audre Lorde desafiou as expectativas sociais ao abraçar sua maternidade lésbica, enquanto navegava nas estruturas de casamento heteronormativo impostas pela sociedade. Antes de se assumir lésbica, Lorde casou-se com um homem, em parte para garantir uma estrutura social e familiar a seus filhos, conforme ela relata em suas obras. Esse contexto reflete a pressão social para que mulheres se conformem a uma estrutura familiar específica, onde a maternidade só é considerada legítima quando ancorada em uma relação heterossexual. Bell Hooks, em *Feminist Theory: From Margin to Center* (1984), discute como o casamento heteronormativo serve ao patriarcado ao condicionar as mulheres a um papel submisso, essencial para preservar a estrutura da família idealizada. Angela Davis, em *Women, Race & Class* (1981), também explora as normas heterossexuais que limitam a sexualidade e a liberdade das mulheres negras, observando que tais restrições reforçam o patriarcado e os limites impostos à autonomia feminina. Para Lorde, a maternidade torna-se um espaço de resistência, rompendo com o ideal de conformidade que não refletia sua verdadeira identidade.

Autoras contemporâneas como Brittney Cooper e Jennifer C. Nash ampliam essa perspectiva, argumentando que o ideal de família nuclear continua a marginalizar formas alternativas de maternidade, especialmente entre mulheres negras e LGBTQIA+. Em *The Afterlife of Reproductive Slavery* (2021), Nash destaca como a imposição de modelos familiares convencionais pode deslegitimar a autonomia reprodutiva e parental de mulheres negras. Da mesma forma, Cooper (2022) analisa como a maternidade negra é marcada por uma luta constante contra a imposição de normas sociais, ecoando as vivências de Lorde e sua resistência ao modelo heteronormativo. Essas contribuições atuais reforçam que as experiências de Lorde não são apenas pessoais, mas um reflexo de uma resistência maior que transcende gerações.

Para abordar a complexidade das identidades e espaços que desafiam as normas sociais, Lorde propõe o conceito de "heterotopia", um território onde a pluralidade e a multiplicidade são possíveis. Como mãe lésbica e negra, ela ocupa um espaço predominantemente estruturado por ideais brancos e heterossexuais. A heterotopia de Lorde é um espaço de sobrevivência e resistência, onde suas múltiplas identidades podem coexistir e ser valorizadas. Esse conceito ecoa a ideia de que seu lar e sua maternidade não estão confinados pela normatividade, mas são redefinidos pelo poder e pela identidade das mulheres negras. Essa perspectiva pode ser complementada com as reflexões de Judith Butler sobre performatividade e espaço, nas quais Butler destaca que as identidades são constantemente negociadas e recriadas em meio às pressões normativas (2020). O território de maternidade criado por Lorde, portanto, representa uma alternativa aos espaços impostos, onde sua identidade lésbica e negra são centrais e não periféricas.

Dentro do movimento feminista e negro, Lorde enfrentou a rejeição devido à sua orientação sexual, revelando as limitações de movimentos que, apesar de buscarem a igualdade, muitas vezes marginalizam experiências que desafiam a normatividade. Hooks, em *Talking Back* (1989), critica o feminismo branco por negligenciar a opressão racial e o movimento negro por marginalizar a sexualidade lésbica, enquanto Angela Davis, em *Freedom is a Constant Struggle* (2016), reforça que as lutas por inclusão devem considerar as múltiplas camadas de experiência para que todas as vozes sejam ouvidas. Referências atuais, como a obra de

Omise'eke Natasha Tinsley, *Beyoncé in Formation* (2020), destacam a importância de integrar sexualidade e raça nos discursos de resistência. Tinsley argumenta que a marginalização da sexualidade LGBTQ+ dentro de movimentos majoritariamente negros continua sendo um desafio, enfatizando a necessidade de uma maior interseccionalidade, especialmente em discussões sobre gênero e família. Essas ideias, junto com o trabalho de Crenshaw (1989), são centrais para entender as barreiras enfrentadas por Lorde.

No espaço doméstico criado por Lorde, sua filha cresceu em um ambiente onde a força e o afeto entre mulheres eram valorizados, permitindo-lhe uma visão expansiva da maternidade, livre de expectativas heteronormativas. Esse território de poder feminino reflete o conceito de *família negra feminista* discutido por Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought* (2000), em que a criação de laços familiares centrados nas mulheres negras representa uma forma de resistência à normatividade. Para a filha de Lorde, esse espaço materno foi uma oportunidade de vivenciar uma maternidade emancipadora, que enxerga o cuidado e a solidariedade feminina como fontes de empoderamento e não como subjugação.

Pesquisas mais recentes sobre a experiência de famílias negras e LGBTQ+ confirmam a importância desses espaços de empoderamento. Por exemplo, em *Queer and Trans Migrations* (2023), Eithne Luibhéid e Karma R. Chávez destacam a importância de contextos familiares queer que se opõem às normas tradicionais e oferecem aos jovens uma visão mais ampla sobre o que significa pertencimento e apoio. Luibhéid e Chávez argumentam que esses espaços de resistência, como o criado por Lorde, fornecem um ambiente essencial para o desenvolvimento emocional e social de crianças e jovens em lares queer.

Por outro lado, Lorde enfrentou desafios ao criar seu filho em um ambiente onde o feminino era celebrado e o patriarcado, contestado. Esse contexto propiciou ao filho uma visão de masculinidade que rejeitava a dominação e promovia o respeito pelo feminino. Bell Hooks, em *The Will to Change* (2004), argumenta sobre a importância de criar meninos em ambientes que valorizem a igualdade de gênero, afirmando que a liberdade emocional masculina é possível quando o feminino é respeitado. Estudos como de Peggy Orenstein (2020) reforçam a importância de se

criar meninos com um entendimento positivo sobre o feminino, contribuindo para uma masculinidade menos tóxica e mais inclusiva. Dessa forma, o território de Lorde moldou a perspectiva de seu filho sobre gênero e poder, oferecendo uma alternativa ao modelo patriarcal predominante.

Os conflitos que Lorde enfrentou com o espaço social e os padrões normativos revelam a resistência de uma maternidade lésbica e negra, frequentemente marginalizada em uma sociedade estruturada por normas heterossexuais e brancas. Angela Davis, em *Women, Race & Class* (1981), observa que as mulheres negras frequentemente lutam pelo direito de existir e serem reconhecidas fora dos moldes estabelecidos. Lorde, ao ocupar esse espaço, reafirmou o valor de sua maternidade, idealizando um ambiente onde a identidade e a liberdade podiam coexistir.

A maternidade de Audre Lorde, ao romper com a heteronormatividade e abraçar um espaço de resistência, revela a complexidade das experiências negras dentro de estruturas sociais que não foram feitas para incluí-las. Suas experiências trazem à tona a necessidade de uma interseccionalidade que incorpore raça, gênero e sexualidade na luta por justiça e igualdade. Em sua trajetória, Lorde redefine a maternidade, afastando-a dos limites do patriarcado e do racismo, oferecendo uma visão de mundo que celebra a liberdade e a identidade em sua plenitude.

3. TENSÕES ENTRE PADRÃO SOCIAL E LIBERDADE INDIVIDUAL EM CORPOS NÃO-NORMATIVOS

Como uma lésbica negra, feminista e socialista de 49 anos, mãe de dois, incluindo um menino, e integrante de um casal interracial, eu geralmente me percebo como parte de algum grupo definido como outro, desviante, inferior ou simplesmente errado. É tradição, na sociedade americana, esperar que os membros dos grupos oprimidos e objetificados se desdobrem para superar a distância entre as realidades da nossa vida e a consciência do nosso opressor. (LORDE, 2021, p.141).

Nos capítulos anteriores, abordamos a construção de família, maternidade e refletimos acerca dos conflitos raciais que transpassam a construção da família de Audre Lorde. Neste terceiro e último capítulo abordamos os conflitos entre as expectativas sociais e a busca pela liberdade individual entre pessoas cujos corpos e vivências estão à margem da norma.

Compreende-se que a estrutura social impõe restrições e regulações que dificultam a expressão genuína de identidade e da própria liberdade pessoal de corpos não normativos, especialmente para pessoas LGBTQIA+ e para mulheres negras. Com base em Angela Davis (2018) podemos afirmar que essas normas são ferramentas de opressão que visam manter os indivíduos sob controle, buscando homogeneizar experiências diversas em prol de uma suposta coesão social e manutenção da ordem.

Audre Lorde, ao relatar sua experiência de maternidade e identidade lésbica, traz à tona a resistência necessária para lidar com uma sociedade que rejeita configurações familiares não-convencionais. Sendo assim, investigamos como corpos não-normativos desafiam as limitações impostas pela sociedade e exploram formas alternativas de ser e existir. Além disso, discute-se como a maternidade lésbica negra representa uma convergência de lutas e um questionamento contínuo das normas de gênero e sexualidade, representando uma luta pelo direito de viver plenamente e de formar famílias que reflitam suas próprias aspirações.

Neste capítulo, refletiremos sobre o coletivo e o privado em vivências hetero divergentes, buscando compreender como essas experiências são transpassadas na obra de Audre Lorde e como dialogam com o processo de maternidade da

autora. Assim, reflexões acerca de dinâmicas do cotidiano serão apresentadas, visando compreender como as vivências não-normativas se relacionam.

3.1 Estruturas da maternidade em vivências lésbicas: do silenciamento à ação

A maternidade lésbica negra é uma escolha que rompe com padrões estabelecidos acerca de família, revelando-se não somente como um conflito político, mas, principalmente, como uma afirmação de individualidade. Quando mulheres negras e lésbicas ocupam o papel de mãe, enfrentam o julgamento de uma sociedade heteronormativa que questiona suas capacidades parentais ou até mesmo sua própria sexualidade. Como afirma Audre Lorde (1984), ser mãe enquanto lésbica negra é um ato de resistência contra as expectativas sociais racistas e heteronormativas. Essa escolha implica resistir ao estigma e aos estereótipos que historicamente excluíram mulheres negras do ideal de maternidade.

Audre Lorde foi mãe estando em um relacionamento com um homem chamado Edward Rollins, um homem branco apresentado como gay, com quem manteve sua relação até 1970 (*National Museum of African American History and Culture*, 2017) desta relação poucas informações são divulgadas ou se encontram disponíveis. Dessa experiência, nasceram seus filhos Elizabeth Lorde-Rollings e Jonathan Rollings. Eles foram criados dentro de um lar predominantemente feminino e interracial, o que muitas vezes é apresentado como um ponto de conforto para a criação de Elizabeth, mas um conflito acerca da construção da masculinidade de Jonathan. Esse desafio fica evidenciado no seguinte fragmento:

Nossas filhas tem em nós alguém com quem se comparar, contra quem se rebelar, em quem se inspirar ou com quem sonhar; mas os filhos de lésbicas precisam criar as próprias definições de quem são como homens. O que é, ao mesmo tempo, poder e vulnerabilidade. Os filhos de lésbicas têm a vantagem de acesso aos nossos planos de sobrevivência, mas eles precisam tomar o que sabemos e transpor isso para sua masculinidade. Que a deusa seja gentil com o meu filho Jonathan (LORDE, 2021 p.92)

Lorde evidencia aqui um de seus principais conflitos enquanto mãe e lésbica: a construção da masculinidade do filho homem, especialmente no contexto de um lar sem referências masculinas constantes, uma vez que a ausência de referências masculinas possibilitaria a Jonathan que reproduzisse comportamentos opressores. No decorrer de seus ensaios, é possível verificar como Lorde aborda suas buscas por apresentar ao filho homens negros que pudessem inspirar um modelo de masculinidade não tóxica, mas conectada com valores de solidariedade e cuidado, visando distanciar o comportamento patriarcal de seu ambiente familiar e das vivências do jovem.

Sara Ahmed (2017) apresenta a noção de *feminismo como vida vivida*, que em síntese afirma que resistir ao padrão social exige um movimento de coragem para desafiar o que é considerado *normal*, ou seja, as normas pré estabelecidas pela sociedade. Seguindo pela linha da autora, é possível compreender que mulheres que escolhem a maternidade lésbica abrem espaço para novas formas de cuidado e existência, uma vez que efetuam a ruptura com padrões estabelecidos. Essa ideia se alinha à perspectiva de Bell Hooks (1981) e Angela Davis (1983), que afirmam que, para as mulheres negras, a maternidade é um campo de resistência ao status quo, permitindo que elas reafirmem sua identidade e poder, mesmo diante de adversidades.

Ao refletir sobre mulheres lésbicas negras, a escolha de ser mãe transcende a noção de condicionamento social, tornando-se um movimento semelhante a um ato político e algumas vezes, uma escolha consciente, oscilando entre um ato de resistência, mas também um privilégio perante a opressão social que obriga mulheres a serem mães. Como aponta Lorde (1984), a maternidade é uma decisão que desafia as normas de gênero e sexualidade e representa uma expressão radical de autonomia e democracia sobre o próprio corpo, não ocupando somente o espaço privado e desafiando as normas impostas pela sociedade patriarcal e racista.

Judith Butler (1990), em sua teoria da performatividade de gênero, sugere que corpos que fogem à norma criam rupturas na própria noção de maternidade e família, dando um novo significado para esses termos para além do conhecimento popular acerca deles, uma vez que, em novas estruturas padrões são quebrados e conseqüentemente, a dinâmica ensinada com eles, desfeita ou reproduzida em uma

busca pela aprovação social. Ao efetuar a emancipação das normas sociais, como apresentado por Butler (1990), “a subversão das normas de gênero e parentesco permite reimaginar o que significa pertencer e cuidar” (BUTLER, 2021, p. 62), ou seja, criam-se novas ideias acerca das dinâmicas familiares menos opressivas e que ressignificam afetos, sendo possível dialogar com Patricia Hill Collins (2000), que acrescenta a ideia de que a maternidade negra, quando exercida por mulheres lésbicas, configura uma ruptura ainda mais ampla, desafiando a normatividade racial e de gênero, propondo uma maternidade que é, antes de tudo, um espaço de resistência e cuidado radical.

As famílias lésbicas negras podem ser vistas como centros matriarcais que desafiam a estrutura patriarcal ao oferecerem modelos de cuidado e solidariedade que fogem ao padrão de família nuclear. Cathy Cohen (2021), em seu estudo sobre políticas queer, argumenta que “as famílias LGBTQIA+ constroem redes de apoio que ressignificam o conceito de parentesco e desafiam as convenções de gênero e sexualidade” (COHEN, 2021, p. 89). Essa perspectiva reforça o entendimento de que famílias lésbicas negras não apenas existem em resistência, mas também inovam na forma de cuidar e socializar seus membros.

Além disso, Sara Ahmed (2022) propõe o conceito de “orientação queer” para descrever como indivíduos LGBTQIA+ reorientam o espaço social, criando alternativas onde o coletivo rejeita o isolamento imposto pela sociedade. Ahmed destaca que essas redes de apoio são cruciais, especialmente em contextos onde o racismo e a homofobia são barreiras constantes para essas mulheres. “Criar espaços de acolhimento não é apenas um ato de resistência, mas uma forma de construir vidas que valem a pena ser vividas” (AHMED, 2022, p. 71).

Outro ponto relevante é a nomeação e o reconhecimento específico dessas experiências. O termo “famílias lésbicas” valoriza uma identidade simultaneamente sexual e política, afirmando a autonomia das mulheres sobre suas famílias e escolhas de vida. Butler (2004) argumenta que “a inclusão de diferentes formas de parentesco na linguagem cultural legitima práticas e identidades que antes eram marginalizadas” (BUTLER, 2023, p. 47). Essa legitimação é essencial para ampliar a compreensão e o acolhimento de famílias que fogem à estrutura heteronormativa e patriarcal.

Audre Lorde (1984) argumenta que o reconhecimento específico das famílias lésbicas negras é crucial para compreender a complexidade de suas experiências. Adrienne Rich (1980), em sua teoria sobre o “heterossexualismo compulsório”, complementa essa ideia, sugerindo que “o desafio às normas de família abre espaço para novas possibilidades de comunidade e cuidado” (RICH, 2020, p. 114).

Este capítulo discutiu a maternidade lésbica negra como uma prática de resistência e uma afirmação de identidade. Através das ideias de Audre Lorde, Bell Hooks, Angela Davis e novas vozes teóricas, vimos que as experiências dessas mulheres desconstróem o modelo de família tradicional e propõem um espaço de cuidado democrático e radicalmente inclusivo. Ao escolherem a maternidade, mulheres lésbicas negras rompem com o padrão social e afirmam sua liberdade individual em meio às pressões sociais, criando novos paradigmas de cuidado, resistência e solidariedade.

3.2 Recortes raciais e maternidade negra lésbica na contemporaneidade

A maternidade negra lésbica enfrenta desafios únicos, sendo um espaço de intersecção entre questões de gênero, sexualidade e raça. Audre Lorde, ao longo de sua obra, revela que a maternidade lésbica negra é simultaneamente um ato de resistência e de construção de novos paradigmas de família e comunidade. Ao abordar essa experiência, é necessário discutir como as vivências negras diferem de outras dentro do contexto da maternidade lésbica, destacando as especificidades culturais, sociais e raciais. Bell Hooks e Angela Davis complementam essa visão ao destacar que a maternidade negra sempre foi uma prática de sobrevivência e resistência, especialmente em contextos de opressão racial.

Pesquisas recentes reforçam a relevância dessa interseccionalidade. Segundo Ahmed (2022), “a experiência da maternidade queer racializada se torna um terreno de ruptura com as expectativas sociais e culturais impostas, desafiando, ao mesmo tempo, a norma heteronormativa e as noções de maternidade branca” (p. 73). Essa visão dialoga com as famílias lésbicas negras, que, por sua composição, estão em constante oposição às ideias tradicionais de maternidade.

As experiências de famílias lésbicas negras são marcadas por diferenças significativas em comparação com as de outras famílias LGBTQIA+. Enquanto as famílias lésbicas brancas podem enfrentar principalmente o estigma da homossexualidade, as mulheres lésbicas negras são confrontadas com o racismo e a homofobia de forma combinada, como pontua Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought* (2000). Este recorte racial transforma a maternidade negra lésbica em uma prática que precisa resistir à discriminação estrutural e, ao mesmo tempo, reafirmar a identidade negra.

Além disso, Hooks (1981) discute como as mulheres negras historicamente resistem à desumanização e lutam pelo direito de serem vistas como mães plenas. Aplicando essa ideia à maternidade lésbica, percebemos que essas mães enfrentam uma luta dupla: não só para serem aceitas como mães lésbicas, mas também para protegerem seus filhos em um ambiente social racialmente hostil. Recentemente, Gumbs (2021) destacou que “as mães negras LGBTQIA+ reconfiguram práticas de cuidado e resistência ao posicionarem suas famílias fora das estruturas opressivas tradicionais” (p. 89).

No Brasil, a escassez de pesquisas que abordem a maternidade lésbica negra é um reflexo da invisibilização histórica de questões que afetam as mulheres negras. Embora tenhamos um aumento nas discussões sobre LGBTQIA+ e maternidade, a intersecção entre raça e maternidade lésbica ainda é amplamente negligenciada na academia brasileira. Um levantamento de artigos científicos e dissertações sobre o tema em território nacional revela que menos de 5% dos estudos sobre maternidade LGBTQIA+ trazem um recorte racial. Como afirma Rocha (2023), “a invisibilidade acadêmica em relação à maternidade lésbica negra reflete o apagamento histórico e a marginalização contínua das vivências negras na sociedade brasileira” (p. 112).

Angela Davis (1983) enfatiza que, sem um olhar interseccional, as questões específicas de opressão que essas mulheres enfrentam permanecem à margem dos debates. Essa falta de dados reflete o racismo estrutural e a marginalização que persiste na academia, onde a maternidade é frequentemente abordada de forma homogênea e, muitas vezes, branca. A inclusão dessa perspectiva poderia ampliar o entendimento sobre maternidade, contribuindo para políticas públicas que

reconheçam e apoiem as demandas das mães lésbicas negras.

Os conflitos raciais no Brasil e nos Estados Unidos apresentam nuances distintas que impactam diretamente as experiências de maternidade negra lésbica. Nos EUA, o movimento pelos direitos civis e a tradição de ativismo negro oferecem um contexto onde a identidade negra possui uma conotação de resistência cultural e política. A obra de Audre Lorde, particularmente em *Sister Outsider* (1984), evidencia como a negritude e a maternidade lésbica negra são vistas como atos de resistência no contexto norte-americano.

No Brasil, o mito da democracia racial dificulta a visibilidade da opressão que as mães lésbicas negras enfrentam. Em contraste com o ativismo explícito dos EUA, as mães negras brasileiras encontram-se em um ambiente onde as questões raciais são frequentemente desconsideradas, exigindo que estas mulheres reivindiquem seus direitos em um contexto social que nega o racismo. Bell Hooks e Angela Davis ajudam a iluminar como as relações de raça, classe e gênero operam em contextos diferentes e como as mulheres negras utilizam esses fatores para criar redes de apoio e sobrevivência.

Como afirma Cohen (2021), “as famílias LGBTQIA+ de mulheres negras desafiam não apenas as normas de parentesco tradicionais, mas também criam novas formas de resistência e cuidado comunitário” (p. 76). Esse modelo de resistência e reconfiguração familiar se reflete de maneira exemplar na maternidade lésbica negra nos Estados Unidos, um conceito que ganhou visibilidade especialmente por meio da obra de Audre Lorde. Sua experiência e escrita não apenas desconstrói os estereótipos em torno da maternidade, mas também introduzem um novo entendimento de como essas mulheres se organizam para garantir a proteção e o bem-estar de seus filhos e filhas em uma sociedade marcada por racismo e homofobia. Ao longo de sua obra, Lorde desvela a complexidade de ser uma mulher negra e lésbica em uma cultura que marginaliza essas identidades de maneira simultânea.

A obra de Lorde vai além de ser uma mera representação da maternidade; ela revela uma prática de resistência ativa, onde o cuidado com os filhos se articula com uma estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural e à intolerância sexual.

As famílias negras lésbicas, como Lorde descreve, não apenas criam um ambiente seguro para seus filhos, mas também se tornam espaços de resistência contra a homofobia intrínseca às estruturas familiares tradicionais. Isso é evidenciado por sua recusa em se conformar aos padrões heteronormativos que buscam impor um modelo único de família. Em seus relatos, Lorde reforça a importância de um "cuidado comunitário", onde cada indivíduo, seja criança ou adulto, é parte de uma rede de apoio mútuo, essencial para a preservação da identidade e dignidade frente à opressão cotidiana.

Além disso, Angela Davis (1983) fornece um quadro teórico fundamental para entender as estruturas familiares negras, especialmente quando aborda a maneira como a maternidade é vivida por mulheres negras. Ela argumenta que a maternidade dentro de comunidades negras sempre esteve imbricada a um profundo senso de responsabilidade coletiva, visto que essas mulheres frequentemente precisam desempenhar múltiplos papéis de cuidadoras, educadoras e protetoras, ao mesmo tempo em que lutam contra a marginalização social e econômica. Davis destaca a maneira como essas mulheres buscam construir redes de solidariedade, muitas vezes desafiando as formas convencionais de parentesco e criando espaços próprios de pertencimento e apoio. Lorde exemplifica essa visão, particularmente ao descrever as relações que estabelece com outras mulheres lésbicas negras, onde o conceito de "família" transcende as limitações da biologia e se torna um reflexo das experiências coletivas e das lutas comuns.

Em contraste com o ideal nuclear da família tradicional, que se baseia em uma estrutura hierárquica e individualista, as famílias lésbicas negras representadas por Lorde se configuram como espaços de resistência que redefinem as normas de parentesco e cuidado. As mães negras lésbicas nos Estados Unidos não apenas criam filhos fora das normas heteronormativas, mas também reconfiguram o conceito de "família" para incluir uma rede mais ampla de apoio. Essas práticas refletem um modelo que ressignifica o ato de cuidar, transformando-o em uma forma de ação política e coletiva. Nesse sentido, a maternidade lésbica negra se torna um ato de afirmação da identidade, não apenas contra as forças que tentam apagá-la, mas também como uma forma de cultivar novas formas de solidariedade, empoderamento e resistência.

Portanto, a obra de Audre Lorde, ao descrever suas próprias experiências como mãe negra e lésbica, ilumina um modelo de maternidade que se destaca da idealização da família nuclear, evidenciando como as mulheres negras criam espaços de acolhimento e resistência frente à violência social. Essa prática de maternidade, que é simultaneamente pessoal e coletiva, desafia as normas racistas e homofóbicas ao criar comunidades resilientes que não apenas sobrevivem, mas também se reinventam. A partir da análise de Lorde e Davis, podemos entender como a maternidade lésbica negra não é apenas uma resposta à opressão, mas uma ferramenta de resistência que constrói novas formas de se relacionar e cuidar, com base na solidariedade e no cuidado comunitário. Essas mulheres, ao criar filhos em ambientes desafiadores, reconstroem o conceito de família e reforçam a importância de um apoio coletivo que transcende as limitações impostas pela sociedade.

Bell Hooks, em *The Will to Change* (2004), observa que é essencial educar meninos negros para que compreendam e respeitem a diversidade de identidades de gênero e sexualidade, rompendo com estereótipos de masculinidade. Essa educação, quando proporcionada em um lar lésbico e negro, ajuda a construir uma geração mais consciente das opressões interseccionais e preparada para resistir ao racismo e ao sexismo.

A maternidade negra lésbica, ao unir as perspectivas de Audre Lorde, Bell Hooks, Angela Davis e referências atuais, representa uma prática de resistência que questiona a estrutura social e racial da sociedade contemporânea. Como argumenta Ahmed (2022), “as famílias negras LGBTQIA+ continuam sendo fontes de inovação social e cultural, desafiando as normas em suas existências e práticas” (p. 98). O reconhecimento da maternidade lésbica negra como um campo de luta social é fundamental para a construção de políticas inclusivas e de apoio a essas famílias.

3.3 Problemas de gênero: a desconstrução de padrões sociais na educação de filhos

A sociedade contemporânea ainda é fortemente influenciada por normas de gênero que privilegiam a heteronormatividade e o binarismo. Em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990), Judith Butler argumenta que o gênero é uma construção social performativa, sujeita a reinterpretações. Butler reforça essa ideia em sua obra mais recente, *The Force of Nonviolence* (2020), ao afirmar que “a normatividade de gênero é um tipo de violência que se perpetua ao naturalizar papéis e expectativas. Questionar essas normas é sempre uma forma de resistência política” (p. 39). Nesse contexto, a maternidade lésbica não é apenas uma escolha individual, mas um ato de resistência contra as imposições sociais que tentam definir o que é ser mãe e o que deve ser uma família.

Audre Lorde, em *Sister Outsider* (1984), levanta a questão fundamental: “o que será dessa criança?”, refletindo o medo e a insegurança que cercam a criação de crianças em um ambiente que ainda marginaliza as famílias não heteronormativas. Esse questionamento revela o impacto das estruturas sociais na formação familiar, destacando como as normas patriarcais moldam não apenas quem tem acesso à maternidade, mas também quais formas de maternidade são consideradas legítimas ou aceitáveis. Sara Ahmed, em *Complaint!* (2021), complementa essa reflexão ao pontuar que essas normas são responsáveis por “não apenas moldar quem tem acesso à maternidade, mas também definir quais tipos de maternidade são vistos como legítimos ou aceitáveis” (p. 52). Nesse contexto, a maternidade lésbica emerge como um espaço de resistência, desafiando os padrões impostos e criando alternativas que valorizam a diversidade das experiências familiares.

Nos lares lésbicos, as dinâmicas de cuidado frequentemente se distanciam dos modelos patriarcais tradicionais, criando estruturas matriarcais que promovem a colaboração, o empoderamento feminino e o respeito mútuo. Essa abordagem desafia o conceito de maternidade como um papel centrado no sacrifício, apresentando-o como um espaço de força e autonomia. Bell Hooks, em *Ain't I a Woman?* (1981), afirma que o cuidado pode ser compreendido como uma forma de resistência, permitindo que mulheres marginalizadas reafirmem sua humanidade e desafiem sistemas opressores. Essa perspectiva reforça a ideia de que a

maternidade lésbica pode funcionar como uma plataforma para reimaginar as relações familiares, não como estruturas de poder hierárquico, mas como redes de apoio e reciprocidade.

Além disso, Patricia Hill Collins, em *Intersectionality as Critical Social Theory* (2022), destaca que “a maternidade de mulheres negras, especialmente lésbicas, reflete uma interseccionalidade complexa que resiste às noções tradicionais de família” (p. 113). Essa interseccionalidade desafia as expectativas sociais e culturais que relegam essas mulheres a papéis periféricos, ao mesmo tempo em que promove a criação de novos paradigmas para a maternidade. Nos escritos de Lorde, essa resistência se manifesta na maneira como ela reivindica a maternidade como um ato político, subvertendo o discurso normativo e celebrando a diversidade das vivências femininas. Essa subversão não apenas questiona o status quo, mas também propõe novas formas de compreender as responsabilidades e os afetos que envolvem o cuidado familiar.

Por meio de suas obras, Audre Lorde traduz essas tensões e desafios em atos de criação poética e narrativa. Sua escrita transforma o íntimo em uma plataforma pública, permitindo que as experiências de maternidade lésbica sejam reconhecidas como legítimas e necessárias. Ao articular o poder do sentimento e da vivência, Lorde reafirma que a maternidade, especialmente em sua forma não normativa, é um espaço de transformação social. Sua literatura, rica em reflexões sobre o cuidado, a resistência e a interseccionalidade, continua sendo uma fonte de inspiração e empoderamento para as famílias que se encontram à margem das expectativas sociais, mas que, mesmo assim, resistem e florescem.

Além disso, as dinâmicas matriarcais presentes nesses lares permitem um modelo de co-parentalidade que se afasta das hierarquias tradicionais. Como discute Carla Akotirene em *O que é Interseccionalidade* (2019), “as intersecções de raça e gênero influenciam profundamente as experiências de cuidado, ressaltando a importância de redes de apoio entre mulheres” (p. 97). Em *Migrant Mothers' Creative Interventions* (2020), Umut Erel e Tracey Reynolds complementam essa análise ao afirmar que “a maternidade colaborativa cria espaços de pertencimento que desafiam as narrativas dominantes sobre famílias nucleares” (p. 16).

A masculinidade também desempenha um papel fundamental nas dinâmicas das famílias lésbicas, especialmente quando consideramos a interseccionalidade das experiências de gênero e raça. Essa interseccionalidade exige uma análise cuidadosa das formas como as identidades masculinas e femininas se entrelaçam, desafiando as construções tradicionais de poder, autoridade e cuidado. Em *Feminist AF: A Guide to Crushing Girlhood* (2023), Brittney C. Cooper observa que “reimaginar masculinidades exige que desafie as hierarquias patriarcais, especialmente em espaços onde o cuidado e a empatia são centrais” (p. 203). Cooper destaca como a masculinidade, muitas vezes associada a comportamentos de dominação e agressividade, pode ser subvertida em contextos alternativos, como o das famílias lésbicas, onde o cuidado, a colaboração e a empatia se tornam as bases da construção de relações de poder mais horizontais e inclusivas. Esse processo de reimaginação das masculinidades envolve, então, a desconstrução de normas rígidas e a reconfiguração do papel de homens e mulheres na dinâmica familiar.

As representações culturais de masculinidade negra também fornecem insights valiosos sobre a construção de masculinidades alternativas. Emicida, nas suas letras de "AmarElo" (2019), e os Racionais MC's, em "Sobrevivendo no Inferno" (1997), apresentam uma visão da masculinidade negra marcada pela resistência e resiliência diante das adversidades estruturais impostas pelo racismo e pela violência social. Emicida, por exemplo, enfatiza o papel do amor e da solidariedade como formas de resistência. Sua música reflete a busca por uma masculinidade que não seja pautada pela opressão, mas pela construção de laços afetivos que transcendem os estereótipos da dureza e da agressividade. O amor, como forma de resistência, se torna central para a reconstrução de uma masculinidade negra que se contrapõe às narrativas de violência e sofrimento, permitindo uma reinterpretação do papel do homem dentro da sociedade e nas relações familiares.

Nos lares lésbicos, a ausência de figuras masculinas tradicionalmente dominantes pode criar um espaço seguro e livre das pressões associadas às normas patriarcais. Essa ausência pode proporcionar uma dinâmica mais igualitária entre os membros da família, permitindo que as mulheres e crianças experimentem relações de cuidado baseadas em respeito mútuo, colaboração e apoio emocional. Bell Hooks, em *The Will to Change* (2004), argumenta que “a opressão masculina

não afeta apenas as mulheres, mas também os próprios homens, que são pressionados a se conformar a padrões de comportamento agressivos e dominantes” (p. 67). Ao enfatizar as implicações da opressão masculina, Hooks sugere que os homens também são vítimas de um sistema que os obriga a se conformar a normas prejudiciais. Nos lares lésbicos, a ausência desses padrões normativos permite a construção de novos modelos de masculinidade, onde a autoridade é baseada no respeito e na compreensão, e não na dominação.

Além disso, a reconfiguração das relações familiares, livre da opressão masculina, abre caminho para a transformação das dinâmicas de poder dentro do espaço doméstico. As famílias lésbicas, ao rejeitarem o modelo tradicional patriarcal, oferecem uma alternativa onde os papéis de cuidadoras e educadoras podem ser igualmente distribuídos e colaborativos. A prática do cuidado, entendida como um ato de resistência, redefine as relações de poder, tornando-as mais igualitárias e baseadas no apoio mútuo. Essa dinâmica de resistência transforma os lares lésbicos em espaços de reconfiguração das relações de gênero, permitindo uma nova forma de convivência que desafia os modelos tradicionais de autoridade e controle, e, ao mesmo tempo, promove uma redefinição do que significa ser família.

A educação interseccional é essencial nesses contextos, pois reconhece a complexidade das identidades e experiências vividas dentro das famílias lésbicas e negras. Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1968), afirma que “a educação deve ser um ato de amor e libertação, desafiando a opressão e promovendo a crítica social” (p. 89). A educação, nesse contexto, torna-se uma ferramenta de transformação, não apenas para os indivíduos, mas também para as estruturas sociais mais amplas. Em sua visão, Freire propõe uma educação que não se limita a uma transmissão de conhecimento, mas que se configura como uma prática de resistência e emancipação, essencial para a luta contra as diversas formas de opressão. Essa perspectiva encontra eco na análise de Jennifer Nash em *Birthing Black Mothers* (2021), que defende que “a maternidade negra é um local de pedagogia interseccional, onde a resistência é ensinada e praticada como uma forma de sobrevivência” (p. 87). A maternidade negra, especialmente em contextos de marginalização, se torna um campo de aprendizado, onde as mães transmitem a seus filhos e filhas as estratégias de resistência e as formas de lidar com a opressão

racial e de gênero. Nesse sentido, a educação interseccional não é apenas uma ferramenta de ensino, mas também de sobrevivência e afirmação identitária.

Por fim, a maternidade lésbica, como exemplificada nas obras de Audre Lorde, oferece um campo fértil para explorar as complexidades dos conflitos de gênero, as dinâmicas de cuidado e as intersecções raciais na sociedade contemporânea. Através de sua própria experiência de maternidade e de sua escrita, Lorde revela como a maternidade lésbica negra se torna uma prática de resistência contra as forças que buscam silenciar essas identidades. Como afirma Kimberlé Crenshaw em *Mapping the Margins* (1989), a interseccionalidade oferece uma compreensão mais abrangente das experiências de opressão, pois permite analisar como diferentes formas de discriminação interagem e se sobrepõem. Crenshaw, ao introduzir o conceito de interseccionalidade, possibilita um entendimento mais profundo das experiências vividas pelas mães lésbicas negras, que, ao educarem seus filhos, criam espaços de resistência e solidariedade em um contexto de múltiplas opressões. Dessa forma, a maternidade lésbica negra se configura não apenas como um ato de cuidado, mas também como um ato de subversão das normas sociais, permitindo a construção de novas formas de família e de relações de poder que desafiam as estruturas patriarcais e racistas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos diversos capítulos apresentados nesta pesquisa, podemos observar como Lorde se configura como um ponto importante na desconstrução e ruptura com silenciamentos ancestrais, efetuando o papel representativo para as mães negras e lésbicas, apresentando inquietações que nos permitiram relacionar literatura e sociedade. Suas obras não apenas rompem com a tradição eurocêntrica, que tende a idealizar a maternidade em uma moldura branca, mas também propõe um novo entendimento sobre as diversas formas de amor e laços familiares que permeiam a experiência materna.

Diferentemente da figura da mãe santa, que abdica de si mesma em prol de uma idealização utópica de maternidade, a mãe profana lésbica, como representada nas linhas de Audre Lorde, abraça seus desejos e preserva sua individualidade. Essa perspectiva rompe com as expectativas sociais que cercam a maternidade, desafiando os padrões normativos que aprisionam a mulher em papéis sacrificiais. Na obra de Lorde, a maternidade é construída a partir de uma base de emancipação individual, na qual a autora não apenas reconhece os erros de sua própria família, mas também se compromete a desconstruir comportamentos que sufocam os sentimentos e restringem a liberdade emocional.

Lorde se aprofunda na ideia de transformar emoções intensas, como a raiva e a tristeza, em fontes de força e criação. Essa abordagem subverte a visão tradicional que deslegitima tais sentimentos, especialmente quando expressos por mulheres, e os ressignifica como ferramentas para o crescimento pessoal e coletivo. A autora demonstra, em sua narrativa e poesia, que sentimentos considerados negativos podem ser catalisadores para o surgimento de novas formas de produção artística e intelectual, proporcionando um renascimento para aqueles que ousam enfrentá-los de maneira consciente.

Com uma compreensão aguçada do mundo que a cerca, Audre Lorde desenvolve uma maternidade profundamente política, enraizada em suas vivências e nas constantes tensões que permeiam os espaços sociais que ocupa. Essa forma

de maternidade desafia tanto as normas impostas pelo patriarcado quanto os discursos de exclusão que habitam os próprios coletivos identitários. Lorde enfrenta a difícil tarefa de habitar simultaneamente espaços de silenciamento e resistência, navegando entre as camadas de exclusão e reconfigurando sua posição enquanto mãe, mulher negra, lésbica e escritora.

Por meio de sua poesia, Lorde encontra uma via de libertação e expansão. Sua escrita não é apenas um reflexo de sua vivência, mas um ato político que dá voz a histórias como a sua, amplificando a experiência de mulheres que enfrentam os mesmos desafios. A poesia de Lorde transforma o íntimo em universal, conectando sentimentos pessoais a questões coletivas e criando um legado de resistência, acolhimento e empoderamento. Sua obra, ao articular o poder do sentimento com a ação política, oferece um modelo transformador de maternidade que continua a inspirar novas gerações.

Ao dedicar uma análise profunda acerca da construção da maternidade de Audre lorde foi possível verificar que suas obras revelam a profundidade e a complexidade das vivências que destoam de uma construção de padrão social. Iniciamos pensando em amor materno e as diversas delimitações de papéis de gênero presentes em nosso cotidiano. Exploramos a construção e a base da família sob distintas óticas e observamos como as relações de poder afetam não somente o coletivo mas também o privado, tornando o processo de compreensão pessoal algo tenso.

No primeiro capítulo, discutimos as “Cores e valores na construção da maternidade branca eurocentrada”, onde ficou evidente que a idealização da figura da mãe branca está intimamente ligada a valores de classe, raça e gênero que perpetuam uma visão limitada e exclusivista da maternidade. A análise de Lorde, especialmente em sua obra *Zami: Uma nova grafia do meu nome*, destaca a necessidade de se reconhecer a pluralidade das experiências maternas, rompendo com os silêncios que cercam as vivências das mães negras. Essa nova grafia não é apenas um ato de reivindicação identitária, mas também um grito de liberdade que desafia as normas sociais estabelecidas. Lorde nos ensina que a maternidade é uma construção social e cultural, permeada por contextos históricos e sociais que

moldam as experiências de cada mulher. Sua perspectiva desmistifica a ideia de uma maternidade universal, revelando a necessidade de uma análise crítica que considere as especificidades raciais e culturais.

O segundo capítulo, ao abordar a maternidade lésbica em ensaios e conferências de Audre Lorde, enfatiza que a lesbianidade, longe de ser um simples desvio da norma, se configura como uma forma de feminilidade potente que reinterpreta os laços afetivos. Lorde expõe os desafios enfrentados pelas mães pretas lésbicas, cuja experiência é marcada pela sobreposição de opressões de gênero, raça e sexualidade. Essa discussão nos leva a perceber que as maternidades não idealizadas, conforme abordadas em sua obra, são essenciais para a construção de um entendimento mais amplo e inclusivo sobre o que significa ser mãe em um mundo que frequentemente marginaliza essas vivências. Lorde não se limita a descrever os desafios; ela também aponta para a resiliência e a força das mães lésbicas, que, ao desafiar as normas sociais, criam ambientes de amor e acolhimento que promovem o empoderamento e a autoestima das crianças.

No terceiro capítulo, as tensões entre padrões sociais e liberdade individual em corpos não-normativos são abordadas com ênfase nas estruturas da maternidade em vivências lésbicas, bem como nos recortes raciais que influenciam a maternidade negra lésbica contemporânea. Lorde destaca que as mães lésbicas não apenas enfrentam as dificuldades impostas por uma sociedade patriarcal e heteronormativa, mas também desafiam esses padrões, promovendo um modelo de maternidade que valoriza a individualidade e a liberdade de escolha. Este aspecto é crucial, pois ao enfatizar a liberdade individual, Lorde defende a ideia de que a maternidade não deve ser definida apenas por expectativas sociais, mas sim por decisões conscientes e autônomas. Ao reimaginar a maternidade como uma prática política, Lorde também abre espaço para discussões sobre educação e formação de filhos, promovendo uma consciência crítica e interseccional que é essencial na luta contra as opressões.

A interseccionalidade, conforme discutida ao longo da dissertação, emerge como um conceito central para entender a complexidade das experiências de mães negras e lésbicas. A obra de Lorde nos convida a considerar como as opressões se

interconectam e afetam a vida cotidiana. Essa perspectiva é fundamental para uma compreensão mais profunda da maternidade negra lésbica, que muitas vezes é invisibilizada nas narrativas predominantes. A luta por reconhecimento e dignidade das mães negras e lésbicas é, portanto, uma luta coletiva, que se articula em torno de valores de solidariedade, amor e resistência. A interseccionalidade também nos impulsiona a questionar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão, desafiando-nos a construir um futuro onde todas as formas de maternidade sejam respeitadas e valorizadas.

A pesquisa reafirma a relevância da obra de Audre Lorde na construção de uma nova narrativa sobre a maternidade, que ultrapassa os limites impostos pela visão eurocêntrica e patriarcal. Através de suas contribuições, somos levados a refletir sobre as inúmeras formas de amor que existem no mundo, desafiando a noção de que a maternidade deve se conformar a um modelo único e idealizado. Lorde nos ensina que a maternidade é um espaço de criação e resistência, onde a diversidade é não apenas aceita, mas celebrada.

Os objetivos desta pesquisa foram alcançados, permitindo compreender as múltiplas nuances que envolvem a construção da maternidade lésbica nos escritos de Audre Lorde. Durante a investigação, foi possível explorar como essa temática dialoga com questões de raça, gênero e sexualidade, elementos centrais na obra da autora. A análise mostrou que as vivências de maternidade apresentadas por Lorde ultrapassam os moldes tradicionais, desafiando estruturas heteronormativas e binárias. Dessa forma, a pesquisa não só corroborou a importância do recorte interseccional em seus textos, mas também destacou a relevância de posicionar sua maternidade como um ato político e resistente, profundamente imbricado em suas outras formas de luta.

Além disso, a hipótese estabelecida no início da pesquisa foi confirmada. O material analisado dialoga de maneira consistente com os caminhos metodológicos e teóricos traçados desde o projeto inicial. Apesar das limitações encontradas, sobretudo no que se refere ao enfoque específico na maternidade nos escritos de Audre Lorde, a pesquisa revelou aspectos valiosos para a compreensão desse tema dentro do feminismo interseccional. O reconhecimento da autora como uma poeta e

militante influente, frequentemente associado ao seu ativismo político e teórico, evidenciou a necessidade de um olhar mais detalhado para o papel da maternidade em sua trajetória.

No entanto, considero que a metodologia escolhida, apesar de válida, não foi totalmente suficiente para abarcar todas as complexidades que permeiam as vivências de Audre Lorde. A abordagem adotada limitou-se a determinados aspectos de sua obra, deixando brechas para uma análise mais ampla e profunda de outros materiais escritos pela autora. Essa constatação aponta para a possibilidade de futuras investigações, que poderiam lançar luz sobre dimensões ainda não exploradas, incluindo uma revisão mais extensa de sua produção literária e autobiográfica.

Dessa forma, sugere-se que trabalhos futuros priorizem metodologias que ampliem as perspectivas analíticas e contemplem, de forma mais abrangente, as diversas camadas presentes nas experiências de Lorde. Uma análise que se dedique especificamente aos elementos autobiográficos e poéticos da autora pode trazer contribuições significativas para os estudos sobre maternidade lésbica e feminismo interseccional. Esse aprofundamento permitiria resgatar nuances que ficaram à margem nesta pesquisa, abrindo novos caminhos para compreender a riqueza e a complexidade de sua obra.

Por fim, é importante reconhecer que a obra de Audre Lorde continua a ressoar e a inspirar novas gerações de ativistas, educadores e acadêmicos. A sua ênfase na importância de se contar as histórias de quem é marginalizado nos convida a olhar criticamente para as nossas próprias narrativas e a trabalhar em direção a um mundo mais inclusivo e justo. A partir de sua voz poderosa, somos desafiados a construir um espaço onde todas as experiências de maternidade — e, por extensão, todas as experiências de vida — possam ser ouvidas e valorizadas.

Assim, ao final deste trabalho, reafirmamos a necessidade urgente de continuar a pesquisa e a prática que buscam dar voz às experiências das mães negras e lésbicas, promovendo uma transformação social que reconheça e valorize a riqueza de suas contribuições. É através dessa transformação que poderemos

avançar para um futuro onde a maternidade e a família sejam compreendidas em toda a sua diversidade, complexidade e beleza. A luta pela dignidade e pelo reconhecimento das mães negras lésbicas é um chamado à ação que todos nós devemos acolher e promover em nossas vidas e comunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Cristina Gonçalves. **A construção da feminilidade: uma análise histórica**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/10be20b5-3e39-44>

ALCANTARA, Rita. *Narrativas de resistência: Mulheres negras e suas trajetórias acadêmicas*. Belo Horizonte: Nandyala, 2020.

ANDRADE, Rafael. **Entre a cruz e a serpente: poderes e simbologias opostas em uma tela persuasiva**. In: COLOQUIOS CBHA. Anais do Colóquio do CBHA, 2016. Disponível em: http://www.cbha.art.br/coloquios/2016/anais/pdfs/1_rafael%20andrade.pdf. Acesso em: 5 ago. 2024.

ARAÚJO, Ana Paula; LIMA, Elizabeth. **Emancipação e Marginalização: O Lugar Político das Produções Literárias Femininas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 26., 2023, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: CiFE. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxvi_cnlf/completos/mulheres_ANA.pdf. Acesso em: 13 de janeiro.

BARBOSA, L. C.. **Léxico LGBTQIA+**: a resignificação da linguagem como ferramenta política e afetiva. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2020.

BARRETO, Luana. *Feminismos periféricos: vozes emergentes das margens*. São Paulo: Malê, 2021.

BARROS, Fernanda. **As políticas de inclusão digital no Brasil**. Educação em Revista, v. 30, n. 3, p. 123-140, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/43495>. Acesso em: 27 de novembro.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BÍBLIA On-line. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição revista e corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BOEHRINGER, Sandra. **Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana**. Tradução de Iraci Poleti. São Paulo: Editora Unifesp, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n191633>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

BORBA, D. M.; CORREIA, I. C. M. **O SER FAMÍLIA BRASILEIRA**. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/1340/1280>>. Acesso em: 5 fevereiro 2024.

BROWN, Diana DeGroat. **Umbanda: Religion and Politics in Urban Brazil**. Columbia University Press, 1994.

BRUCKNER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. **O novo desamor**: Conversas sobre o desejo lésbico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6dups_epXgoC&oi=fnd&pg=PA9&dq=o+desejo+l%C3%A9sbico&ots=QwdrYJ5bvg&sig=Y6XEybcd_-gKhF7JWqL2QByLTsU#v=onepage&q=l%C3%A9sbica&f=false. Acesso em: 20 jun. 2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e a família em sao paulo colonial: caminho e descaminhos**. 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. . Acesso em: 19 nov. 2024.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Vanessa Rosa. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics**. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1, p. 139-168, 1989.

Crenshaw, K. (1991). **Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.

CORRÊA, Maria Eduarda Cavadinha. **Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade**. 2012. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.6.2012.tde-29042012-124625. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-29042012-124625/publico/tese_maria_eduarda_cavadinha_correa.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Editora Graal, 4ª edição , Rio de Janeiro.

COTTOM, Tressie McMillan. **Thick: And Other Essays**. New York: The New Press, 2022.

COOPER, Brittney. **Beyond respectability: The intellectual thought of race women.** Urbana: University of Illinois Press, 2022.

DAVIS, Angela. **Women, Race & Class.** Nova Iorque: Vintage Books, 1981.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Freedom is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement.** Chicago: Haymarket Books, 2016.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.* Petrópolis: Vozes, 1994.

DE PAIVA GOMES, B. F.; DE SOUSA, L. G. C. B. A.; DA SILVA CARNEIRO, R. G. **“ACENDE TEU FOGO, MULHER DE PODER!”: POMBA-GIRA E A CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE NO CORPO MÉDIUM.** Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV07_2_MD4_SA1_ID611_17072017204853.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro. 2024.

DEIFELT, Wanda. **Os tortuosos caminhos de Deus: Igreja e homossexualidade.** *Estudos Teológicos*, v. 39, n. 1, p. 36-48, 1999.

Diversos autores. **Famílias no plural: alargar o conceito, largar o preconceito.** Atas da Conferência, Lisboa: ILGA Portugal, 2013. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23636/1/ICS_SAboim_ParaAlem.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

DUARTE, Kamilla Alves. **Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil.** *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 3, 2023. DOI: 10.1590/0101-6628.330. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JSQhmDk8n5Q4jbLmVqJnwDy/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Maria Cláudia. *Narrativas lésbicas em espaços acadêmicos: entre silêncios e resistências*. Porto Alegre: Metamorfose, 2022.

FOSTER, David W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana. *Letras: Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8KgRI5ZvX8wC&oi=fnd&pg=PA189&dq=maternidade+colonial&ots=NvWKVGZJVM&sig=eZpywOjCQPEtK27kn5duv b65Uxw#v=onepage&q=maternidade%20colonial&f=false>. Acesso em: 15 março. 2023.

GOMES, Vitor Morais. **Entendendo o Homem Negro nos Racionais MCs: uma etnografia lírica**. 2019. 102 f. Repositório RIMA, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

GONZAGA, Paula. **"A GENTE É MUITO MAIOR, A GENTE É UM CORPO COLETIVO"**: Produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32730/1/tese%20paula%20gonzaga-editado.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. São Paulo: Zahar, 2020.

GREGORI, Maria Filomena. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GUIMARÃES, E.. **A linguagem como resistência: práticas discursivas das minorias sociais**. São Paulo: Cortez, 2004.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Trad. Ângela Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Ain't I a Woman? Black Women and Feminism**. Boston: South End Press, 1981.

HOOKS, Bell. **Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black**. Boston: South End Press, 1989.

HOOKS, Bell. **Sisters of the Yam: Black Women and Self-Recovery**. Boston: South End Press, 1993.

JOHNSON, Elizabeth. **Truly Our Sister: A Theology of Mary in the Communion of Saints**. Continuum, 1992.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum**. Tradução de Marcos Paulo Schlickmann. Disponível em: <https://www2.unifap.br/marcospaulo/files/2013/05/malleus-maleficarum-portugues.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

Lipsitz, G. (1995). **The possessive investment in whiteness: Racialized social democracy and the “white” problem in American studies**. *American Quarterly*, 47(3), 369–387. Disponível em: <https://wgcc.yale.edu/sites/default/files/files/lipsitz.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2024.

LOPES, Regina Lúcia dos Santos. **Considerações sobre a expressão da feminilidade em Audre Lorde**. *Revista de Literatura, História e Memória*, v. 14, n. 23, p. 198-213, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/28049/20220>.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider- ensaios e conferências**. Tradução Stephanie Borges. 2ª reimpressão, Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

LORDE, Audre. "Usos do Erótico: O Erótico como Poder." In: **LORDE, Audre.** *Irmã Outsider: Ensaios e discursos*. Tradução de Stephanie Borges. Bazar do Tempo, 2018.

LORDE, Audre. *The Cancer Journals*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1997.

LORDE, Audre. **ZAMI: Uma nova grafia do meu nome-** uma biomitografia. Tradução Lubi Prates. 1ª edição, São Paulo, Elefante, 2021.

LORDE, Audre. *A burst of light and other essays*. New York: Dover Publications, 2017.

LÚCIO, Poliana Firley da Silva. **Estudo das práticas culturais em Pernambuco no período colonial**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24802/1/DISSERTA%
O%20Firley%20poliana%20da%20Silva%20L%
c3%bacio.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24802/1/DISSERTA%c3%87%83O%20Firley%20poliana%20da%20Silva%20L%c3%bacio.pdf). Acesso em: 28 jun. 2023.

LUIBHÉID, Eithne; CHÁVEZ, Karma R. **Queer and Trans Migrations: Dynamics of Illegalization, Detention, and Deportation**. Urbana: University of Illinois Press, 2023.

MARTINS, José. **A política educacional no Brasil contemporâneo**. Educação & Sociedade, v. 41, n. 150, p. 23-45, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/5r3V3zrd8k5s9PHbbCG5B9x/?lang=pt>. Acesso em: 7 abril. 2024.

MARINHO, Ana Verônica Freire Monteiro dos Santos. **Amor e resistência – Bell Hooks e a escrita do amor**. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG*, v. 2, n. 1, jan.-abr. 2020. Universidade Federal do Piauí - UFPI. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/5e920c920e88255d2430ae99/pdf/crsg-2-1-64.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MAZIOLI, Anny Barcelos. **O campo historiográfico da História das emoções e os estudos da Modernidade**. In: BRAGA, Lucas (Org.). *Diálogos sobre a Modernidade: interfaces, saberes e reconfigurações*. Vila Velha: Identidade, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lucas-Braga-6/publication/373238942_Dialogos_sobre_a_Modernidade_interfaces_saberes_e_reconfiguracoes/links/64e267ef14f8d1733812981d/Dialogos-sobre-a-Modernidade-interfaces-saberes-e_reconfiguracoes.pdf#page=31. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

MCGUIRE, Danielle. *At the dark end of the street: Black women, rape, and resistance*. New York: Vintage Books, 2011.

MOORE, Mignon. **Fazendo famílias negras e lésbicas: Relações de poder de gênero entre mulheres: um estudo sobre decisões domésticas**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275491340>. Enviado por Mignon Moore em 24 jul. 2015. DOI: 10.1177/000312240807300208.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASH, Jennifer C. **The Afterlife of Reproductive Slavery: Biocapitalism and Black Feminism's Philosophy of History**. Durham: Duke University Press, 2021.

NATIONAL MUSEUM OF AFRICAN AMERICAN HISTORY AND CULTURE. Audre Lorde. Disponível em: <https://nmaahc.si.edu/audre-lorde>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ORENSTEIN, Peggy. **Boys & Sex: Young Men on Hookups, Love, Porn, Consent, and Navigating the New Masculinity**. Nova Iorque: HarperCollins, 2020.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. **Marx, Engels e a crítica da religião – Inventário e notas para um debate necessário**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 95-129, maio 2018. ISSN 2175-5604.

PEREIRA, Ana. **A resistência das comunidades indígenas no século XXI**. *Pacla*, v. 24, n. 3, e2433, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/pacla/v24n3/2027-534X-pacla-24-03-e2433.pdf>. Acesso em: 27 julho de 2023.

PEREIRA, P. M.; LEITÃO, M. N. DA S. **RELIGIÃO E REPRESENTAÇÃO FEMININA: UMA ANÁLISE EM EXÍGUAS DE OSVALDO CHAVES**. Revista Intertexto, v. 13, n. 2, p. 154–171, 2021.

PRATT, Minnie Bruce. *Rebellion: Essays 1980–1991*. Ithaca: Firebrand Books, 1991.

RAMOS, Carolina. **A educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas**. Estudos em Educação, v. 15, n. 1, p. 45-60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9437/8338>. Acesso em: 16 março de 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução de Daniel Moura Pinho. Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades, Natal, v. 7, n. 10, p. 129-164, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 03 jun. 2023.

RICH, Adrienne. *Of woman born: Motherhood as experience and institution*. New York: W. W. Norton, 1986.

SCOTT, Emily. **An unseen photo album preserves of life of Audre Lorde**. Plea for the Fifth, 2024. Disponível em: <https://www.pleaforthefifth.com/an-unseen-photo-album-preserves-of-life-of-audre-lorde/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, Isabella Boddy da; OLIVEIRA, Nicole Cristine de; PEDRA, Nylcéa Thereza de Siqueira. **Des(construindo a mãe: um relato de maternidade homoafetiva**. Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 45, e61257, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/61257/751375156009>. Acesso em: 9 de novembro de 2023.

SILVA, João. **A formação da identidade cultural brasileira**. Revista Três Pontos, v. 12, n. 2, p. 100-115, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15232/12128>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUSA, Paulo. **A reforma trabalhista no Brasil e seus impactos**. Revista Estudos Feministas, v. 29, n. 3, e12345, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TgpBQ9JHwj7VfvHJPgxnyP/?format=html>. Acesso em: 8 de abril de 2024.

SOUZA, Maria. Análise das políticas públicas para educação no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 20., 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis: DYPE, 2013. p. 1-20. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372661406_ARQUIVO_Titulotitulotitulotitulotitulotitulotitulo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

STOLER, Ann Laura. *Carnal knowledge and imperial power: Race and the intimate in colonial rule*. Berkeley: University of California Press, 2002.

TINSLEY, Omise'eke Natasha. **Beyoncé in Formation: Remixing Black Feminism**. Austin: University of Texas Press, 2020.

VALLE, Edênio. **A Igreja Católica ante a Homossexualidade: Ênfases e Deslocamentos de Posições**. *Revista de Estudos da Religião*, n. 1, p. 153-185, 2006. ISSN 1677-1222. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2006/p_valle. Acesso em: 26 de julho de 2023 .

VASCONCELOS, Vania. **Maternidade, negritude e literatura**. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, UFS, v. 32, jul.-dez., p. 75-88, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/12867/9700>. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

ZIMERMAN, David E. ***Etimologia de termos psicanalíticos***. Porto Alegre: Artmed, 2012. ISBN 978-85-363-2757-0.

SERPA, Flávia Valéria Salviano. Entre Eros e Thanatos: Ressabios de Morte do Ser Melancólico em "Psicologia de um vencido", de Augusto dos Anjos. *Interdisciplinar*, [S.l.], v. X, n. X, p. XX-XX, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/415375492/Costa-J-F-Ordem-Medica-e-Norma-Familiar>. Acesso em: 02 de janeiro de 2024.